

SIMPÓSIO 49

LÍNGUA, HISTÓRIA E MOVIMENTOS NO DISCURSO

Com base nas formulações de Michel Foucault e de Michel Pêcheux acerca das possibilidades do dizer, pretende-se, neste simpósio, reunir trabalhos que discutam a relação entre língua e história, considerando as contradições produzidas nas práticas discursivas contemporâneas, dado o controle sobre a língua que, como contrafeito, provoca uma intensificação dos discursos, redefinindo as regras das formações discursivas. A análise dessa relação deverá ser conduzida pela discussão de Michel Foucault em: *As palavras e as coisas* para a reflexão sobre as configurações do saber responsáveis pelo arquivo que fornece as condições do que é dito e da construção dos objetos de conhecimento; *História da sexualidade* para estender seus pressupostos a outros temas da atualidade, com a discussão a respeito das contradições instauradas pela política da língua e da palavra que produz, no nível discursivo, um fenômeno inverso ao mutismo esperado pela censura; *A arqueologia do saber* para subsidiar a análise das regras de formação dos discursos que impõem à língua certos movimentos e certas condições de existência, com base na discussão sobre enunciado e formação discursiva. Michel Pêcheux deverá compor a discussão por meio de suas ideias acerca da relação entre língua e história em *A língua inatingível* e da heterogeneidade e dispersão dos lugares enunciativos do sujeito, demonstradas em *Discurso: estrutura ou acontecimento*. A proposta deste simpósio centra-se, inicialmente, na hipótese de que o controle dos enunciados delimita o lugar e o momento em que certos ditos podem ser efetivados, redistribuindo os enunciadores, redefinindo conceitos e teorias, movendo os sistemas de dispersão das formações discursivas.

COORDENAÇÃO

Kátia Menezes de Sousa

Universidade Federal de Goiás
km-sousa@uol.com.br

Cleudemar Alves Fernandes

Universidade Federal de Uberlândia
cleudemar@uol.com.br

Roberto Leiser Baronas

Universidade Federal de São Carlos
baronas@ufscar.br

A MODA COMO ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Humberto Pires da PAIXÃO (UFG)⁹⁰¹

Resumo: O presente artigo objetiva uma aproximação entre a moda da noção de acontecimento discursivo. Conceito fundamental para a Análise do Discurso Francesa, o acontecimento relaciona-se com a História e sua emergência delimita os enunciados efetivamente produzidos numa dada formação discursiva. Lugar privilegiado de irrupção dos enunciados, a mídia torna-se fundamental nesse processo, dado que os discursos que nela circulam são por si só um acontecimento, uma vez que os suportes midiáticos produzem uma espécie de espetacularização dos fatos. Tomar a moda sob tal enfoque significa tratá-la como resultante do atravessamento de diferentes práticas discursivas determinadas sociohistoricamente.

Palavras-chave: Moda. Mídia. Discurso. Acontecimento Discursivo.

1. Notas Introdutórias

De acordo com Simmel (2008, p. 53): “O que verdadeiramente importa à moda é variar; só que, como qualquer outra criação, ela tem uma tendência para economizar esforço; procura alcançar os seus fins da forma mais plena, porém, com os meios relativamente mais escassos.” E continua o filósofo, afirmando que, justamente por isso, é possível “comparar o seu caminho com um círculo; ela regressa sempre de novo a formas anteriores”. Embasando as nossas discussões nos postulados teóricos da Análise do Discurso de vertente francesa e pensando a moda, a partir desse ancoradouro, como fruto de um processo que se dá por meio de práticas discursivas ocorridas no interior mesmo do meio social, requer sejam levantados alguns questionamentos: É possível considerar a moda sob a perspectiva do acontecimento discursivo? Ou seria ela um sistema, um todo estruturado? Que desdobramentos haveria para um empreendimento que a tomasse sob tal enfoque? Como o discurso midiático contribui na/para a irrupção de acontecimentos relativos ao discurso da moda? Na tentativa de desenvolver uma reflexão sobre tais questões, necessário se faz, pois, discorrer inicialmente sobre a noção de acontecimento e as implicações para a Análise do Discurso.

2. Acontecimento Discursivo e Moda

De início, é imperativo mencionar que a noção de acontecimento é um tópico importante para a AD, em especial por sua relação próxima e direta com a história, pois, de acordo com M. Foucault (2009a, p.28):

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros.

⁹⁰¹Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras. Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: paixaohumberto@hotmail.com

Todavia, apesar dessa importância, a AD parece não lhe ter reservado, pelo menos em princípio, o seu merecido lugar, preferindo “[...] o repetível, o estrutural, como atestam quase todas as pesquisas, que privilegiam a identificação do mesmo arquivo.” (POSSENTI, 2009, p. 120). Talvez isso tenha acontecido em decorrência da necessidade primeira de estabelecer uma máquina discursiva e seus dispositivos de leituras de textos – especialmente os de caráter político – tão caros à AD em sua primeira fase. No entendimento de Sargentini (2006, p. 37), esse período inicial, centrado no discurso político, muda radicalmente e, com isso, “[...] o período pós-84, na França, é marcado por um novo regime de discursividade”. Nesse novo contexto, “[...] a conjuntura histórica conduz a uma desmarxização da análise do discurso e uma guinada à gramaticalização.”

Em *O Discurso: estrutura ou acontecimento* (2008), Michel Pêcheux considera a possibilidade de apreensão do discurso “[...] não apenas como uma materialidade, que une um significante e um significado [...], mas principalmente como uma materialidade significativa inoculada de historicidade” (BARONAS; AGUIAR, 2009, p. 167). Pensando o discurso como estrutura, mas, sobretudo, como acontecimento, Pêcheux não o entende como um “[...] aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas [...] que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos.” (PÊCHEUX, 2008, p. 56). Esse “estruturamento discursivo”, por assim dizer, se dá na instabilidade produzida pelas tensões, pelos conflitos, pelos atravessamentos, o que na visão pecheutiana significa dizer que: “Todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas”, um “trabalho de deslocamento” (PÊCHEUX, 2008, p. 56).

De qualquer forma, como fissuras e rupturas são inerentes não apenas ao percurso de construção dos sentidos em geral, mas também, em particular, ao trajeto da própria disciplina, entram em cena, em certo momento desse trajeto, conceitos ancorados nos estudos foucaultianos. Em consonância com sua proposta de fazer uma arqueologia do saber, Michel Foucault estabelece o enunciado como base de análise e, considerando-o historicamente, trata-o sob a perspectiva do acontecimento:

Uma vez suspensas essas formas imediatas de continuidade, todo um domínio encontra-se, de fato, liberado. Trata-se de um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos enunciados efetivos [...], em sua dispersão de acontecimentos [...]. Aparece, assim, o projeto de uma *descrição dos acontecimentos discursivos* como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. (FOUCAULT, 2009a, p. 29-30).

Sendo uma espécie de matéria-prima para o fazer histórico, o acontecimento pode ser caracterizado “[...] como aquilo que foge à estrutura, ou a uma rede causal, ou a uma origem” (POSSENTI, 2010, p. 29) e, com base nisso, é possível dizer que “em um sentido ele é único”. É nessa direção que Michel Foucault, cujos trabalhos têm como “ponto de partida não o sujeito ou o objeto constituído, e sim os acontecimentos – no sentido deleuziano do termo” (SANT’ANNA, 2011, p. 84), afirma que empreendeu certa análise do discurso cujo foco encontra-se nos acontecimentos discursivos:

Eu me dei como objeto uma análise do discurso [...]. O que me interessa no problema do discurso é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento. O fato de eu considerar o discurso como uma série de acontecimentos nos situa automaticamente na dimensão da história. (FOUCAULT, 2010, p. 255-256).

Assim sendo, apesar do esforço de alguns em situá-lo em proximidade com a noção de enunciação, o acontecimento não se reduz à situação ou ao contexto, dado que “[...] é, ao mesmo tempo, espaço e gênese sem, no entanto, dispor de uma dinâmica própria” (GUILHAUMOU, 2009, p. 126), além do mais “[...] o próprio enunciado não pode ser reduzido a esse simples fato da enunciação, pois ele pode ser repetido apesar de sua materialidade” (FOUCAULT, 2009a, p. 115). Tudo indica que, para os estudos discursivos, aproximar a noção de acontecimento de outros parâmetros, notadamente ligados ao plano histórico, torna tal empreendimento mais fecundo, posto que “[...] temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e campo de utilização)” (FOUCAULT, 2009a, p. 146).

Dessa maneira, tem-se que o objeto de pesquisas de base histórica – incluídos aí muitos dos trabalhos em AD – tem menos a ver com uma realidade escondida e mais com o que efetivamente é dito ou ainda o que permite “[...] fazer emergir acontecimentos que, de outra forma, não teriam aparecido” (FOUCAULT, 2005, p. 291). Diferentemente da história tradicional, que considera como da ordem do acontecimento apenas aqueles fatos observáveis “a olho nu” e organizáveis em períodos que se sucedem numa linha temporal, sob outra perspectiva histórica, diversos acontecimentos emergem, dos quais uns são visíveis e mais óbvios, mas também outros, abaixo desses, invisíveis ou imperceptíveis também encontram seu lugar. Histórias pequenas, minúsculas – até mesmo irrelevantes, sob uma perspectiva positivista – são alçadas agora à condição de acontecimento. Desse modo, contra a concepção de história que se desenvolve em uma certa linearidade e, portanto, numa continuidade, “Foucault, fundamentado em Bachelard, Canguilhem e Nietzsche, apresenta uma genealogia cujo motor é a descontinuidade” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 100). Nas palavras do próprio Michel Foucault (2009a, p. 8-9):

De agora em diante, o problema é constituir séries: definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries [...]; daí a necessidade de distinguir não mais apenas acontecimentos importantes (com uma longa cadeia de consequências) e acontecimentos mínimos, mas sim tipos de acontecimentos de nível inteiramente diferente.

Do exposto anteriormente, é importante sublinhar duas acepções desse termo: o acontecimento como novidade/diferença e o acontecimento como prática histórica. O primeiro corresponderia ao chamado “acontecimento arqueológico”, responsável pela novidade histórica; já o segundo, ao “acontecimento discursivo”, que se ocuparia da regularidade histórica das práticas. Relacionando os dois sentidos, pode-se inferir que as novidades instauram novas formas de regularidade ou, em outros termos, novidade e regularidade traduzem o surgimento e o funcionamento de práticas discursivas. Seguindo o raciocínio instaurado por Foucault, alguns autores que o sucederam estabelecem ainda outra diferenciação. Para além das singularidades entre as diversas ordens de acontecimentos, há também outra especificidade, mais elementar ainda, que distingue, de um lado, os fatos e, de outro, os acontecimentos discursivos:

O acontecimento discursivo não se confunde nem com a notícia, nem com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado. (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1997, p. 166).

Sendo assim, distinguem-se os fatos discursivos e os acontecimentos discursivos: enquanto aqueles dizem; estes dizem, redizem, são ditos, são comentados. Com base nesta diferenciação, um fato discursivo, em princípio, não pode ser repetido, ficando, portanto, na condição de algo único, sem força para desencadear outros semelhantes ou não a ele; enquanto o acontecimento, por sua natureza e características particulares, é suficiente para provocar outros fatos e/ou acontecimentos, movimentando a teia discursiva. A linha divisória entre ambos é tênue, permitindo que um fato se transforme em acontecimento dependendo de como retorna ou reaparece: toda vez que um discurso é retomado, ele vira um acontecimento. O que interessa deixar claro é que o acontecimento fundamental não é somente aquele de notoriedade incontestada ou que chega ao conhecimento de todos, e passa a sê-lo também, não somente na condição de meras reformulações ou novas enunciações destes, os acontecimentos menos óbvios. Isso se dá a partir da ideia de que há “[...] diferentes temporalidades na história e, assim, os sujeitos não a vivem somente a partir de uma temporalidade de longa duração, mas também em temporalidades que são da instância do acontecimento, que emergem num determinado momento” (GREGOLIN, 2011, p. 90). E como se dá esse aparecimento, essa emergência? “Essa emergência (seja na longa duração, seja na instância do acontecimento) é materializada no discurso, em palavras e imagens.”

Isso é particularmente importante, haja vista que se nota, já há algum tempo uma certa espetacularização da vida, transformando (quase) tudo em algo que poderia vir a ser considerado um acontecimento discursivo. Segundo Debord (1997, p. 13): “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma



Figura 1 – Viu, gostou, rasgou. Revista *Veja*, 2005.

representação.” É nesse sentido que é possível inserir acontecimentos relativos à moda no âmbito dos acontecimentos discursivos, como, por exemplo, a repercussão de um desfile, o lançamento de uma coleção, a utilização de certas peças de roupas em determinadas épocas e não mais em outras ou ainda o retorno de modelos de vestimentas após um período de “esquecimento”. O exemplo advindo da figura 1 corrobora essa ideia por tratar do lançamento de um livro a respeito (da repercussão) de um desfile-show arquitetado por Jum Nakao, conhecido estilista brasileiro, que, ao final da apresentação das roupas de

respeito (da repercussão) de um desfile-show arquitetado por Jum Nakao, conhecido estilista brasileiro, que, ao final da apresentação das roupas de

Tal noção a respeito do acontecimento apresentaria alguns desdobramentos para uma teoria do discurso? A resposta a uma formulação retórica como essa é, definitivamente, sim. Tomar o discurso como da ordem do acontecimento, nos termos postos acima, significa abordá-lo na sua irrupção e no seu acaso, ou seja, “despojá-lo de toda e qualquer referência a uma origem supostamente determinável ou a qualquer sistema de causalidade entre as palavras e as coisas” (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 108). Além do mais, é importante, segundo argumenta Possenti (2009), por promover uma quebra com mecanismos cuja tendência é a padronização dos sentidos e dos processos de produção de sentido, além do que permitiria, por analogia, uma aproximação entre o acontecimento histórico e o discursivo e,

por conseguinte, especificar o que, de fato, escapa ao conhecimento do sujeito e aquilo que lhe é próximo. E, em especial, isso poderia levar à reflexão acerca da memória que é ativada pelo sujeito ou subjaz a este no processo de produção-interpretação de enunciados:

Essa noção plural de acontecimento permitiria romper, em primeiro lugar com uma história que procurasse em tudo o sentido [...]. Em segundo, com a relação discurso-enunciação como evento singular. Além disso, [...], permitiria especificar mais finamente os elementos que, em um discurso, escapam de fato aos sujeitos e aqueles dos quais eles têm conhecimento, conforme pertençam a uma ou a outra camada ou duração. (POSSSENTI, 2009, p. 126).

Diante do exposto, parece inequívoco pensar nesses termos em relação ao objeto moda. Apesar da tendência em abordá-la a partir de outros enfoques, é oportuno e necessário colocá-la em destaque para, à luz do acontecimento discursivo e dos desdobramentos históricos que lhe são inerentes, por à prova esses pré-concebidos construídos em seu entorno. Dessa forma, a moda, entendida aqui como análoga ou correlativa à noção de vestuário, apesar de no campo prático não se circunscrever apenas a esse recorte, para que tenha existência, configura-se, num primeiro olhar, como um sistema com regras e coerções, mas também – e principalmente – com suas falhas, brechas. Adotando, pois, um ponto de vista discursivo, isto é, das formulações pecheutianas transformadas pelas reflexões foucaultianas, pode-se cambiar esta noção de sistema por outra, pensando, assim, numa ordem de funcionamento do discurso ou numa ordem de funcionamento do discurso convencionalmente chamado de moda.

Pelas evidências, torna-se apropriado tal tratamento uma vez que a moda e seus elementos são construções, quer dizer, “[...] sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas” (FOUCAULT, 2011, p. 18), isto quer dizer que se trata de efeitos de sentido, fruto da rarefação dos discursos, que surgem das práticas sociais. Dessa forma, pensar a moda

[...] requer não apenas que se renuncie a assimilá-la a um princípio inscrito necessária e universalmente no curso do desenvolvimento de todas as civilizações, mas também que se renuncie a fazer dela uma constante histórica fundada em raízes antropológicas universais. [...] Nem força elementar da vida coletiva, nem princípio permanente de transformação das sociedades enraizado nos dados gerais da espécie humana, a moda é formação essencialmente sócio-histórica, circunscrita a um tipo de sociedade. Não é invocando uma suposta universalidade da moda que se revelarão seus efeitos fascinantes e seu poder na vida social, mas delimitando estritamente sua extensão histórica. (LIPOVETSKY, 2009, p. 24-25).

O sentido da moda, ou melhor, os sentidos da moda estão, pois, nas vivências cotidianas, nas formulações midiáticas consumidas pela população, nas representações e naquilo que sócio-historicamente orienta a relação das pessoas com o vestuário. Se é que as roupas, de fato, nunca calam (LURIE, 1997), elas tendem a apontar cotidianamente rumos, sentidos e instrumentos de mediação entre os próprios indivíduos e entre indivíduos e instituições. E isso é possível uma vez que às roupas são atribuídas significações em todas as circunstâncias do convívio social, mas significações que só ganham esse *status* dado que dialogam com outras fronteiras, isto é, porque postas em relação com outros discursos: “[...] o discurso acontece sempre no interior de uma série de outros discursos, com os quais estabelece co-relações, deslocamentos, vizinhanças.” (GREGOLIN, 2007b, p.167).

3. Considerações Finais

Tratar a moda como um acontecimento discursivo gera, pois, algumas implicações. A primeira delas refere-se ao fato de que, como tal, passa a ser vista como uma construção histórica, produzida por meio de enunciados efetivamente ditos e elaborados por sujeitos circunscritos sócio-historicamente nas práticas sociais. Decorrente, de certa forma, dessa primeira implicação, a segunda relaciona-se intimamente à dicotomia entre a moda e a mídia. Em *O Discurso: estrutura ou acontecimento*, Michel Pêcheux toma como tema o enunciado “*On a gagné*” e demonstra como o espetáculo midiático, logo após a vitória de François Mitterrand à presidência da França, começa “a ‘fazer trabalhar’ o acontecimento (o fato novo, as cifras, as primeiras declarações) em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele evoca” (PÊCHEUX, 2008, p. 19). Na leitura de Jean-Jaques Courtine (2003, p. 23), “[...] surge uma nova divisão da verdade no campo político, que tende a escapar das demarcações tradicionais (direita/esquerda) para se repartir segundo as categorias do arcaico e do moderno, do *démodé* e do *fashion*.”

Deste exemplo extraído das análises pecheutianas, é possível perceber e, por conseguinte, entender o trabalho da(s) mídia(s) que, num movimento de atualização e apagamento, constrói e reconstrói o acontecimento histórico-discursivo. Também é possível vislumbrar a relação entre a moda e a mídia, notadamente marcada pela proximidade dos dois campos, sendo difícil muitas vezes estabelecer os limites entre um e outro. De qualquer forma, sabe-se que a moda, para existir ou tomar forma, utiliza-se dos meios de comunicação, em especial das chamadas peças publicitárias, mas também de todo aparato midiático: “Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento.” (GREGOLIN, 2007a, p. 16).

Dado que os discursos que circulam na mídia são por si só um acontecimento (GREGOLIN, 2003), uma vez que os suportes midiáticos produzem todo um processo de espetacularização, é importante notar que o discurso da moda, além de se configurar como um acontecimento, no entendimento da Análise do Discurso, por conseguinte, instaura-se como uma forma poder-saber e, como tal, procura ditar aquilo que se deve vestir. Não se trata de um poder na concepção clássica do termo, mas de parte desses vários (micro)poderes instaurados pelos discursos e que reclamam para si a tarefa de ditar regras a serem seguidas. Universo midiático e universo *fashion* se imiscuem de modo que se constituam saberes e instituem poderes na formatação de subjetividades.

A terceira implicação relaciona-se à questão da novidade ou mesmo da originalidade. Sabe-se que a forma-moda estabelece e/ou se ampara na ideia do novo, do original, do efêmero, daí a questão discursiva que surge, portanto, é acerca da possibilidade de se falar em novidade e originalidade. Se o que há são enunciados e se esses se definem pelas relações estabelecidas com outros enunciados, a novidade, conceito tão caro ao mundo da moda, passa a ser vista como resultado dessas relações. Dessa forma, o novo se configura como um retorno do que já existiu ou mesmo de novas relações entre o que já existe, posto que “[o] novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2009b, p. 26) e o que torna possível tal empreendimento é, em parte, a existência de trajetos temáticos, isto é, “[...] os caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem” ou o conjunto de configurações textuais que articula os temas e opera “o novo na repetição.” (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 1997, p. 166). Particularmente, no campo do vestuário, esse é um dado relevante, uma vez que as chamadas tendências, na melhor das hipóteses, refletem estilos e formas de comportamento de outros momentos e que são revistos em processos muito próximos do que ocorre com os enunciados em geral.

A quarta implicação tem a ver com os sujeitos e os processos de subjetivação. Vale lembrar que, para a compreensão destes processos, é fundamental entender que a linguagem cria subjetividades e, nesse ínterim, algumas instituições desempenham papel decisivo. A moda e a mídia podem ser vistas como duas dessas instâncias nas quais/por meio das quais os sujeitos são confrontados e, como resultado, um peculiar processo de construção de subjetividades delimita-se, quer dizer, da confluência entre moda e mídia observa-se um espaço de conflitos de subjetividades, um lugar de onde se percebe as resistências, um palco de onde os sujeitos expressam suas subjetividades, onde encenam o espetáculo de si. Pensando com Michel Foucault, segundo o qual a construção dos sujeitos se dá a partir de práticas discursivas e, como também, por meio de técnicas que agem diretamente sobre os sujeitos, regulamentando suas atitudes, comportamentos e corpos, os sujeitos são, pois, um produto realizado pelos discursos.

Em resumo, pode-se dizer que tratar o acontecimento a partir da ótica da descontinuidade muda a forma de percepção do fazer histórico e, em consonância com a proposta foucaultiana, propicia ao arqueólogo/pesquisador uma outra compreensão dos objetos cristalizados em nossa cultura possibilitados pelos acontecimentos discursivos. Ao suspender as formas lineares ou continuadas de tratamento desses objetos, libera-se um campo vasto de possibilidades, isto é, do conjunto de enunciados efetivamente postos em circulação em sua dispersão de acontecimentos e, ao mesmo tempo, na instância própria de cada um.

4. Referências

BARONAS, Roberto Leiser; AGUIAR, Gisele Freitas. *Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: o político na charge*. São Paulo: Bakhtiniana, v. 1, n. 2, p. 165-182, 2º sem. 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/3017/1948>>. Acesso em: 5 out. 2012.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003, p. 21-34.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009a.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009b.

_____. Estratégia, poder-saber. In: MOTTA, M. B. (Org.). Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos e escritos, v. 4).

_____. Retornar à História. In: MOTTA, M. B. (Org.). *Michel Foucault. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 282-295 (Ditos e escritos, v. 2).

_____. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso e mídia: a (re)produção das identidades. *Revista Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo, v. 4, nº 11, nov. 2007a. p. 11-25

_____. Análise do Discurso e Semiologia: enfrentando discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI et al. (Org.). *Discurso, Semiologia e História*. São Carlos: Claraluz, 2011. p. 83-106.

_____. Formação discursiva, redes de memória e trajetões sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007b. p. 155-168.

_____. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: _____ (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.

GUILHAUMOU, J.& MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo: a análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. p. 163-187.

GUILHAUMOU, Jacques. *Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. Tradução Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2009.

LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas*. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LURIE, Alison. *A linguagem das roupas*. Tradução Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, Vanice & NAVARRO-BARBOSA, Pedro. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 97-132.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução Eni Orlandi Puccinelli. Campinas, SP: Pontes, 2008.

POSSENTI, Sírío. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

_____. *Questões para analistas do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

REVISTA VEJA. *Viu, gostou, rasgou*. Jum Nakao. Moda. jan. 2005. p. 51. Disponível em: <jumnakao.com.br/clipping/veja_0105.html>.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Michel Foucault e os paradoxos do corpo e da história. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. et al. (Org.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 83-91.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Arquivo e acontecimento: a construção do corpus discursivo em Análise do Discurso. In: NAVARRO, Pedro. *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 35-44.

SIMMEL, Georg. *Filosofia da moda e outros escritos*. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2008.

A RELAÇÃO COM A VERDADE NA PESQUISA EM LINGUÍSTICA

Josiane dos Santos LIMA (UFG)⁹⁰²

Resumo: O presente artigo apresenta um pequeno recorte em relação à nossa pesquisa em desenvolvimento, a qual teve como motivação inicial um incômodo em entender e explicar sobre o que trata a Linguística, a tarefa desempenhada pelo linguista e a heterogeneidade na constituição ou legitimação do objeto científico. Talvez a última questão ainda não tenha tanto fôlego, mas é uma materialização das consequências das duas primeiras problemáticas. Faremos um breve percurso para refletir sobre alguns modos de produção de discursos no interior das práticas de pesquisa em Linguística, os quais certamente revelam formas de produção da verdade e maneiras de condução dos indivíduos.

Palavras-chave: Linguística. Práticas. Discurso. Verdade. Poder.

1. A relação com a verdade: construção histórica dos objetos e dos sujeitos

A temática da verdade é bastante recorrente nos escritos de Michel Foucault. Contudo, em nenhum momento há a proposta de uma busca pela verdade última, na forma de uma essência que precisa ser descoberta. Mas, por outro lado, também o filósofo não fomenta a ideia de que nada de verdadeiro existiria, pois “[...] Todos aqueles que dizem que para mim a verdade não existe são mentes simplistas” (FOUCAULT, 2006b, p. 241). Na realidade, o trabalho analítico realizado pelo filósofo procura compreender como determinados conceitos, o de loucura, por exemplo, entram em um dispositivo que faz ser criada uma dada realidade que sustente construções como a apreensão feita da doença mental e os modos de lidar com tal realidade, ou seja, o que está implicado em tal trabalho é justamente a compreensão de um regime de verdade, o qual, conseqüentemente, vai orientar a divisão entre o verdadeiro e o falso.

Para o nosso entendimento, ao tentarmos desenvolver um trabalho que considere o surgimento de um regime de verdade no terreno dos estudos linguísticos, buscamos, ao mesmo tempo, visualizar um dispositivo de saber-poder e dimensionar as forças que guiam os sujeitos em um jogo de verdade, tornando evidentes as suas práticas, ou seja, só resta a cada um dizer a verdade, falar em conformidade com os dizeres de uma ciência da linguagem, pois “o que é tido por verdadeiro se faz obedecer” (VEYNE, 2011, p. 167). Essa verdade, então, pode ser entendida como “o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros” (FOUCAULT, 2006c, p. 233). De dada maneira, tal cenário nos permite reafirmar que o sujeito, então, é constituído tal qual o seu objeto, não sendo elemento, ele próprio, de desvelamento da verdade.

Dessa forma, no curso da história, os homens nunca param de construir, de maneira contínua, a sua subjetividade, estabelecendo séries infinitas de subjetividades, os “[...] homens engajam-se perpetuamente em um processo que, constituindo objetos, os desloca, ao mesmo tempo em que os deforma, os transforma e os transfigura como sujeitos” (FOUCAULT, 2010a, p. 326). E, por outro lado, o discurso, assim, não serve apenas para mostrar o objeto do conhecimento, mas, vai além disso, pois faz funcionar uma forma de ação sobre os indivíduos; ele comanda, reprime, persuade e organiza, pois ele é o espaço em que se tocam as regras e os indivíduos (VEYNE, 2011).

⁹⁰² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás.

Assim, chegamos a uma questão delicada, pois que estes caminhos nos conduzem à ideia de que a verdade adequada, como uma revelação do real, não existe, pois jamais alcançaríamos a tal coisa em si, ou melhor, só a alcançamos porque há discurso, é assim que as coisas estão impregnadas em nós. Então, a linguagem, as línguas, a língua, por exemplo, conceito fundamental para a Linguística, mas tematizada não somente aí, é a ideia que fazemos dela. Só poderia existir como “fenômeno”, tendo em vista que não podemos apartar as coisas do discurso por meio do qual ela ganha existência para nós (VEYNE, 2011). Podemos dizer que o objeto do conhecimento não pode, assim, permanecer o mesmo ao longo da sucessão de discursos. Basta que o questionemos, para que as evidências comecem a se esvanecer, deixem de apontar a si mesma, e percebamos que o objeto só se constrói a partir de um campo bastante complexo de discurso (FOUCAULT, 2004).

Pensemos um exemplo mais prático. Segundo Gabas Jr. (2008, p. 78), a semelhança entre as várias línguas sempre foi um assunto que despertou a atenção de estudiosos e curiosos, mas foi somente no século XVIII que se pôde ter uma observação mais sistematizada sobre tal propriedade das línguas. Dessa forma, no início de uma Linguística Histórica houve a proposição de que latim, grego e sânscrito eram línguas aparentadas.

Contudo, com o desenrolar dos estudos linguísticos, para a criação da gramática comparada do indo-europeu ou mesmo das línguas românicas, não bastou que o estudioso constatasse que o grego, o latim e o alemão, por exemplo, se pareciam, como no caso de *mêter/mater/mutter*, respectivamente. Foi necessário atribuir importância à matéria das palavras, ao posicionamento das vogais e consoantes. Foi imprescindível reconhecer que as palavras não se reduzem ao seu sentido, o que seria uma função especular, que colocaria a matéria sonora apenas como um detalhe (VEYNE, 2011). E não se trata de uma simples questão de erro e acerto ou, muito simplesmente, de desenvolvimento e progresso de uma disciplina. Há uma mudança de discurso, de condição de existência de dados enunciados, nunca se vê o todo ou, simplesmente, percebemos que só há singularidades.

Dessa maneira, as ideias que nossos antepassados tinham sobre muitas coisas podem, muito bem, apenas nos provocar riso. “Como falavam sobre isso e acreditavam em tais coisas?”. Essa é nossa forma de, sem perceber, sinalizar a mudança e, ao mesmo tempo, acreditar piamente nas evidências que nos cercam. Aí, talvez, esteja a prova de que os enunciados não sejam uma transparência infinita e que é apenas por força de expressão que ousamos dizer que “Fulano foi alguém à frente de seu tempo”. Não escapamos à instância do verdadeiro. Cada época se coloca no exato lugar onde pode estar. Assim, concordamos com Veyne (2011, p. 27) quando diz que “nada podemos compreender de seguro sobre o eu, o mundo e o Bem, mas nós nos compreendemos entre nós, vivos ou mortos”. Dessa maneira, por mais que estudemos, pesquisemos - como o fez o próprio Foucault em *A História da Sexualidade* - nos mínimos detalhes das práticas de uma ética e uma estética grega, nunca poderemos nos improvisar helenistas, conforme afirma Veyne (2011). Estamos marcados e inscritos por nossa história.

Quando Gabas Jr. (2008, p. 80) diz que,

[...] Sabemos, *hoje em dia*, graças a essa controvérsia (resolvida por Labov, em 1981), que as leis da mudança de som não são tão poderosas quanto preconizadas pelos neogramáticos, e que há inúmeros casos em que elas ocorrem lenta e gradualmente, obedecendo à história de cada palavra, de acordo com os preceitos da teoria da difusão lexical. [Grifo nosso].

Podemos observar justamente aquilo que parece uma forma de balanço e superação. Tanto a teoria dos neogramáticos como dos defensores da difusão lexical poderiam ter lá sua razão, mas não conseguem ver a saída e, apenas na década de 1980 é que alguém consegue dar cabo ao impasse. Labov teria, então, superado os erros do passado e achado a solução.

Contudo, devemos admitir que cada contemporâneo está imerso em uma malha de discursos, de forma que a suposta verdade, então descoberta, não pode se desatar do dizer verdadeiro e deve falar em conformidade com o que é aceitável como verdade (VEYNE, 2011). Só se pode, conforme Foucault (2004a, p. 35), se encontrar no verdadeiro seguindo às regras de uma ‘polícia discursiva’, a qual é reativada em cada um dos nossos discursos.

Dessa maneira, compreender uma prática discursiva de produção da verdade não é escavar o discurso até as profundezas para daí mensurar o que o anima, para achar a vida em efervescência. Ao contrário, a análise das práticas discursivas diz deste olhar, de uma maneira de descrever o que diziam, o que falavam e o que faziam os sujeitos em dado espaço de tempo, sem, claro, cair em um relativismo, afirmando que tudo é questão de interpretação. Basta lembrar que um texto não pode ser sua própria interpretação. Não é a busca do tema eterno, mas a sistemática das variações, sem nunca sair da própria dimensão do discurso (FOUCAULT, 2004). Assim, torna-se necessário que possamos, na posição de pesquisadores de linguagem, duvidarmos das evidências que nos cercam e nos conduzem, mas não para vencermos e sairmos livres ao final, ao contrário, mensurar os episódios de nosso passado apenas pode, não raro, nos levar a constatar o que não deixamos de ser ainda.

2. Entre idas e vindas: a linguística aponta o linguista

Na esfera das relações de verdade o discurso científico, certamente, ocupa um lugar de destaque. Contudo, em nosso campo de trabalho nem sempre há uma situação de calma e, sempre, algumas questões são convocadas. O que é a Linguística? E, por conseguinte, o que faz um linguista? Quantos estudiosos, autodenominados linguistas, não fizeram tais questões ou já se encontraram na difícil situação de ter que explicar a um leigo o seu ofício?

Alguns poderiam prontamente dizer que as questões estão em níveis diferentes, pois uma coisa é o diálogo entre pares e outra, bastante diversa, seria dirigir-se a um leigo. Poderiam também dizer que a Linguística possui um grau de especialização muito alto e que não se dá à fácil compreensão por quem não detenha o mínimo de conhecimento (Daí outra questão poderia ser posta... quais conhecimentos?).

Por outro lado, como fica aquele professor que recebeu a incumbência de ministrar uma disciplina introdutória de estudos linguísticos na Universidade, sobretudo nos cursos de Letras? Não é uma situação rara ver “na cara” dos estudantes a dificuldade que encontram para compreender o que é a Linguística. A Linguística, definitivamente, não é algo fácil de explicar. O fazer do linguista segue da mesma maneira.

Normalmente, quando tenho que dizer sobre a minha formação, apenas falo que “estudo português” ou que sou “professora de português”. Todavia, este tipo de resposta não é suficiente, ou seria mesmo recusada, em uma avaliação pelos pares. Mesmo que fosse em uma situação de pouca formalidade acadêmica. Acreditamos ser interessante, por exemplo, a fala de Sírio Possenti em um texto publicado em meio eletrônico, o qual tem como alvo um público bastante amplo, principalmente leigos⁹⁰³. Assim, observemos alguns trechos destacados do referido texto.

Dentre vários tópicos tratados no artigo, o professor Possenti faz uma afirmação em que coloca de lados distintos linguistas e professores de português. Ele diz que o trabalho do linguista é completamente diferente do trabalho do professor de português. Contudo, tal afirmação nos provoca, como pesquisadores, a operar um breve trabalho interpretativo. Dessa maneira, a questão que fica é: O trabalho dos dois profissionais é diferente porque, simplesmente, se ocupam de questões e problemáticas que são díspares? Ou, de alguma forma, existe aí um espaço que faz funcionar uma memória discursiva que insiste na ideia

⁹⁰³ Texto publicado no portal Terra intitulado: “Aceitam tudo”. <http://terramagazine.terra.com.br/blogdosirio/blog/2011/05/20/aceitam-tudo/#comments>

que, quase sem exceção, o “professor de português” permanece na lógica da gramática tradicional, dando, *ad eternum*, aulas “de certo/errado”? Qual seria o trabalho de cada um?

Volto ao tema do linguista que aceitaria tudo! Para quem só teve aula de certo / errado e acha que isso é tudo, especialmente se não tiver nenhuma formação histórica que lhe permitiria saber que o certo de agora pode ter sido o errado de antes, pode ser difícil entender que o trabalho do linguista é completamente diferente do trabalho do professor de português.

Ainda, a essa problemática toda, e talvez seja um ponto de grande importância, devemos acrescentar que a Linguística conta com um verdadeiro campo de disputa, quando se pensa a especificidade de seu objeto. Então, a tarefa de definir a sua área de atuação, as problemáticas possíveis, o que em um universo de coisas se faz questão, torna-se uma tarefa desafiadora no interior da própria ciência. Diríamos que desafio maior não estaria em delimitar todas as atividades ora mencionadas, mas “conquistar” o reconhecimento de outros grupos dentro do mesmo ofício científico, compreender o espaço cheio de questões que envolve a natureza observacional e teórica de um objeto.

Nesse longo labirinto que se desenha ao mirarmos os contornos da Linguística parece que se faz erigir uma disputa que coloca, de um lado, a Linguística de pleno direito e, do outro, trabalhos que caracterizariam domínios periféricos. Vemos surgir um quadro bastante complexo no âmbito da Linguística Moderna, pois toda vez que se tenta apreender o objeto, um movimento que não permite vê-lo de forma homogênea é provocado, mas também não institui fronteiras tão destacadas, possibilitando a efetivação de uma disciplina complementar (MAINGUENEAU, 2008).

Conforme Lemos (2009), a história da Linguística é marcada por “idas e vindas em torno dos limites de seu objeto e da possibilidade de apreendê-lo”. Isso leva alguns a perguntarem se o objeto da Linguística é o sistema de signos, a competência linguística, a competência comunicativa, um amplo universo de textos ou o discurso. Enfim, a problemática é extensa. Podemos dizer que tal dificuldade, por outras vias, já há tempos havia sido percebida por Ferdinand Saussure (2000, p. 15), conforme pode ser vista na parte inicial do capítulo que trata sobre o Objeto da Linguística, “Qual é o objeto, ao mesmo tempo integral e concreto, da Linguística? A questão é particularmente difícil: veremos mais tarde por quê. Limitemo-nos a esclarecer a dificuldade”.

Assim, no início do século XX, o próprio Saussure se mostrou bastante preocupado quanto à tarefa do linguista, como pode ser notado em alguns tópicos de seu *Curso de Linguística Geral*:

A matéria da Linguística é constituída inicialmente por todas as manifestações da linguagem humana, quer se trate de povos selvagens ou de nações civilizadas, de épocas arcaicas, clássicas ou de decadência, considerando-se em cada período não só a linguagem correta e a ‘bela linguagem’, mas todas as formas de expressão. Isso não é tudo: como a linguagem escapa as mais das vezes à observação, o linguista deverá ter em conta os textos escritos, pois somente eles lhe farão conhecer os idiomas passados ou distantes. (SAUSSURE, 2000, p. 13). [Grifos nossos]

O que nos parece, de certo modo, interessante é que em construções como as que acabamos de ler, em que Saussure procura construir os limites e as características tanto do objeto como para o fazer do linguista está em causa, além da delimitação de uma ciência, a própria ideia de que, a partir da apreensão do fenômeno “língua”, se possa construir um objeto e que se possa, a partir daí, fazer ciência. Criam-se, aí, dadas condições de possibilidade de existência da Linguística nos moldes que atualmente a conhecemos, designando funções enunciativas e posturas “coerentes” para os sujeitos, suas ocupações, suas distinções em relação a outros estudiosos.

Os questionamentos em torno dos fazeres da Linguística não perturbaram poucos estudiosos da linguagem. Dentro da própria Análise do Discurso várias questões foram colocadas. Logo nas primeiras páginas de *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (produção da década de 1970), Michel Pêcheux pergunta “O que é que trabalha a Linguística?”. Em diferentes momentos Pêcheux tentou refletir sobre os fundamentos teóricos e metodológicos empreendidos por Saussure e, em algumas ocasiões, chegou a considerar que a ruptura entre *langue* e *parole* nunca teria se efetivado de fato, vindo no percurso da Linguística Moderna uma série de diásporas intelectuais (BARONAS, 2003).

Mesmo com todas as fissuras e especificidades do campo, uma longa cadeia histórica nos aponta que existe, contemporaneamente, uma figura como a do linguista; alguém que é diferente, por exemplo, do literato e, como vimos, do professor de português. Observemos, na prática, que em nossa atualidade a formação do linguista é pensada de maneira distinta daquela almejada para um estudante de literatura. Enfim, observemos a fala de uma professora da UFBA em um evento do Departamento de Letras.

Para começar a nossa reflexão, acho que primeiramente se coloca a questão de definir o que são os estudos linguísticos. Afinal, embora estes tempos chamados pós-modernos estimulem e clamem pela necessidade de interdisciplinaridade, nossos cursos de Letras costumam distinguir estudos linguísticos de estudos literários, o que, portanto, afasta dos estudos linguísticos a literatura das várias línguas, tal como faz a CAPES, que denomina a nossa área de Letras e Linguística. Mesmo que nos atenhamos a essa distinção [...] fatalmente nos perguntamos e nos perguntam: O que é a Linguística? (COSTA, 2003)⁹⁰⁴ [Grifos nossos]

A professora nos mostra, ante ao problema colocado sobre os desafios da Linguística no século XXI, uma reflexão que tem como tópico inicial o estabelecimento institucional da disciplina, as relações históricas que constituem a nossa atualidade e, sobretudo, as práticas que, bem ou mal, montam, constroem, dão “uma cara” específica para constituição do curso de Letras, dando destaque à entidade organizadora de muitos critérios para gestão da vida acadêmica como, por exemplo, a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Notemos que o pequeno trecho não coloca em primeiro plano um argumento de ordem puramente teórica, muito embora esteja possibilitado ao pensar a divisão Linguística e Literatura, mas, sim, aspectos que conclamam as contradições ou efeitos de uma prática e os resultados de uma classificação institucional e que, nem sempre, nos desperta a atenção, pois estão assentados em nosso julgamento de evidência.

Assim, poderíamos nos perguntar: por que uma área tripartida entre Linguística, Letras e Artes e não, simplesmente, Linguagens? “[...] qual é, pois, o solo a partir do qual podemos estabelecê-lo com inteira certeza? Em que ‘tábua’, segundo qual espaço de identidades, [...] de analogias, adquirimos o hábito de distribuir tantas coisas diferentes e parecidas?” (FOUCAULT, 2002, XV). Basta fazer parte do universo acadêmico para que se veja, rapidamente, despontar a urgência das mais diversas classificações e hierarquizações, criando um espaço altamente segregado. Usando de letras e pontuações conseguem (As instituições responsáveis pela gestão de fomento à pesquisa, por exemplo), plenamente, dizer o que cada um dos sujeitos e instituições podem, devem ou poderiam ser.

⁹⁰⁴ Não se trata de um texto formalmente publicado, mas apenas o texto-base para fala da professora Sônia Bastos Borba Costa durante a Semana de Letras da UESB, na cidade de Vitória da Conquista. A temática da mesa envolvia questões em torno dos desafios da Linguística no século XXI. O mesmo pode ser acessado no seguinte endereço: <http://www.prohpor.ufba.br/alinguis.html>

Talvez seja preciso não acostumar os olhos diante de dados recortes ou agrupamentos que se tornaram familiares. E, quem sabe, devemos questionar se é possível, simplesmente aceitar, tal como é, “a distinção dos grandes tipos de discurso, ou a das formas ou dos gêneros que opõem, umas às outras, ciência, literatura, filosofia, religião, história, ficção [...]e que as tornam espécies de grandes individualidades históricas?” (FOUCAULT, 2004, pp.24-25).

Por outro lado, insistamos um pouco mais no pequeno recorte ora referido. O início da fala da professora ainda nos revela algo interessante. Costa diz que algo que deve ser dito antes de se pensar os desafios da Linguística, a saber, é a definição do que seriam os estudos linguísticos. A questão é: quem coloca a questão? Ela está posta em quais lugares? E, finalmente, por que definir “o que são os estudos linguísticos”? E, então, parece surgir uma ponta de resposta, pois a professora diz: “fatalmente nos perguntamos e nos perguntam: O que é a Linguística?” Mas não nos enganemos. A resposta apenas estende a questão, pois além de se insistir em uma indeterminação – nos perguntam – ainda mostra que mesmo aquele que deveria responder, fatalmente, também está a se perguntar.

O que nos importa é perceber que não se trata de um simples jogo de referenciação em que podemos buscar as respostas em um contexto imediato. Mas trata-se de algo que parece estar presente em um interdiscurso que faz parte do universo institucional de estudos da linguagem. Pode ser uma simples questão retórica? Sim. Mas por que aparece uma colocação como esta e não outra na ordem do dia? Lembrando que o tema da mesa era sobre os desafios da Linguística no século XXI, supostamente uma ciência já consolidada que deseja pensar os seus (novos) rumos.

Acabamos de tratar de parte de um texto produzido em um ambiente específico e que possuía como público-alvo estudantes do curso de Letras da UESB. Partamos agora para uma visada um pouco mais midiática. Tomemos um artigo publicado pelo portal ⁹⁰⁵*Terra*. Trata-se de uma coluna assinada pelo professor (e Linguista) Sírio Possenti, pesquisador conhecido e prestigiado pela comunidade acadêmica.

Em tal espaço, Possenti toma como ponto de partida para sua análise e reflexão um acontecimento político/educacional, se assim podemos nomear. Houve, em nível nacional, a circulação de um suposto “erro” gramatical em um livro didático distribuído pelo Ministério da Educação, um livro de Língua Portuguesa. A questão se tornou prato cheio para críticas e debates ao longo de toda semana em vários jornais e telejornais, isso só para citar os veículos com funções primordialmente noticiosas. Nessa ocasião, Sírio Possenti encontrou, então, o espaço para falar sobre a posição da Linguística frente aos fatos.

É relevante considerar que o texto de Sírio, diferentemente daquele proferido pela professora na Bahia, possui uma possibilidade de circulação maior e tem como público direto os não-especialistas (em tese). Bom, vamos ao texto. Observemos que o professor faz uma marcação logo no início do texto, mostrando que existem ocasiões em que as pessoas (alguém que diz que os linguistas “aceitam” tudo) criticam a postura sustentada pela Linguística.

O pequeno fragmento destacado nos dá uma boa amostra da “perseguição” que parece existir em torno dos fazeres da/do Linguística/linguista. Se no primeiro trecho analisado, a professora da Bahia julgou importante dizer o que são os estudos linguísticos no interior da própria academia, Sírio Possenti aponta a necessidade de esclarecer o público amplo. Outro ponto que é digno de se notar é que não é a primeira vez que o pesquisador parece falar sobre o ofício do linguista ou

Aceitam tudo

De vez em quando, alguém diz que linguistas “aceitam” tudo (isto é, que acham certa qualquer construção). Um comentário semelhante foi postado na semana passada. Achei que seria uma boa oportunidade para tentar esclarecer de novo o que fazem os linguistas.

⁹⁰⁵ Texto referido anteriormente.

da atuação de uma ciência da linguagem. Ele acredita que a “celeuma” sobre o livro do MEC seja uma “boa oportunidade para tentar esclarecer *de novo* o que fazem os linguistas”.

Ao que tudo indica, falar sobre “o que fazem os linguistas” e, conseqüentemente, sobre o ponto de vista da Linguística não é uma percepção fruto do julgamento do professor Possenti, mas a própria ideia de que existe um espaço dedicado a temas como este em um grande portal como *Terra* já nos dá uma boa dimensão da complexidade da situação, ou seja, por que um portal como esse abriria espaço para um professor dedicado aos estudos linguísticos? Por que “entender” o que é a Linguística? A questão se torna mais interessante quando observamos a descrição do professor Possenti feita pelo portal. Além de ficarmos informados de que o professor não gosta de usar gravata, ele é descrito como aquele que “combate análise fajutas e preconceituosas”. Quais seriam elas? Aquelas análise que não estariam de acordo com que postula a Linguística? Por ora, apenas nos ficam as questões, mas já são um bom caminho para que possamos mensurar, de alguma forma, aquilo que nos tornamos e por quê?



SOBRE SÍRIO POSSENTI

Sírio Possenti é linguista, professor na Unicamp. Publicou diversos livros. Estuda piadas e outros textos curtos. Em suas colunas, combate análises fajutas e preconceituosas. Detesta usar gravata.

3. No fim...

De tudo o que foi dito, como compreender aquilo que nos toca como questão? A resposta não é das mais simples. Mas acreditamos que na trama dos ditos os objetos são constituídos e que no jogo de todos esses dizeres, há uma disputa pelo sentido, uma vontade de verdade que aparece a cada posição assumida. Dessa forma, aos poucos, pelo o que é dito aqui, recusado ali e silenciado lá, vemos se formar uma complicada arquitetura que se efetiva nos processos de objetivação e subjetivação, dando condição de existência para determinadas visibilidades e enunciabilidades, fazendo surgir um espaço específico, uma lugar próprio para a formação de determinados discursos e dados sujeitos.

Referências Bibliográficas

BARONAS, Roberto Leiser. “Notas sobre o efeito-Saussure na Análise do Discurso”. Anais do I Seminário de Estudos em Análise do Discurso. *Michel Pêcheux e Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. Porto Alegre: UFRGS, 10 a 13 de novembro de 2003.

FOUCAULT, M. “Conversa com Michel Foucault”. In: *Ditos e Escrito VI - Repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, pp. 289-347.

_____. “Mesa-redonda em 20 de Maio de 1978”. *Ditos e escritos IV – Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, pp. 335-351.

_____. “O cuidado com a verdade”. *Ditos e escritos V – Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, pp. 240-251.

_____. “Poder e saber”. *Ditos e escritos IV – Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c, pp. 223-240.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2004a.

_____ *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GABAS Jr. Nilson. “Linguística histórica”. In: MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Anna Christina. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v.1. São Paulo: Cortez, 2008, pp. 77-103.

LEMOS, C. T. G. “Entre o falante ideal e o sujeito falante: por onde se move a pesquisa linguística”. In: Lúcia Rebello. (Org.). *A Pesquisa em Letra e Linguística em tempos de Pós...* Porto Alegre: Ed. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1997.

_____ “A unidade da linguística”. In: *Calidoscópio*, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2000.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

AFORIZAÇÃO E HIPERENUNCIÇÃO EM PROVÉRBIOS QUE TEMATIZAM O NEGRO: CIRCULAÇÃO DE FÓRMULAS E ESTEREÓTIPOS

Paulo Rogério de OLIVEIRA (PPG-UFMT)⁹⁰⁶
Roberto Leiser BARONAS (UFSCar/UFMT)⁹⁰⁷

Resumo: Neste artigo, procuramos analisar, através de duas pequenas amostras, como os provérbios racistas são particitados em outros gêneros discursivos, propiciando a circulação e cristalização de fórmulas e estereótipos em relação à imagem do negro, numa sociedade que se apresenta como *multiculturalista* e *multiétnica*. Para isso, apoiamo-nos no arcabouço teórico e metodológico da Análise de Discurso de orientação francesa, mobilizando principalmente os conceitos de aforização e hiperenunciação propostos por Dominique Maingueneau (2006 e 2011).

Palavras-chave: Provérbios racistas. Aforização. Hiperenunciação. Preconceito de cor. Estereótipos.

1. Primeiras Palavras

Pensar os enunciados numa perspectiva discursiva é, sem dúvida alguma, ir além da transparência e evidência do(s) sentido(s) já lá; é ir além das estruturas morfossintáticas que constituem sua tessitura, pois só esses elementos formais não são capazes de possibilitar ao leitor a valoração pragmática das sequências discursivas materializadas em um determinado gênero discursivo, produzido nos mais variados contextos de enunciação.

Partimos do pressuposto de que toda e qualquer produção de linguagem reclama sentidos sócio-históricos e ideologicamente constituídos, o que demanda levar em consideração a exterioridade como permeando sujeitos e sentidos. Brandão (2012, p.19) aborda essa questão no seguinte fragmento:

(...) o discurso ultrapassa o nível puramente gramatical, linguístico. O nível discursivo apoia-se sobre a gramática da língua (o fonema, a palavra, a frase) e sobre os aspectos extralinguísticos que condicionam a sua produção.

Posto isso, fica claro que os sentidos não são evidentes como pensavam os linguistas estruturalistas que se limitavam às análises dos textos (quase que) única e exclusivamente como um agregado de estruturas frasais. Quando muito, levavam em conta somente o contexto imediato, o aqui e agora, não ultrapassando esses limites, o que limitava o processo de interpretação.

⁹⁰⁶ Mestrando em Estudos de Linguagem, na Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Cuiabá, MT-Brasil, na área de Estudos Linguísticos- Linha de Pesquisa: Práticas Textuais e Discursivas, Múltiplas Abordagens, sob a Orientação do Prof. Dr. Roberto LeiserBaronas. E-mail: profletras@bol.com.br.

⁹⁰⁷ Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – São Paulo, SP- Brasil, Campus de Araraquara- e Professor no Departamento de Letras, no Mestrado e no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR e de Dissertação no Mestrado em Estudos de Linguagem - MeEL - da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Cuiabá, MT. E-mail: baronas@ufsc.br.

Desse modo, pretendemos, neste artigo, refletir um pouco, sobre como se dá o funcionamento discursivo dos provérbios sobre o negro, indo além de suas estruturas linguísticas, e pensar como eles ainda se fazem presentes nas mais variadas instâncias enunciativas e materializados nos mais diversos gêneros discursivos sedimentando preconceitos sobre o negro, depreciando sua imagem, mesmo em tempos de lutas pela chamada e almejada igualdade racial.

Partindo destas articulações, percebemos que já virou lugar comum dizer que vivemos em um país onde o preconceito relacionado ao negro é bastante evidente. A título de exemplo, podemos citar os frequentes programas da mídia televisiva que expõem (a imagem do) o negro ao ridículo das mais variadas formas possíveis e usando estratégias diferentes de fazer isso, ora explícita ora implicitamente. Vimos que há de certa forma, um paradoxo: A própria mídia que diz ser propagadora de ideias, opiniões, que combatem ao preconceito racial⁹⁰⁸ é a mesma que difunde tais preconceitos, de modo concomitante, portanto.

É sabido que durante os séculos de escravidão, o negro não era visto como um sujeito social, como cidadão, pois era tratado como propriedade, como uma máquina, uma espécie de robô-humano, um a-sujeito sem direitos, só deveres. Com relação aos estudos sobre o racismo no Brasil, Schwarcs (2001, p.39) nos esclarece que:

“(...) os recém-chegados se transformavam em *boçais* (aquele que não conhece a língua). Entendido como propriedade, uma *peça* ou *coisa*, o escravo perdia sua origem e sua personalidade *Servus non habent personam*: “o escravo não tem pessoa”, é um sujeito sem corpo, sem antepassados, nomes ou bem próprios”.

Sem dúvida alguma o preconceito racial existente no Brasil tem sua origem no período Colonial onde os negros, retirados de várias partes da África e trazidos para cá, se tornaram escravos dos Senhores de Terras, durante quase cinco séculos. É importante enfatizar que eles, ao serem destituídos de suas terras, começaram a passar por maus tratos, desde o traslado marítimo, lutando pela sobrevivência dentro dos navios e os que chegavam com vida, já esperavam outros tipos mais impiedosos ainda de tratamentos.

2. Considerações Teóricas: Aforização e Hiperenunciação

Conforme já dito anteriormente, não é nosso objetivo fazer uma exposição teórica e nem uma análise exaustiva, do que foi proposto, o nosso intuito é apenas mostrar nossa intenção de pesquisa que pretendemos desenvolver ao longo de nossa dissertação de mestrado.

Desse modo, para dar conta da proposta apresentada, mobilizamos os conceitos de aforização e hiperenunciação propostos por Dominique Maingueneau (2006 e 2011), procurando compreender como os provérbios racistas ainda circulam na chamada pós-modernidade, nas diversas instâncias de comunicação, mediante retomadas de enunciados parafraseados, possibilitando assim, a cristalização de fórmulas e estereótipos sobre o negro.

Maingueneau (2011) nos esclarece que a enunciação se faz segundo dois tipos de procedimentos enunciativos, a saber: a enunciação aforizante e a enunciação textualizante, ambas com suas características e funcionamentos discursivos próprios, conforme nos ilustra o esquema vetorial a seguir:

⁹⁰⁸ O termo “preconceito racial” será usado ao longo deste trabalho, referindo-se especificamente às pessoas negras (usado como sinônimo de Preconceito de cor).

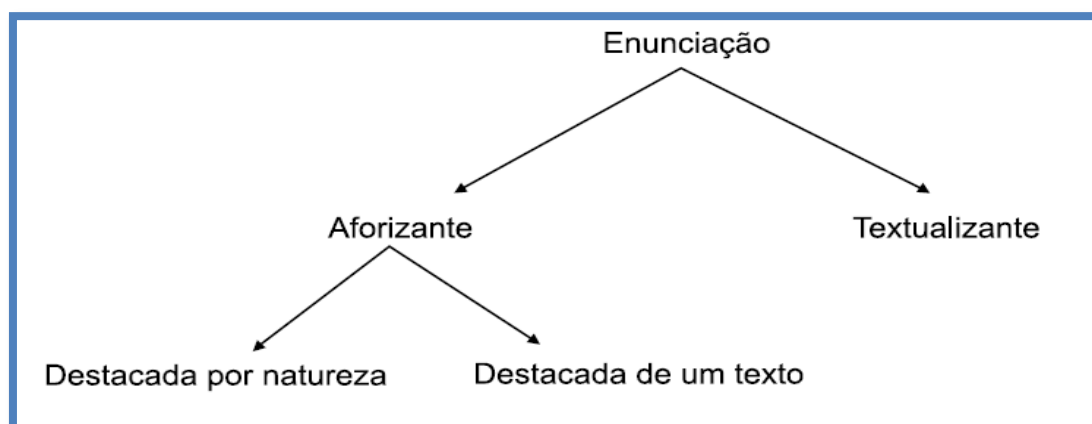


Figura1. Enunciações aforizante e textualizante. (adaptação de Maingueneau, 2011, p.42)

Dessa forma, podemos afirmar, a grosso modo, que a enunciação textualizante se refere ao conjunto de gêneros discursivos existentes sejam eles orais, escritos, imagéticos, dentre outros vários e produzidos por sujeito(s), com intenções específicas e em situações reais de interação.

Já a enunciação aforizante se distingue um pouco da lógica citada acima, isto é, não segue o “padrão” habitual de uma interação locutor x interlocutor num mesmo plano enunciativo. Maingueneau (2010) diz que a aforização é uma espécie de “texto fora do texto”, que não se dirige a um interlocutor presente na situação “aqui e agora” e sim a um interlocutor universal, pois enuncia verdades (re)conhecidas coletivamente.

Conforme Baronas e Cox (2012), a enunciação aforizante e textualizante se distinguem em vários aspectos. Enquanto a enunciação textualizante define posições correlativas de produção e recepção e papéis específicos para o enunciador e o enunciatário negociados em conformidade com a cena genérica, a enunciação aforizante prescinde de posições correlativas, definindo uma cena onde o locutor, um Sujeito jurídico e moral, fala a uma espécie de auditório universal. Enquanto a enunciação textualizante envolve jogos de linguagem de diversas ordens como argumentar, narrar, perguntar, responder etc., a aforizante pretende apresentar o pensamento do locutor como a verdade soberana, para além dos jogos da linguagem. Enquanto a enunciação textualizante estratifica os planos enunciativos, a aforizante tende à homogeneização. Enquanto a enunciação textualizante varia segundo os gêneros, suportes e modos de circulação, a aforizante não é afetada por tais condicionantes. Enquanto a enunciação textualizante ultrapassa a dimensão propriamente verbal, a aforizante pretende ser pura fala. Enquanto a enunciação textualizante desfavorece a memorização, a aforizante “implica a utopia de uma fala viva sempre disponível” e repetível.

Assim, quando o locutor põe em cena na sua fala uma aforização proverbial, mesmo que ele não deixe claro para o interlocutor que aquilo que diz se refere a um provérbio, não deixa de estar também pondo o interlocutor, de modo, quase que persuasivo, discursivamente falando, como um membro que condiz com as ideias do Thesaurus preconceituoso que uma determinada coletividade compactua entre si. Conforme nos esclarece Maingueneau (2011, p.45) que “ao enunciar um provérbio sem nenhuma marca que o identifique como tal, o locutor põe o leitor na posição de um membro da comunidade que partilha um mesmo Thesaurus”.

Partindo deste ponto, quando o locutor particita uma aforização proverbial, uma certa autoridade inquestionável é instalada no momento da enunciação, como uma espécie de verdade imutável e cristalizada, pois conforme Maingueneau (2011, p.45) “a autoridade máxima da participação se deve precisamente a não ser necessário nomear sua autoridade”.

Essa legitimidade se dá via hiperenunciador, que é uma instancia discursiva constituída alhures que dá uma espécie de legalidade para as aforizações. Nesta esteira, Maingueneau (2011, p.45) afirma que “o hiperenunciador é, [...] uma instância que, de um lado, garante a unidade e a validade de múltiplos enunciados de um *Thesaurus*, de outro, confirma o pertencimento dos parceiros da enunciação à comunidade correspondente”.

Partindo destas articulações, afirmamos que esse *Thesaurus* nada mais é do que a “sabedoria das nações”, “sabedoria popular” reconhecida como um conhecimento já partilhado e que dispensa comentários contrários, uma vez que já carrega consigo uma verdade validada e irrefutável e os provérbios traz essas características de voz de autoridade reconhecida como indiscutível numa dada situação de enunciação.

3. Percurso Metodológico e Pequena Análise do corpus

Para o trabalho que aqui apresentamos, o corpus é constituído de um conjunto de provérbios que tematizam o negro e dois Boletins de Ocorrência (BO), quais sejam:

- ❖ Negro parado é suspeito, correndo é ladrão, voando é urubu.
- ❖ Negro só tem de gente os olhos.
- ❖ Negro só tem de gente os dentes.
- ❖ Negro em pé é um toco, e dormindo é um porco.
- ❖ Negro deitado é um porco, e de pé é um toco.

[Retirado dos anexos de: PEREZ, Joubert Castro. Permanência e (re)atualização do discurso racista em provérbios e piadas. 2000. 193f. Dissertação (Mestrado em Linguística)- Universidade Estadual de Campinas, 2000]

BO 1

Anexo		48	
Boletim de Ocorrência Nº		3.319/2006-0	
Fonte:	Polícia Civil do Distrito Federal Comunicação de Ocorrência Policial Vigésima Sétima Delegacia e Polícia		
Identificação			
Dados básicos			
Natureza da Ocorrência:	Prática de Racismo		
Condições locais - criminal			
Tipo local	Estabelecimento Residencial	Descrição Local:	Casa
Pessoas envolvidas			
Nome:	<i>Bruno Moreira</i>	Envolvimento:	Vítima
Nacionalidade:	Brasileira	Naturalidade	<i>Barra do Pirai/RJ</i>
Sexo:	Masculino	Idade:	25 anos
Grau de instrução:	Ensino Médio Incompleto	Estado Civil:	Amasiado
Profissão:	Autônomo	Cargo função:	Vigia de carro
Nome:	<i>Socorro Ferreira</i>	Envolvimento:	Autoria conhecida
Nacionalidade:	Brasileira	Sexo:	Feminino
Grau de instrução:	Nível Fundamental	Estado Civil:	Separado Consensualmente
Profissão:	Empregada Doméstica	Endereço comercial:	Residência Familiar
Nome:	<i>Romário de Farias*</i>	Envolvimento:	Testemunha

Histórico	Compareceu a esta DP o Sr. Bruno, comunicando-nos que convive maritalmente com Raimunda, filha da Sra. Sylvana, há aproximadamente dois anos e a mãe dela nunca aceitou o relacionamento deles. Hoje Bruno chegava em casa, na companhia de seu amigo Romário, quando encontrou sua sogra na residência. Ao vê-lo ela dirigiu-se a ele chamando-o de negro, macaco e urubu, repetindo isto por diversas vezes . Ele disse que já tomou conhecimento que ela o trata desta maneira quando conversa com a filha ou com amigas e que esta é a primeira vez que ela o trata assim pessoalmente.
	DA TESTEMUNHA: Romário disse que foi a primeira vez que foi até a residência de seu amigo Bruno e quando lá chegou ouviu a sogra dele mandando ele ir embora daquela residência e xingá-lo de macaco, negro e urubu, repetindo isto por diversas vezes .
	DA AUTORA: A Sr. Socorro disse que desde o início do relacionamento de sua filha com Bruno o relacionamento com seu genro não é bom, que por diversas vezes eles já discutiram, que já foi ofendida por ele, que diz para ela procurar homem e para procurar rola. Hoje foi apenas mais uma discussão e confirma que realmente chamou de macaco e urubu, porém a sua intenção é apenas que ele se ofenda e saia de sua casa , porque a casa que mora é propriedade de Socorro e em virtude da presença dele no local ela costuma ficar meses sem ir até o local. Disse que não gosta dele devido a falta de estabilidade econômica dele, insuficiente para sustento de uma família. Ela afirma que ele é vigia de carro em estacionamento e não se interessa em procurar um emprego melhor.

[Os dois exemplos de BOs aqui mostrados foram retirados (dos anexos) de: ARAÚJO, Artur Antônio dos Santos. Estereótipos: Constituição, Legitimação e Perpetuação no discurso sobre o negro. 2010.172f. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo].

BO2

Anexo		26	
Boletim de Ocorrência N°		09/2009	
Fonte: Secretaria de Estado da Segurança Pública de São Paulo Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa Divisão de Proteção à Pessoa Decrad - Delegacia de Crimes e Delitos de Intolerância Polícia Civil de São Paulo			
Identificação			
Dados básicos			
Natureza da Ocorrência:		Injúria Racial- Art. 140 do CPB	
Condições locais – criminal			
Tipo local:	Residencial	Descrição local:	Quintal residência
Pessoas envolvidas			
Nome:	Lia Soares*	Envolvimento:	Vítima
Nacionalidade:	Brasileira	Naturalidade:	Porto Alegre/RS
Sexo:	Feminino	Idade:	29 anos
Grau de instrução:	Superior Completo	Cor:	Preta
Profissão:	Publicitário		
Nome:	Patricia Avelar*	Envolvimento:	Acusada
Nacionalidade:	Brasileira	Sexo:	Masculino
Cor:	Branca	Instrução:	Ensino Superior
Profissão:	Advogado		

Histórico	Comparece a vítima informando que foi ofendida pela ex-companheira de seu atual namorado Wagner*, que em uma conversa mantida através de contato telefônico através do celular <u>passou a ofendê-la proferindo as seguintes palavras</u> : “sua negrinha eu vou pegar suas roupas e entregar na favela que você mora com seus pais”, “negro quando não faz na entrada faz na saída”, “você não vai buscar os trapos velhos de sua namorada”, o tito* não pode conviver com pessoas desse tipo”, “e ainda se diz crente”. Informa a vítima que toda a conversa foi gravada no cartão de memória, do rádio veicular por meio de um chip. Informa a vítima que se sentiu ofendida com referidas palavras comparecendo nesta Delegacia de Polícia para registro de respectivo Boletim de Ocorrência. Vítima orientada que devesse constituir um advogado para apresentar Queixa-Crime no prazo decadencial de seis meses e também para representar pela instauração de inquérito policial para investigação dos fatos.
-----------	---

O enunciador, ao enunciar “negro, macaco e urubu” (BO 1) e “negro quando não faz na entrada faz na saída” (BO 2), traz para a cena enunciativa uma voz de autoridade sentencial, que não podemos dizer de onde vem, pois é constituída alhures, validada por um hiperenunciador.

Ao particitar tais provérbios, conforme Greimas (1975, p. 288),

“o locutor abandona voluntariamente sua voz, tomando uma outra de empréstimo [no caso aqui a voz da sabedoria das nações, a voz coletiva, a verdade universalmente (re)conhecida], a fim de proferir um segmento da fala que não lhe pertence propriamente e que ele está unicamente citando”.

Assim, percebemos nas aforizações particitadas que a imagem do negro é caricaturada, animalizada, despersonalizada. No BO 1, há uma convergência semântica com o provérbio: *Negro parado é suspeito, correndo é ladrão, voando é urubu*. Há uma generalização do substantivo **Negro**, como se enunciador dissesse: **Todos os negros são suspeitos, ladrões e urubus**.

O uso do presente do indicativo “é” que, em uma perspectiva discursiva revela o caráter sempre atual, independentemente das épocas em que foram enunciadas, segundo Greimas (1975), constitui um tempo a-histórico, dando assim ao provérbio o caráter de verdades eternas incontestáveis.

Há também no nível do significante um desvio do provérbio atestado/original (MAINGUENEAU, 2010): “**Negro parado é suspeito, correndo é ladrão, voando é urubu**”. Ao proferir “**macaco, negro e urubu**”, o enunciador realiza uma espécie de paráfrase do provérbio atestado, o que Maingueneau (2010) chama de *desvio* [do provérbio fonte], pois mesmo que as estruturas e os léxicos diverjam, a intenção comunicativa e o valor semântico se recobrem.

Desse modo, o enunciador nivela semanticamente negro e animal. É como se o negro não fosse “gente”, ao ser alinhado sintagmaticamente a macaco, negro, urubu. Essa mesma animalização e coisificação do negro reaparece nos provérbios seguintes, também retirados dos anexos de Peres (2000):

- Negro parado é suspeito, correndo é ladrão, voando é urubu.

- Negro só tem de gente os olhos.
- Negro só tem de gente os dentes.
- Negro em pé é um toco, e dormindo é um porco.
- Negro deitado é um porco, e de pé é um toco.

No tocante ao enunciado do BO 2 “**negro quando não faz na entrada faz na saída**”, verifica-se que a captação foi “bem sucedida”. Ocorreram poucas modificações na estrutura e no léxico, em relação ao provérbio fonte:

- Negro, quando não faz das suas na entrada, na saída é certo,
- Negro quando não suja na entrada, suja na saída,
- Negro quando não suja, tisna.

A força ilocucional permanece a mesma, é como se dissesse: **Todo** o negro, inclusive “você” não faz nada que presta, seu(s) serviço(s) são feitos só para trazer prejuízos etc... , o que se manifesta também na fórmula “serviço de preto”.

4. Considerações Finais

É notório que as discussões neste trabalho, foram feitas de modo breve, mas suficiente para mostrar que os provérbios racistas continuam circulando socialmente, por diferentes sujeitos, propagando mitos, sedimentando e cristalizando imagens preconceituosas, estereotipadas e depreciativas sobre o negro.

Para isso, não tomamos os gêneros discursivos, aqui analisados, partindo somente da materialidade significativa, numa espécie de relação ingênua com os mesmos. Foi preciso analisar além das estruturas sintáticas, da materialidade linguística, para que os sentidos fossem produzidos/interpretados, além das evidências, pois as fórmulas discursivas presentes por meio das aforizações proverbiais

Como dissemos anteriormente, a análise partiu de uma perspectiva de que os textos, independentemente de sua materialidade significativa devem ser analisados levando em conta também a exterioridade. Além disso, é necessário considerar que a historicidade e a ideologia são constitutivas de toda produção de linguagem.

Desse modo, concordamos com Orlandi (2010, p.19) que diz: “Nos estudos discursivos, não se separam forma e conteúdo procura-se compreender a língua não só como uma estrutura mas sobretudo como acontecimento”.

Assim, espera-se que o presente estudo possa contribuir para que brechas, fissuras, sejam cavadas no fio desse(s) discurso(s), possibilitando, assim, a irrupção de questionamentos críticos e a mudança de olhares e posturas sobre a negritude, dentro dessa sociedade que se apresenta cinicamente como *multiculturalista* e *multiétnica*.

Referências Bibliográficas

GATTI, Marcio Antônio. *Humor em provérbios alterados*. 2007. 158p. Dissertação (Mestrado em Linguística)- Universidade Estadual de Campinas, 2007.

GREIMAS, Algirdas Julien, Os Provérbios e os Ditados. In: *Sobre o Sentido: ensaios semióticos*; Petropolis, Vozes, 1975. p. 288-295.

BARONAS, R. L. e COX, M.I. P. A circulação de enunciados destacados na mídia e a produção pletórica de enunciados. In: *SIGNAL: Estud. Ling.*, Londrina, n. 15/3 (esp), p. 13-38, dez. 2012; 19.

MAINGUENEAU, Dominique. A aforização proverbial e o feminino. In: MOTTA, Ana Raquel Machado; SALGADO, Luciana. (Org.). In: *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.p.41- 58.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de Hoje*. (Coleção para entender) São Paulo: Global, 2006.

_____, Aforização: Enunciados sem texto? In: *Doze conceitos em análise de discurso*. Organização: Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva e Sírio Possenti. São Paulo : Parábola Editorial, 2010. p.9 - 24.

_____, Polifonia: polifonia, provérbios e desvio. In: *Doze conceitos em análise de discurso*. Organização: Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva e Sírio Possenti. São Paulo : Parábola Editorial, 2010. p.171-186.

ANALISANDO VERBETES RELACIONADOS A PATOLOGIAS NOS DICIONÁRIOS DE BLUTEAU E MORAES

Amanda Bastos Amorim de AMORIM(UNICAMP)⁹⁰⁹

Resumo: O presente artigo trata da relação entre os verbetes relacionados a patologias nos dicionários *Vocabulário Portuguez e Latino* de Bluteau (1712-1728) e do *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Moraes (1789) e o período histórico – particularmente na Clínica – em que são escritos. Para tanto, explicitaremos possíveis relações a partir da análise de determinados verbetes e definições, considerando os dispositivos teóricos e analíticos indicados por Nunes (2006); relacionaremos tais discursos às reflexões sobre a Medicina até o século XIX indicadas por Foucault(1963), Coudry (1986), Morato (2002) e Novaes-Pinto (1999) e relacionaremos as reflexões suscitadas pelas análises a questões pertinentes para a Neurolinguística.

Palavras-chave: História das Ideias Linguísticas. Dicionários. Neurolinguística. Clínica.

1. Introdução

Os primeiros dicionários monolíngues foram editados no século XVIII, um período particularmente interessante do ponto de vista de quem lida com áreas da saúde. Nesse mesmo período a Medicina encontra-se no que pode-se chamar *fase nominalista*, que antecede a *classificatória* hoje hegemônica (FOUCAULT,1994). Tomando por base estes fatos históricos, nossos objetivos são os seguintes:(i)explicitar possíveis eixos parafrásticos a partir da análise de determinados verbetes do *Vocabulário Portuguez e Latino* de Bluteau (1712-1728) e do *Diccionario da Lingua Portuguesa* de Moraes (1789), considerando os dispositivos teóricos e analíticos indicados por Nunes (2006) em *Dicionários no Brasil: Análise e História do Século XVI ao XX*; (ii) relacionar tais discursos às reflexões sobre a Medicina até o século XIX indicadas por Foucault em *O Nascimento da Clínica* (1963), por Coudry em *Diário de Narciso – discurso e afasia*(1986) e Novaes-Pinto em *Uma contribuição do estudo discursivo para uma análise crítica das categorias clínicas* (1999), contrastando com o que os mesmos autores indicam ter ocorrido com a instauração da Clínica; (iii)por fim, relacionaremos as reflexões suscitadas pelas análises a questões pertinentes para a Neurolinguística.

A seleção do *corpus* foi realizada inicialmente a partir de itens semiológicos analisados por Amorim em *A Semiologia das Afasias: Contribuições de uma abordagem enunciativo-discursiva*(2011). Entretanto, muitos dos termos não estão presentes nos dicionários ou suas definições não mencionam relações com a Afasiologia, o que, por si só, significa. A partir da ausência dos termos *afasia* e *síndrome* e da definição encontrada de *cérebro*, tornou-se mais interessante analisar os verbetes relacionados a patologias, de maneira mais geral, uma vez que este também constitui tema interessante para a área. Dessa forma, foram selecionados os verbetes *cérebro*, *demência*, *doença*, *loucura*, *patologia*, *sinápsis* e *esintoma*. Assim, espera-se contribuir para as discussões sobre a constituição da semiologiamédica que vem sendo cada vez mais problematizada pela Neurolinguística de orientações sócio-histórico-culturais.

⁹⁰⁹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: amandabastos1987@gmail.com. Bolsista Capes.

Segundo Nunes (2006), cada pesquisa requer um dispositivo específico para análise, sendo impossível tomar modelos já prontos para todos os *corpora*. Para esta pesquisa, partiremos das noções de condição de produção dos dicionários e a intertextualidade com outros dizeres relevantes para a compreensão da relação entre os verbetes e questões para a Neurolinguística.

2. Breves considerações sobre a Neurolinguística de orientações sócio-histórico-culturais

A Neurolinguística encontra-se em um campo híbrido de conhecimento, pois recorre tanto às Neurociências quanto à Linguística para o estudo de seus objetos. O encontro desses campos não é tão simples. Pelo contrário, grande parte dos postulados teórico-metodológicos está em “terrenos movediços” (MORATO, 2002) e cenários conflituosos.

A Linguística tradicional, de bases estruturalistas ou gerativistas, orienta-se por uma concepção de ciência bastante próxima das ciências biológicas, ou seja, procura evidências por meio do estabelecimento de leis gerais. Para tanto, ambas excluem tudo aquilo que é da ordem do individual, do subjetivo. Por isso mesmo, como já apontava Coudry (1986), essas teorias não servem para dar conta dos dados de sujeitos afásicos, uma vez que é essencial, nas abordagens sócio-histórico-culturais a relação do sujeito com a cultura, com o outro, na história.

A partir de 1982,⁹¹⁰ Coudry passou a agregar em seus trabalhos reflexões sobre o singular e como podemos inferir sobre processos mais gerais a partir de dados que emergem de episódios dialógicos e que, portanto, são únicos e irrepetíveis, referidos por ela como *dados-achados*.⁹¹¹ A Neurolinguística enunciativo-discursiva se constitui como área no Instituto de Estudos da Linguagem justamente para garantir que o posto de observação dos fenômenos seja o da Linguística.

O discurso institucionalizado das Neurociências continua se baseando, usando aqui um conceito de Foucault (1994), na *vontade de verdade* que prevalece desde o século XIX, de correlacionar os *sintomas* às áreas cerebrais. Como veremos mais adiante, na primeira parte desta dissertação, a *vontade de verdade* do século XXI é a de mapear o cérebro, servindo-se da tecnologia desenvolvida nas últimas décadas do século XX, com o uso de técnicas de neuroimagem.

Por outro lado, a Neurolinguística de orientação enunciativo-discursiva *resiste* ao discurso hegemônico e vai construindo uma vasta bibliografia, que inclui contra exemplos, problematizações a respeito do estabelecimento mecânico de relações entre causa e efeito, além de novas propostas para o estudo da linguagem na normalidade e nas patologias.

3. Condições de produção dos dicionários

De acordo com Nunes (2006, p. 18) o dicionário é “produto de práticas exercidas em determinadas conjunturas”. Explicita o autor (NUNES, 2006, p. 22):

⁹¹⁰ Coudry é nossa principal referência na área, pois sua tese de doutorado, defendida em 1986 - publicada em 1988 como *Diário de Narciso: afasia e discurso*, pela Editora Martins Fontes - constitui a obra fundadora da abordagem enunciativo-discursiva. Atualmente, a autora se refere à área como Neurolinguística Discursiva. Antes de 1986, outras publicações de Coudry já indicavam o percurso da autora na formação da Neurolinguística enunciativo-discursiva. Dentre estas, citamos Coudry e Possenti (1983) que, de acordo com Novaes-Pinto (1999), foi o primeiro texto a criticar a aplicação de modelos estruturalistas e gerativistas ao estudo da Neurolinguística.

⁹¹¹ No texto “O que é dado em Neurolinguística”, publicado em 1986 no livro organizado por Castro: *O método e o dado no estudo da linguagem*, a autora introduz o conceito de *dado-achado*.

[...] definir as “palavras” e suas significações é esquecer que se está definindo, ao mesmo tempo, o sujeito em seu lugar social: as palavras aparecem como se tivessem sentido em si mesmas, independentemente das relações entre os sujeitos (da intersubjetividade). A forma mais acabada desse esquecimento é a definição clássica: X é Y, que esquece que as palavras podem ter outros sentidos.

Portanto, sendo um instrumento datado, é fundamental, para a análise dos verbetes em questão, observar quais são essas práticas e conjunturas – ou seja, quais fatores extralinguísticos – que vêm a determinar as *condições de produção* das significações dos verbetes. De acordo com Nunes (2006): “Uma concepção discursiva da definição pressupõe o estudo de sua interdiscursividade, com a explicitação de sua filiação às formações discursivas em uma determinada conjuntura”. É dessa forma que procederemos na análise, o que requer as reflexões que brevemente se seguem sobre cada dicionário.⁹¹²

No Vocabulário Português e Latino, de Bluteau (1712) é possível observar – e ilustraremos na análise do *corpus* – observa-se constante referência a grandes autores, crenças populares, uma formação discursiva fortemente religiosa, influências da escrita barroca e, portanto, uma certa heterogeneidade dos discursos dentro de uma mesma significação, embora, conforme indica Nunes (2006, p. 25), a memória oral indígena é apagada.⁹¹³

Quando observamos o *Diccionario da lingua portuguesa*, de Moraes (1789), observa-se uma clara retomada da obra de Bluteau, mas com verbetes mais resumidos e objetivos, uma formação discursiva jurídica, que remete ao Iluminismo e, por conta dessa mudança no discurso, uma homogeneização. Explica Nunes (2006, p. 26-27):

[...] se por um lado Moraes retoma o dizer fundador de Bluteau, com a memória dos grandes autores, por outro lado ele desloca esses sentidos e introduz uma outra imagem enunciativa: a do dizer claro e sucinto, que evoca a filiação ao Iluminismo e ao discurso da Gramática de Port-Royal. [...] Uma das marcas dessa passagem está nas diferenças lexicais: o léxico jurídico é introduzido deslocando os sentidos do léxico religioso e da providência natural.

A seguir, contextualizaremos os dicionários junto à Medicina entre os séculos XVIII e XIX, o que será particularmente útil para compreender a ausência de certos termos e as significações presentes em outros.

4. A Medicina até o século XIX

Foucault (1994) realiza um estudo arqueológico da Clínica, cuja história se mistura à da própria Medicina a partir do século XVIII, com a institucionalização dos saberes, “um novo recorte das coisas e o princípio de sua articulação em uma linguagem na qual temos o hábito de reconhecer a linguagem e uma ‘ciência positiva’”.

Nesse período, do começo do século XVIII até o fim deste e o começo do século XIX observa-se um movimento da Medicina com preocupações nominativas para a Medicina

⁹¹² Um estudo mais detido dos dois dicionários pode ser encontrado em Nunes (2006), principal referência para a análise aqui realizada.

⁹¹³ Por limitações de espaço, é impossível anexar aqui nosso *corpus* completo que está disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario>. Como exemplo mais emblemático da diferença de concisão entre os dicionários, observamos que, enquanto a definição para o verbe “sinal” ocupa quatro páginas em Bluteau, ocupa pouco mais de meia página em Moraes.

classificatória que persiste até hoje. No entanto, não trata-se somente de uma questão terminológica, conforme explicita Foucault (1994, p. X):

[...] a relação entre o visível e o invisível, necessária a todo saber concreto, mudou de estrutura e fez aparecer sobre o olhar e na linguagem o que se encontrava aquém e além de seu domínio. Entre as palavras e as coisas se estabeleceu uma nova aliança fazendo *ver* e *dizer* [...].

A seguir, explicitaremos como esse movimento dos discursos e da relação entre *ver* e *dizer* influenciam o movimento observados nesses verbetes específicos que selecionamos.

5. Análise do corpus

Segundo Foucault (1994, p. 101), “na tradição médica do século XVIII, a doença se anuncia ao observador segundo sintomas e signos”. Somente no século XIX se instaura a concepção de *síndrome*, uma vez que a Medicina classificatória se estabelece e determina a necessidade de uma ampla semiologia das patologias. Observa-se, portanto, a razão de *síndrome* não estar presente nos dicionários. Por essa mesma razão, não são encontradas as concepções de determinados termos, como *afasia*, *confabulação* e *digressão*, relacionados a patologias. Pelo mesmo motivo, *demência* não se encontra com a definição que hoje conhecemos, como patologia.

Iniciemos com um recorte da definição encontrada em Bluteau para o verbe *cérebro*:

He pois uma substancia molle, & alva, de compleição fria, &humida, encerrada no craneo, & como remate de todos os órgãos dos sentidos, & por isso (segundo a commua opinião” morada da alma racional. He de figura quase redonda, como o craneo, que o contem dentro [...] excepto que se abaixa algum tanto [...]. De alguns anos a esta parte se tem descoberto que esta substancia he composta de muitos fios delgados, a modo de meada.

Em Moraes, a definição concisa e objetiva: “Os miolos da cabeça doa animaes”. Neste ponto, vale um paralelo com dois excertos de Foucault (1994: VII) sobre a forma como Pomme descreveu o tratamento de histéricas em meados do século XVIII:

[...] porções membranosas semelhantes a pedaços de pergaminho molhado se desprendem com pequenas dores e diariamente saírem da urina, o ureter do lado direito se despojar por sua vez e sair por inteiro pela mesma via [...].

Foucault (1994: VIII) destaca também como, menos de 100 anos depois, Bayle descreve as lesões encefálicas na paralisia geral em exame post-mortem: “Sua superfície externa, aplicada à lâmina aracnóide da dura-máter adere a esta lâmina, ora de modo muito frouxo [...] ora de modo firme [...]”.

Estas relações são exemplares de um movimento que ocorreu não somente no processo de dicionarização, mas também no de constituição de uma forma outra de ver e dizer na Medicina. A classificação se apoia na nomenclatura anteriormente construída, mas gera o mesmo deslocamento no sentido de adotar uma abordagem mais concisa com vocabulário mais especializado.

No verbe *demência*, em ambos os dicionários, a sinonímia é estabelecida com o termo *loucura*, por isso foi essencial incluir em nosso *corpus*. Loucura, em ambos, são como sinônimos, significando “falta de juízo”. No entanto, em Bluteau aparecem em “loucura” referências a textos clássicos e algumas considerações de ordem espiritual:

Dizia Catão, que dos loucos mais aprendião os sabios, que dos sabios os doudos. Arostoteles, & Seneca dizem, que não há homem de grande talento sem vea de doudo [...]. A loucura não he qualidade d'alma, [...] he má disposição dos instrumentos com q obra. Muitos pays de grande entendimento tiverão filhos de pouco juízo.

Na definição de *patologia* ocorre um fenômeno particularmente interessante. Ao contrário do que entendemos hoje, como sinônimo de doença, os primeiros dicionários monolíngues definem de forma diversa. Segundo Bluteau, “He a parte da medicina, que ensina a conhecer os achaques, assim do corpo, como do espírito, a sua natureza as causas os symptomas, &c”. Segundo Moraes: “Parte da medicina que ensina a conhecer, e a distinguir, as doenças”. Faz-se necessário, uma vez que patologia é vista como um *campo* de estudos que estuda os sintomas e as doenças, analisar também estes verbetes.

Nos dois dicionários, “sinal” tem o sentido de possível indicativo de uma doença, enquanto “sintoma” é parte da doença, o que explica uma relativa neutralidade do termo quando comparado a *sintoma* ainda hoje. Na Neurolinguística de orientações sócio-históricoculturais, adotamos mais amplamente o termo sinais, pois, como afirma Foucault (1994), sua carga semântica traz implícita a concepção de *doença*. Em geral, o termo é marcado por aspectos negativos, enquanto *sinal*, embora não seja neutro, não é necessariamente marcado como patológico.

Ao abordar *doença*, mais uma vez observamos a diferença entre as definições de Moraes e Bluteau. Enquanto em Moraes há apenas a definição “Estado inferno preternatural do corpo, infirmitade, má saúde”, Bluteau mais uma vez traz uma definição com cerca de uma página evocando grandes autores e ditos populares, como: “O não conhecer a doença, mais atormenta q a própria doença”.

Porter (1993, p. 366) aborda a questão da necessidade dos diagnósticos para a Medicina e para o paciente, retomando um ditado:

[...] ao dar um rótulo ao problema espera-se diminuir a ansiedade da ignorância. A nomeação de doenças envolve classificação, promove o prognóstico e indica a terapia. Como diz o velho ditado, uma doença nomeada é uma doença quase curada.

6. Considerações finais

A presente pesquisa revela que o estudo dos verbetes presentes e ausentes colabora para a compreensão de questões da Clínica que interessam à Neurolinguística, como os verbetes relacionados às patologias e como os saberes ali revelados circulam ainda hoje, em particular, no dicionário de Bluteau, que traz, além das definições consideradas mais objetivas e privilegiadas pelas ideias positivistas que fomentam o pensamento da Medicina classificatória, elementos como dizeres literários e populares que colaboram para a compreensão de desafios para a Neurolinguística de orientações sócio-históricoculturais de significações já tão arraigadas em nossa cultura.

Referências Bibliográficas

BLUTEAU, R. VocabularioPortuguez e Latino. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

COUDRY, M.I.H.; POSSENTI, S. "AvaliarDiscursos Patológicos". In Cadernosde EstudosLingüísticos, numero 5, paginas 99-109, 1982.

COUDRY, M.I.H. *Diário de Narciso – discurso e afasia*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1986/1988].

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Forense Universitária. 1994 [1963].

MORAES, A. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789.

MORATO, E.M. Neurolingüística. In: MUSSALIN, F. & BENTES, A. (Ed). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Ed. Cortez, 2002.

NOVAES-PINTO, R. *Uma contribuição do estudo discursivo para uma análise crítica das categorias clínicas*. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 1999.

NUNES, J. H. *Dicionários do Brasil: Análises e História*. Campinas: Pontes, 2006.

ANÁLISE DAS FORMAÇÕES DISCURSIVAS NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E AS POSIÇÕES-SUJEITO NA CONCILIAÇÃO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Lúcia M. C. FAJARDO (UFBA)⁹¹⁴

Resumo: O objetivo desse trabalho que se baseia no referencial dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso Pecheutiana, é o de analisar as formações discursivas, de determinados discursos, presentes no contexto das mediações no Juizado Especial Cível, analisando também as posições-sujeito inerentes aos participantes da conciliação em relação ao seu interlocutor (o mediador ou a outra parte). Tem ainda como meta chegar à formação discursiva que domina os discursos na conciliação no Juizado Especial Cível (JEC), bem como identificar a relação dessa formação discursiva dominante com outras formações discursivas que se entrecruzarem, atingindo assim, a formação ideológica implícita nos diversos discursos.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Formação Discursiva. Mediação.

1. A formação discursiva na análise automática do discurso (1966-1969)

Malidier (2011) cita que o livro *Analyse Automatique du discours*, 1966-1969, referendado como “a máquina discursiva”, é a conclusão das reflexões epistemológicas desenvolvidas desde 1966 com Ganguilhen e Althusser e o ponto de partida da “aventura teórica do discurso”. Comenta ser o acima citado, um livro que não só dará consistência ao novo campo que se pretende instaurar mas também contribuirá para a constituição da Análise do Discurso (AD) como disciplina científica.

O livro “Análise automática do discurso” já sintetiza todos os aspectos a partir dos quais Pêcheux trabalha sobre o discurso; propõe, na expectativa de uma “teoria do discurso”, ainda na sua origem (cf. o título *Orientations conceptuelles pour une théorie du discours*), a definição de procedimentos de Análise do discurso; faz a primeira utilização de um dispositivo informático. Para Malidier (2011), até o final, esses três aspectos serão indivisíveis no trabalho de Pêcheux sobre o discurso.

O livro Análise automática do discurso (1969) traz a definição de discurso elaborado a partir de uma reflexão crítica sobre o corte fundador feito por Saussure e não sobre sua superação. Baseando-se na língua (compreendida como sistema no sentido saussuriano), o discurso reformula a fala, esse “resíduo filosófico”, cujas consequências subjetivistas devem ser eliminadas. O livro presume, de acordo com a fórmula althusseriana, uma “mudança de terreno”, ou seja, a interferência de conceitos exteriores à linguística. “O novo objeto é assim definido e essa posição jamais se alterará, por uma dupla fundamentação na língua e na História” (MALDIDIER, 2011, p. 44). Ele (o livro) é pensado sob o modo de uma ruptura epistemológica com a ideologia subjetivista que reina nas ciências sociais e regula a leitura dos textos.

2. A formação discursiva na teoria do discurso (1970-1975)

⁹¹⁴ Universidade Federal da Bahia. Salvador. Brasil. E-mail: luciafajardo2@yahoo.com.br

Depois disso, um segundo momento se abre e conduz, a partir de 1970, a *Les Vérités de La Palice* (1975b), o livro da grande teoria do discurso, publicado em 1975. No capítulo III – Discurso e ideologia, no item: A forma-sujeito do discurso, Pêcheux (1975b) define:

Chamaremos, então *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PÊCHEUX, 1975b, p. 160)

Um extenso caminho rege a fundação de uma teoria do discurso que é também uma teoria da materialidade do sentido. Esse caminho vai da admissão da noção de Formação Discursiva (FD), no texto “Língua, linguagens, discurso” (1971), editado no jornal *l’Humanité*, e no artigo escrito com Claudine Haroche e Paul Henry e publicado no número 24 da revista *Langages* (1971), à conformação das noções correlativas em *Les Vérités de La Palice* (1975b), o apogeu dessa construção.

A reflexão sobre o caráter contraditório e desigual da formação discursiva leva Pêcheux a retomar a noção de FD do texto de 1971 e acrescentar a ele a discussão sobre a materialidade do interdiscurso, isto é:

Assim, ao reconhecermos que a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido (sua “matriz” por assim dizer), somos diretamente levados à nossa segunda tese [...] Toda formação discursiva dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 1975b, p. 162)

A primeira noção de *formação discursiva* é o núcleo da teoria do discurso. Quer a expressão tenha sido ou não emprestada de Michel Foucault (1969), o que mais importa é seu deslocamento. Determinando “o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição numa dada conjuntura”, a *formação discursiva* formou-se como um constituinte da *formação ideológica*. Afastada de Foucault, suspeito de manter um “discurso paralelo” ao Materialismo histórico, a noção significa uma primeira relação entre a História, vista sob os tipos de relações ideológicas de força nas sociedades de classe, e a materialidade linguageira. Sua recuperação no campo da Análise do discurso com frequência demonstrou os temores de Pêcheux. Não trabalhada com outras noções e delas isolada, a noção de *formação discursiva* frequentemente provocou desvios taxionômicos, contrários da dimensão histórica que devia legitimá-la. Aqui há uma eminente distinção: o retratamento da noção realizado por Jean-Jacques Courtine (1981), em sua tese sobre “o discurso comunista endereçado aos cristãos”.

Proposto desde *Analyse automatique du discours* (1969), conferir a idéia do não dito constitutivo expressa pelo princípio da dupla diferença em *L’inquietude du discours* (1990, p. 130), evocado em *Langages*, número 37 (1975a), o *interdiscurso* é obtido de uma formulação fabricada na linguagem do marxismo-leninismo em *Les Vérités de La Palice* (1975b). Apoiando-nos em Pêcheux, podemos defini-lo, dizendo que o discurso se compõe a partir de dados discursivos já ditos, que “isso fala” sempre “antes, em outro lugar e independentemente”. A noção introduzida por Pêcheux (1969) não se confunde com a intertextualidade derivada de Bakhtin (1981), mas lida com o espaço ideológico-discursivo no qual se desenvolvem as *formações discursivas*, em função das relações de dominação, subordinação e contradição. Observamos a vinculação com o *pré-construído*, como ponto de assimilação do interdiscurso.

A teoria do discurso apresentada em *Les Vérités de La Palice* (1975b) é uma grande

máquina teórica que tenta apoiar tudo. Sob a soberania da ideologia dominante e do interdiscurso, o sentido se constitui na *formação discursiva*, impercebida pelo sujeito, que, ignorando seu assujeitamento à Ideologia, se crê dono de seu discurso e fonte de seu sentido.

Os processos discursivos compõem a fonte da produção dos efeitos de sentido no discurso e a língua é o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido. De acordo com essa perspectiva, se processo discursivo é produção de sentido, discurso passa a ser o espaço em que se manifestam as significações. Para Brandão (2004), o lugar relativo à constituição dos sentidos é a *formação discursiva*, noção que, juntamente com a de condição de produção e formação ideológica, vai compor uma tríade básica nas formulações teóricas da Análise do Discurso (AD). A noção de *formação discursiva* representa, na AD, um lugar central da articulação entre língua e discurso.

Segundo Brandão (2004), formalmente, a noção de *formação discursiva* contém dois tipos de funcionamento: a) a paráfrase: uma *formação discursiva* é composta por um sistema de paráfrase, ou seja, é um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras em busca da preservação de sua identidade. A essa noção, Orlandi (1983) confronta uma outra: a de polissemia, conferindo a essas noções opositivas o papel de mecanismos básicos do funcionamento discursivo. Enquanto paráfrase é um mecanismo de "fechamento", de "delimitação" das fronteiras, de uma *formação discursiva*, a polissemia desfaz essas fronteiras, "embaralhando" os limites entre diferentes *formações discursivas*, estabelecendo a pluralidade, a multiplicidade de sentidos; b) o pré-construído: constitui, segundo Pêcheux (1975b), um dos pontos essenciais da articulação da teoria dos discursos com a linguística. Introduzido por Henry (1975), o termo indica aquilo que refere a uma construção anterior e exterior, independente, contrário ao que é "construído" pelo enunciado. É o elemento que irrompe na superfície discursiva como se estivesse já-aí. Assim:

O pré-construído remete assim às evidências através das quais o sujeito dá a conhecer os objetos de seu discurso: "o que cada um sabe" e simultaneamente "o que cada um pode ver" em uma situação dada. Isso equivale a dizer que se constitui, no seio de uma formação discursiva, um Sujeito Universal que garante "o que cada um conhece, pode ver ou compreender". (HENRY, 1975 apud BRANDÃO, 2004, p. 48)

Desse modo, o pré-construído equivale ao "toujours déjà-là" da interpelação ideológica que não só fornece mas impõe à "realidade" ("o mundo das coisas") o seu "sentido" sob a forma da universalidade. Assim, o pré-construído, compreendido como "objeto ideológico, representação, realidade" é apreendido pelo enunciador no processo do seu assujeitamento ideológico quando se realiza a sua identificação, enquanto sujeito enunciador, com o Sujeito Universal da formação discursiva.

A partir do texto *Remontons de Foucault à Spinoza* (1977a), Pêcheux abandona a idéia de formação discursiva como um bloco homogêneo ligado a uma ideologia dominante e passa a trabalhar com a idéia de que uma ideologia é não idêntica a si mesma, em relação à categoria spinosista de contradição. A partir de então, coloca-se a questão da presença da heterogeneidade no interior da ideologia dominada.

3. A formação discursiva na desconstrução-reconfiguração das experimentações (1976-1979) e nas reconfigurações (1980-1983)

Examinando a desconstrução-reconfiguração das experimentações de Pêcheux (1977a), observamos que, desde a segunda metade dos anos de 1970, surgem na França as primeiras notícias e os princípios da crise de que resulta um verdadeiro retrocesso da conjuntura teórica

por volta de 1980. Uma crise que, na França, talvez seja uma crise política, a partir do rompimento do Programa Comum das Esquerdas, em 1977. Essa interrupção desenvolve-se com a depreciação do político, a incerteza sobre as positivities e com as coerências globalizantes.

Mazière (2007) comenta que em dois textos de Pêcheux de 1977 e 1978, publicados em 1990 por Mالدیدier em *L'inquietude du discours*, “Remontons de Foucault à Spinoza” (1977a) e “*Il n’y a de cause que de ce qui cloche*” (1978), levantam-se importantes questões sobre o sujeito da ideologia. Neles, Pêcheux admite que a maior objeção à identificação do falante faz “mancar” seu raciocínio e reinicia, com isso, o que ele pretende denunciar.

Em 1978, Pêcheux escreve o texto de remorso teórico, acima citado, que ele coloca sob a proteção de Lacan, concedendo-lhe o título “*Il n’y a de cause que de ce qui cloche* (Só há causa daquilo que falha)”. O texto será, mais tarde, o Anexo III da tradução inglesa de *Les Vérités de La Palice*, editada em 1978.

Pêcheux (1975b) afirma: “é preciso explicitar o conjunto complexo, desigual e contraditório das formações discursivas numa situação dada, sob a dominação do conjunto das formações ideológicas, tal como a luta ideológica das classes determina” (PÊCHEUX, 1975b, p. 254); argumenta, também, sobre a instabilidade e a heterogeneidade das FD tornarem mais complexa a tarefa do analista de discurso. Em 1977, Pêcheux propõe que a AD tome como objeto “as invasões, os atravessamentos constitutivos” da “pluralidade contraditória, desigual e interiormente subordinada das FD”.

A partir de 1977, a primazia da heterogeneidade coloca-se tanto como categoria conceitual quanto em relação ao corpus. Tomando a FD no interior desse intrincamento, ela não investe mais em espaços enunciativos pensados como um exterior ideológico e passa a ser investigada na dispersão dos lugares enunciativos.

Em relação à constituição do corpus, a inscrição dos enunciados em um conjunto de formulações – “como um nó em uma rede” – torna mais complexa a noção de “condições de produção”, pensada como articulação de um feixe de enunciados.

Gregolin (2007) aborda que é na “ausência da categoria marxista de luta de classes” na compreensão dos enunciados (e, conseqüentemente, na noção de formação discursiva) que se baseia a crítica que Pêcheux faz a Foucault em *Remontons...*(1977a). Pêcheux defende que, em relação ao político, Foucault e Spinoza têm uma diferença prática, pois se encontra, em Spinoza, uma elaboração da contradição inerente à luta ideológica que ele trava com a religião, enquanto Foucault, colocando-se “à distância” da luta política, constrói um “marxismo paralelo”.

Segundo Gregolin (2007), analisando essas idéias em *Remontons...*(1977a), Pêcheux demonstra a “lição de materialismo” dada por Spinoza quando este examina a interpretação dos textos sagrados realizada pelo aparelho religioso e lança “o primeiro ataque conseqüente contra a ideologia religiosa”. Esse ataque, feito do interior mesmo do discurso religioso, demonstra que uma ideologia (com o discurso que a realiza) “não pode, de maneira nenhuma, ser compreendida como um bloco homogêneo, idêntico a si mesmo, com seu núcleo, sua essência, sua forma típica”. A partir dessa idéia da “heterogeneidade” da ideologia, Pêcheux faz uma releitura do conceito foucaultiano de “formação discursiva”, tomando-o pela lente althusseriana, o que produz efeitos teóricos e políticos.

O marco que veio mostrar o afastamento das posições dogmáticas anteriores e prenunciar as mudanças nos trabalhos da Análise do discurso francesa foi o Colóquio *Matérialités Discursives*, realizado em 1980, em Nanterre. Os trabalhos propuseram a primazia da heterogeneidade tanto como categoria conceitual quanto em relação ao corpus: assumindo a formação discursiva no interior da heterogeneidade, ela deixa de referir-se a um exterior ideológico e passa a ser investigada na dispersão dos lugares enunciativos do sujeito. Isso proporciona a análise daquilo que Pêcheux denomina – na Abertura do Colóquio

Matérialités Discursives (1981b, p. 6-10), “délocalisation tendantielle du sujet énonciateur” no interior da materialidade dos textos.

Courtine (1981) tem papel essencial nessa “leitura sem filtro” que será feita da obra de Foucault. Em sua participação no Colóquio *Matérialités Discursives*, ele critica a noção de *formação discursiva* desenvolvida por Pêcheux, considerando-a “muito fechada” e propõe, a partir de Foucault, pensá-la como “fronteiras que se deslocam”.

A virada em direção a uma noção de sujeito não mais totalmente assujeitado à interpelação ideológica ficará evidente em seu último texto (1983), onde é feita a crítica dessa ideia althusseriana. Percebendo que o discurso é um fato, ao mesmo tempo ligado à estrutura e ao acontecimento, afirma Pêcheux (1983):

A noção de “formação discursiva”, emprestada de Foucault pela análise de discurso, derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e, por isso mesmo, voltada à repetição: no limite, essa concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora. (PÊCHEUX, 1983, p. 36)

Para Brandão (2004), a noção de *formação discursiva* determina a menção à interpelação/assujeitamento do indivíduo em sujeito de seu discurso. É a *formação discursiva* que consente o fato de que sujeitos falantes, numa determinada conjuntura histórica, possam estar de acordo ou não sobre o sentido a dar às palavras, “falar diferentemente falando a mesma língua”. Isso leva a constatar que uma formação discursiva não é “uma única linguagem para todos” ou “para cada um sua linguagem”, mas que numa formação discursiva encontram-se “várias linguagens em uma única” (BRANDÃO, 2004, p. 49). São essas verificações que levam Courtine e Marandin (1981) a concluir que uma FD é, assim, heterogênea a ela própria: o fechamento de uma FD é essencialmente instável.

Segundo PÊCHEUX (1983, p. 314), na segunda época da Análise de discurso, AD-2, época da justaposição dos processos discursivos à tematização de seu entrelaçamento desigual, “o deslocamento teórico que abre o segundo período resulta de uma conversão (filosófica) do olhar pelo qual são as *relações entre* as ‘máquinas’ discursivas estruturais que se tornam o objeto da AD”. Assim, afirma Pêcheux (1983):

Na perspectiva da AD-2, estas relações são relações de força desiguais entre processos discursivos [...] a noção de *formação discursiva* (FD) tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a noção de máquina estrutural fechada [...] uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de “preconstruídos” e de “discursos transversos”). (PÊCHEUX, 1983, p. 314)

Para Pêcheux (1983), a noção de *interdiscurso* é incorporada para indicar “o exterior específico” de uma FD enquanto este se precipita nesta FD para constituí-la em lugar de evidência discursiva, submetida à lei da repetição estrutural fechada: o fechamento da maquinaria é formado como o efeito paradoxal da invasão de um “além” exterior e anterior.

No que concerne à relação com a linguística, Pêcheux sempre esteve ligado a suas problemáticas. Ele sempre considerou como central a tarefa de constituir a “análise do discurso” e, por isso, estabeleceu uma permanente e tensa relação com os estudos linguísticos. Daí a centralidade que ele imprime à teorização da relação entre ideologia, inconsciente e linguagem, naquilo que sintetizará como o “real da língua”.

4. Mediação de conflitos

O tema Mediação de conflitos, nesta pesquisa, se deve ao fato de tal meio alternativo de disputa ser um forte aliado do Poder Judiciário e da sociedade, pois a mediação desafoga a justiça comum, a qual é morosa pelo acúmulo de processos a serem julgados, oferecendo à sociedade decisões mais céleres e de maior qualidade, uma vez que há interesse de que os conflitos sejam resolvidos por meio do diálogo entre as partes, possibilitando um acordo que atenda os interesses de ambas.

Este trabalho se baseia no referencial dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso Pecheutiana, corrente que estuda o discurso, entendido como o “efeito de sentido entre interlocutores”, e que concebe a língua como marcadamente constituída pela heterogeneidade, ou seja, atravessada pela história e pela ideologia.

Tem como *corpus* a conciliação “Perda do cartão”, gravada em áudio de conciliação no Juizado Especial Cível. A escolha dessa gravação se deu pelo fato de a mesma, dentre as nove gravações feitas, ser a que contém as três partes: vítima, réu e mediador, e por ter ao final chegado a um acordo entre as partes, levando assim, a uma boa análise da mediação de conflitos.

A conciliação “Perda do cartão” foi gravada por esta pesquisadora em um dia. A gravação tem a duração de 1: 15 h. Foram oito os participantes desta conciliação, sendo eles: (1) A vítima, da qual o cartão foi roubado e foi cobrada por um banco, uma loja e um posto de gasolina por compras que não fez. (2) Seu esposo. (3) A advogada do banco. (4) O advogado do posto. (5) A vendedora da loja. (6) A advogada da loja. (7) O mediador. (8) A advogada do JEC.

A transcrição dos dados será de acordo com critérios do NURC. Essa pesquisa fornece um retorno para a comunidade, no sentido de buscar melhorar a mediação, na medida em que incentiva a cultura do diálogo e a efetivação da democracia.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, L. et al. (1965). *Lire le capital*. Paris: Maspero. Trad. bras.: Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ALTHUSSER, L. Freud e Lacan. *La nouvelle critique*, 161-162, dez.-jan. de 1964-1965. Trad. port. em: *Posições*. Lisboa: Horizonte, 1977.

ALTHUSSER, L. *Elements de autocritique*. Paris: Hachette, 1973.

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Martins Fontes, 1974.

BAKHTINE, M; TODOROV, T. *Le principe dialogique*. Écrits du cercle de Bakhtine. Paris: Éditions du Seuil, 1981.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

CONEIN, B. et al. (Org.) *Materialités discursives*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.

COURTINE, J. J. (1981). Analyse du discours politique. *Langages* (62). Trad. bras. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: UFSCAR, 2009.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1969.

GADET, F. & HACK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Unicamp, 1993.

GREGOLIN, M. do R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos*. 3. ed. São Carlos: Claraluz, 2007.

MALDIDIER, Denise. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (Orgs.), *Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 39-62.

MALDIDIER, D. *L'inquietude du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1990.

MAZIÈRE, F. *A Análise do discurso: história e práticas*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1983.

PECHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod, 1969.

_____. (1975b). *Les vérités de la palice*. Paris: Maspero. Trad. bras. Eni Orlandi. Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. (1977a). Remontons de Foucault à Spinoza. In: *L'inquietude du discours*. Paris: Éditions des Cendres, 1990.

_____. (1978). Il n'y a de cause de ce qui cloche. Anexo à edição inglesa de *Les vérités de la palice*. Trad. bras. (Só há causa daquilo que falha. O inverno político francês, início de uma retificação) em: *Semântica e discurso*. Uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. (1983). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

_____. et al. (1971). La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages* (24).

PÊCHEUX, M. (1983). Analyse de discours: trois époques. Inédito em francês. Trad. bras. em GADET, F. & HACK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 1993, p. 311-319.

SPINOSA, B. Tratado da correção do intelecto. Trad. bras. Carlos Lopes de Mattos. In: *Spinosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

CENAS DA ENUNCIÇÃO E ETHOS NA EXPEDIÇÃO RONCADOR-XINGU: ANÁLISE DISCURSIVA

Karla Amorim SANCHO (UFMT)⁹¹⁵

Resumo: Esta pesquisa, inserida no campo dos estudos discursivos, tem como objetivo geral fazer uma análise discursiva da produção literária e midiática relativa à Expedição Roncador-Xingu. À luz da Análise do Discurso de orientação francesa, este trabalho investigará textos que narraram os principais acontecimentos da expedição que os Irmãos Villas-Bôas conduziram pelas entranhas do Brasil a partir de 1944. Nosso estudo objetiva investigar por meio das categorias de análise: cena da enunciação, cena genérica, cenografia e ethos (MAINGUENEAU, 2008), as razões pelas quais as narrativas da Expedição produzem majoritariamente imagens eufóricas sobre o papel dos Irmãos Villas-Bôas à frente da Expedição.

Palavras-chave: Expedição Roncador-Xingu. Cenas da Enunciação. Ethos.

1. A noção de Ethos

Quando se recorre à noção de ethos, é usual fazer um percurso que retome a *Retórica* de Aristóteles, por ser ele o primeiro autor em que encontramos uma elaboração conceitual ou, ao menos, cujo pensamento chegou à atualidade.

Conforme Aristóteles, o discurso constitui-se de três elementos: o orador, o assunto de que se fala e o ouvinte, ao qual o discurso é direcionado. A esses elementos correspondem três tipos de provas argumentativas – o *logos*, o *pathos* e o *ethos* – utilizadas pelo enunciador para convencer sua assistência: o *logos* diz respeito à mobilização do auditório pelo uso de argumentos racionais; o *pathos* refere-se à prática de comover o auditório por meio das paixões nele suscitadas pelo discurso e o *ethos* alude à mobilização do auditório pelo caráter/conduta do orador.

No que diz respeito à noção de ethos, Maingueneau assevera que todo discurso relaciona-se a uma voz ou tom, decorrentes de seu caráter de enunciação. Esta era uma noção bem conhecida da retórica antiga, que denominava *ethé* as características que os oradores se atribuíam implicitamente, não pelo que afirmavam sobre si mesmos, mas pela aparência que lhes impunha a própria maneira de enunciarem seus discursos: o ritmo, a entonação, a escolha das palavras e dos argumentos evidenciavam determinadas características.

Com o objetivo de explanar a noção de *ethos*, para torná-la operacional na abordagem da análise de discurso, Maingueneau nota que, além de traços linguísticos, ela pode envolver elementos como: tom da voz, ritmo da fala, mímicas, trajés, postura, gestualidade, enfim,

É, em última análise, uma decisão teórica: saber se se deve relacionar o ethos ao material propriamente verbal, atribuir poder às palavras, ou se se devem integrar a ele – em quais proporções – elementos como as roupas do locutor, seus gestos, ou seja, o conjunto do quadro da comunicação. O problema é por demais delicado, posto que o ethos, por natureza é um *comportamento*

⁹¹⁵ UFMT, Instituto de Linguagens (IL), Mestranda do Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem (MeEL). Cuiabá-MT, Brasil. E-mail: karlamorim@yahoo.com.br

que, como tal, articula verbal e não verbal, provocando nos destinatários efeitos multissensoriais (MAINGUENEAU, 2011, p.16)

Maingueneau (2008a) trabalha com o intuito de ampliar o sentido do termo *ethos*, segundo as finalidades requeridas pela análise de discurso, desde a década de 80. Nesse contexto disciplinar, o *ethos* é idealizado como a maneira de dizer atrelada à figura do enunciador, que é o “fiador” de seu discurso, e que, por meio de sua fala, constrói uma imagem de si ajustada com os mundos instituídos pelos enunciados. O autor propõe que “qualquer discurso escrito, mesmo que a negue, possui uma vocalidade específica, que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa, por meio de um tom que indica quem o disse”. (MAINGUENEAU, 2008a, p. 72).

Na retórica aristotélica, o *ethos* vinculava-se “à eloquência, à oralidade em situação de fala pública (assembléia, tribunal...)”, devido ao contexto discursivo da Grécia antiga. Atualmente, não vivemos naquele mesmo contexto, portanto, o discurso não é mais condicionado pelos mesmos dispositivos; o que era uma disciplina única (a retórica) desdobrou-se em diferentes disciplinas, que possuem empenhos diversos e apreendem o *ethos* em perspectivas variadas. No universo conceitual da análise de discurso, fez-se necessário expandir seu alcance, para abranger os diversos tipos de texto, sejam eles orais, escritos ou mesmo multimodais. Por isso, “a noção de *ethos*, que mantém um laço crucial com a reflexividade enunciativa, permite articular corpo e discurso para além de uma posição empírica entre oral e escrito”. (MAINGUENEAU, 2011, p. 17).

O autor prefere o termo “tom” ao termo “voz”, já que “tom” lhe parece mais apropriado para indicar tanto o escrito quanto o oral (MAINGUENEAU, 2011, p.18). Argumenta também que sua concepção de *ethos* é mais “encarnada”, considerando-se que “recobre não somente a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas associadas ao ‘fiador’ pelas representações coletivas”. Assim, são conferidos ao fiador um “caráter” e uma “corporalidade”. Ele explica que “o ‘caráter’ corresponde a um feixe de traços psicológicos”, enquanto a “corporalidade” está “associada a uma compleição física e a uma maneira de vestir-se” (MAINGUENEAU, 2011, p.18). Então, o *ethos* pode ser considerado como um comportamento que, combinando aspectos verbais e não verbais, produz efeitos no interlocutor que não provêm apenas de palavras, que não são ditos explicitamente. Ele faz referência a uma maneira de movimentar-se no espaço social, associada a certos comportamentos estereotípicos comuns ao enunciador e seus coenunciadores. A enunciação cumpre o papel de contribuir para reforçar ou transformar tais estereótipos.

No que diz respeito à incorporação do leitor ao *ethos* produzido pelo enunciador, o autor argumenta que “ela implica um ‘mundo ético’ do qual ele é parte prenante e ao qual ele dá acesso” (2011, p.18). Esse “mundo ético” é acionado pela leitura e retoma algumas “situações estereotípicas associadas a comportamentos” (MAINGUENEAU, 2011, p. 18).

Desta forma, observando o comportamento do enunciador, o interlocutor analisa e apoia-se em um conjunto de traços sociais presentes no discurso do enunciador, ao se posicionar a respeito de alguma questão. Isso contribui para que a avaliação do leitor/ouvinte seja positiva ou negativa, o que depende dos costumes e da sociedade da qual fazem parte o fiador e o interlocutor. Dessa maneira, identificando aspectos de um determinado “mundo ético” incorporado no orador, o interlocutor opta por aderir ou não aderir à postura daquela comunidade imaginária. Nessa perspectiva, constata-se que “mundo ético” implica o compartilhamento de algumas posturas sócio-ideológicas por determinado grupo estável e reconhecido por uma sociedade. Assim, um grupo pertencente a um determinado mundo ético pretende conquistar a adesão de uma comunidade imaginária, representada por outros indivíduos, que provavelmente compartilharão das mesmas ideias promovidas por esse grupo já existente.

Dentre os exemplos de mundos éticos, são citados em Maingueneau (2011, p. 18): o mundo ético dos executivos dinâmicos, o dos ricos emergentes, o das celebridades, etc., que são referências amplamente exploradas pela publicidade contemporânea. Neste sentido, ressaltamos que o mundo ético contemplado por nosso estudo refere-se ao dos sertanistas/indigenistas, do qual os Irmãos Villas-Bôas foram representantes. Entre os traços marcantes do comportamento associado aos integrantes desse grupo estão as propostas de concretizar os planos do governo federal de fomento ao progresso no centro-oeste do Brasil e a de zelar pela manutenção das culturas indígenas ali presentes. Traços contraditórios.

Maingueneau (2011, p. 18) explana o processo de ‘incorporação’, compreendido como a forma pela qual o interlocutor (ouvinte, leitor, telespectador) se apropria do *ethos*, por meio de três registros: 1) “a enunciação da obra confere uma ‘corporalidade’ ao fiador, ela lhe ‘dá corpo’”; 2) “o destinatário ‘incorpora’, assimila um conjunto de esquemas que correspondem a uma maneira específica de se remeter ao mundo habitando seu próprio corpo”; 3) as duas primeiras incorporações levam “a constituição de um ‘corpo’, da comunidade imaginária dos que aderem ao mesmo discurso”.

2. As Cenas da Enunciação

Maingueneau explora também a articulação do *ethos* com as cenas da enunciação: “Por meio do *ethos*, o destinatário está, de fato, convocado a um lugar, inscrito na cena de enunciação que o texto implica” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 70). Ocorre, portanto, uma indispensável inscrição do corpo enunciante numa situação que a cena de enunciação pressupõe e legitima. Por essa razão, o autor ressalta: “Não se pode opor a cena de enunciação e o enunciado como a ‘forma’ e o ‘conteúdo’: a cena da enunciação é uma dimensão essencial do ‘conteúdo’” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 52)

A cena da enunciação é formada por uma tríade que abrange: a “cena englobante”, a “cena genérica” e a “cenografia” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 70). Dentre as três, somente as duas primeiras estão essencialmente presentes em uma situação discursiva, sendo que a última é dependente da finalidade de cada gênero discursivo.

A “cena englobante” “corresponde ao tipo de discurso, ao seu estatuto pragmático” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 115), designando, principalmente, o modo de o texto interpelar o leitor. Quando recebemos um folheto na rua, somos capazes de remetê-lo ao discurso político, publicitário, jornalístico, ou qualquer outro tipo. Por exemplo, como leitores de um folheto de teor político, somos interpelados como possíveis eleitores.

A cena englobante é excessivamente geral para especificar as atividades discursivas em que enunciador e co-enunciador encontram-se empenhados. “Vemo-nos confrontados com *gêneros de discurso* particulares, com rituais sociolinguageiros que definem várias *cenas genéricas*” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 116). A cena genérica implica um contexto particular que estabelece os papéis dos participantes, o modo de inscrição no espaço e no tempo, o suporte material, a finalidade etc. No caso de um folheto publicitário, um gênero textual específico, concretizado por meio de um suporte textual (impresso) também específico, temos o produtor (o enunciador) de determinadas mercadorias ou serviços tentando persuadir uma classe determinada de consumidores (o co-enunciador) a adquirir tais produtos.

Os espaços da cena englobante e da cena genérica são relativamente constantes e, na maioria das vezes, apenas eles definem a cena da enunciação. Porém, pode intervir uma cena bastante peculiar e imprevisível – a cenografia – “que não é imposta pelo tipo ou pelo gênero do discurso, mas é instituída pelo próprio discurso” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 116). Também segundo o autor, “a escolha da cenografia não é indiferente: o discurso, desenvolvendo-se a partir de *sua* cenografia, pretende convencer instituindo a cena de

enunciação que o legitima” (2008b, p. 117). A isso Maingueneau (2011, p. 87) chama de “enlaçamento paradoxal”, isto é, a enunciação supõe uma determinada cena que, efetivamente, somente se constitui e valida à medida que ela própria vai se desenrolando.

Além disso, uma cenografia pode incluir uma cena validada, que se caracteriza por apresentar aspectos que foram fixados na memória coletiva, que evocam determinados modos de ser e estar ligados às atividades sociais. Uma cena validada funciona “como um estereótipo autonomizado, descontextualizado, disponível para reinvestimento em outros textos” (MAINGUENEAU, 2005, p. 92).

Segundo Maingueneau (2008b, p.117), numa cenografia se unem “uma figura de enunciador e uma figura correlata de coenunciadores” que, por sua vez, “supõem igualmente uma cronografia (um momento) e uma topografia (um lugar), das quais pretende originar-se o discurso”. Conforme Possenti (2008, p. 205) “a cronografia e a topografia não são tempos cronológicos nem espaços geográficos, mas ‘tempos’ e ‘espaços’ ideológicos, históricos: a favela, a cidade, a civilização, a globalização”.

A cena de diário da Expedição Roncador-Xingu, no caso do livro *A Marcha para o Oeste*, não é uma cena genérica, mas uma *cenografia* construída pelo texto, a cena de fala da qual o texto pretende originar-se (simular que se origina...). Essa narrativa poderia ter se manifestado por meio de cenografias diferentes, sem alteração da cena genérica. A cenografia de diário, como qualquer outra cenografia visa fazer passar a cena englobante e a cena genérica a segundo plano, de modo que o leitor se situa diante de uma armadilha: quando a cenografia é bem explorada, ele recebe esse texto primeiramente como um diário, e não como uma narrativa documentada a partir de uma perspectiva particular. O filme *Xingu*, que se baseia no referido livro também utiliza este expediente. Exibe, no material de divulgação e na exibição do filme a inscrição: “Baseado em uma história real”, com o intento de conferir credibilidade ao texto fílmico e favorecer a recepção do interlocutor.

Dessa maneira, “o discurso impõe sua cenografia de algum modo desde o início; mas, de outro lado, é por intermédio de sua própria enunciação que ele poderá legitimar a cenografia que ele impõe”. Mas, para isso, é necessário que o discurso faça seus intérpretes “aceitarem o lugar que ele pretende lhes designar nessa cenografia e, de modo mais amplo, no universo de sentido do qual ela participa” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 117). Considerando isso, o autor afirma que o *ethos* é inseparável da cenografia, uma vez que ele constitui o enunciador para que ele possa “legitimamente” interpelar o coenunciador de seu discurso.

Para que a cenografia cumpra inteiramente seu papel, não deve ser considerada como uma simples moldura, ou como um palco definido antes e fora da enunciação, mas, a um só tempo, como origem e produto do discurso. À medida que o co-enunciador (leitor, ouvinte, expectador) avança no texto, ele precisa se convencer de que aquela cenografia, e não outra, é a ideal para aquele discurso. Por isso o autor, adverte:

Um dos mal-entendidos sempre suscitados pela noção de cenografia é que muitas vezes interpretada como uma simples cena, como um quadro estável no interior do qual se desenrolaria a enunciação. Na verdade, é preciso concebê-la ao mesmo ao mesmo tempo como quadro e como processo. A *-grafia* é um processo de inscrição legitimamente que traça um círculo: o discurso implica certa situação de enunciação, um *ethos* e um ‘código linguageiro’ através dos quais se configura um mundo que, em retorno, os valida por sua própria emergência. O ‘conteúdo’ aparece como inseparável da cenografia que lhe dá suporte. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 51)

3. Conclusão

Por fim, retomamos a síntese que elegemos como caracterizadora da base conceitual do autor, a de que o *ethos* é construído por uma relação entre uma “maneira de dizer, que se remete a uma maneira de ser” e isso leva o co-enunciador a criar uma imagem do enunciador durante sua enunciação. Essa imagem é constituída pelo “tom” do discurso, articulado a um caráter e a uma corporalidade, e, tudo isso, associado à cena de enunciação. Sem necessariamente ter de ser dito explicitamente, o *ethos* é percebido pelo destinatário por um conjunto complexo de elementos que vão desde “a escolha do registro da língua e das palavras até o planejamento textual, passando pelo ritmo e a modulação” (MAINGUENEAU, 2011, p. 16). Ele ressalta ainda que:

O co-enunciador captado pelo *ethos*, envolvente e invisível, de um discurso, faz mais do que decifrar seus conteúdos. Ele é implicado em sua cenografia, participa de uma esfera na qual pode reencontrar um enunciador que, pela vocalidade de sua fala, é construído como fiador do mundo representado. (...) Por sua própria maneira de se enunciar, o discurso mostra uma regulação eufórica do sujeito que o sustenta e do leitor que ele pretende ter. (MAINGUENEAU, 2008a, pp. 90-911).

Então, é possível perceber que as estratégias discursivas empregadas são: construção de discursos de provocação do afeto, com o intuito de tocar a emoção, sob seu aspecto “eufórico”, para provocar alegria e simpatia, ou sob o aspecto “disfórico”, para provocar temor e medo. Interessa-nos mais especificamente descrever/interpretar os recursos discursivos mobilizados nas cenas enunciativas que constituem as narrativas, silenciando a possibilidade de produzir sentidos disfóricos em relação aos Irmãos Villas-Bôas. Em outros termos, procuraremos descrever/interpretar as estratégias discursivas utilizadas pelos enunciadores de tais narrativas, destinadas a evacuar qualquer contradição de sentido que não o eufórico e a mascarar a existência da conflituosa relação entre brancos e índios.

Referências Bibliográficas

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do Ethos. In: SALGADO, Luciana; MOTTA, Ana Raquel (orgs). *Ethos Discursivo*. São Paulo: Contexto, 2011, p.11 a 29.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org.). *Imagens de si no discurso, a construção do ethos*, São Paulo: Contexto, 2008a, p.69-92.

_____. Citação e destacabilidade. Trad. Roberto Leiser Baronas & Fábio César Montanheiro. IN: MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2008b.

_____. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez, 2005.

POSSENTI, Sírio. Um dispositivo teórico e metodológico. In: BARONAS, R.L. & POSSENTI, S (Org.). *Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise de discurso do Brasil*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2008.

VILLAS BOAS, Orlando e Cláudio. *A Marcha para o Oeste: A Epopeia da Expedição Roncador-Xingu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Site: *Xingu – O Filme*. Disponível em: www.xinguofilme.com.br. Acessado em: 24 de abr. de 2012.

DISCURSO E ENUNCIADO NA PUBLICIDADE: O MACHISMO NA BOMBRIL

Lady Daiane Martins RIBEIRO (UFG-CAC/ FAPEG)⁹¹⁶
Bruno Silva de OLIVEIRA (UFG-CAC/ FAPEG)⁹¹⁷

Resumo: Este artigo tem como propósito analisar os enunciados presentes nas propagandas da Bombril. Como recorte de análise, optamos por analisar uma propaganda de 1980 e outra de 2011, utilizando como aparato teórico os pressupostos de Michel Foucault desenvolvidos no livro *Arqueologia do saber* (2008) sobre enunciado e discurso. Sob essa perspectiva de estudo, o trabalho basear-se-á nas noções de discurso e enunciado, de modo a pensarmos sobre esses conceitos em relação às construções discursivas das propagandas. Desta forma, a análise de *corpora* permitirá uma reflexão acerca do discurso machista produzido pela publicidade da Bombril, percebendo que efeitos de sentido esses enunciados produzem sobre as identidades masculinas e femininas na contemporaneidade.

Palavras-chave: Discurso, Enunciado, Bombril.

1. Introdução

Na acepção foucaultiana, o discurso é constituído por um emaranhado de enunciados que possuem uma identidade comum relacionada a determinadas formações discursivas e, ao serem analisados, são imbricados por conteúdos ideológicos, políticos e sociais, os quais se inscrevem e materializam em diversos suportes.

Diferente de alguns conceitos da Linguística, o discurso não faz parte de nenhuma dicotomia tal qual língua/fala e significante/significado apresentado por Ferdinand de Saussure no *Curso de Linguística Geral* (1916). O discurso depende da língua e/ou da linguagem para se materializar, como apresenta Cleudemar Alves Fernandes em *Análise do discurso: reflexões introdutórias* (2008, p. 13) e Eni P. Orlandi em *Análise do discurso: princípios e procedimentos* (2010, p. 22). Ele não é a língua nem a fala, essas são só as formas pelas quais o discurso geralmente se materializa, aparecendo também em outros sistemas linguísticos e/ou semiológico e nas formas verbais ou não-verbais. Claudiana N. P. Narzetti em *Contribuições de M. Pêcheux e M. Bakhtin para o estudo das novas discursividades* (2012, p. 62), compara o discurso à fala e à língua, negando algumas similaridades com essas para afirmar algumas características desse, apontando que esse não é individual, como a fala, pois não está preso ao sujeito que enuncia, ou seja, extra-indivíduo; e o discurso não é universal, com a língua, que abarca todo o meio social do indivíduo e dos falantes dessa língua, se pondo como supra- e extra-individual, pois o discurso, diferente da língua, por não estar relacionado ao universo de todos os falantes de uma dada comunidade, mas apenas de uma parte da mesma.

Nessa perspectiva, a noção de enunciado (unidade do discurso), não se restringe somente a estruturas lexicais e fonéticas, e sim, como uma função que existe a partir dos signos verbais e não verbais vinculadas a uma dada posição de sujeito, que o caracteriza como algo efetivamente produzido, e a partir do qual pode se depreender, pela análise, determinados

⁹¹⁶ Universidade Federal de Goiás, Campus Avançado de Catalão. Bolsista FAPEG. Catalão, Brasil. E-mail: ladyfsp@gmail.com

⁹¹⁷ Universidade Federal de Goiás, Campus Avançado de Catalão. Bolsista FAPEG. Iporá, Brasil. E-mail: bso_15@hotmail.com

efeitos de sentidos. Dessa forma, o que marca o enunciado, enquanto discurso, é a função enunciativa, pois implica uma posição de sujeito, um campo associado, um já dito e, uma materialidade repetível.

Por isso, a uma diversidade de discursos que circulam em nossa sociedade sob diversas materialidades, para esse trabalho optamos em analisar essas materialidades por meio de alguns enunciados veiculados pela empresa Bombril em suas propagandas da década de 80 e outra de 2011. A Bombril, costuma veicular a imagem do seu produto diretamente com o seu público alvo, a dona de casa. A propaganda da década 80, do século XX, a Bombril utiliza enunciados que relacionam a praticidade e qualidade de seus produtos a concepções sobre a mulher como a senhora do lar. Percebendo a emancipação da mulher, a empresa criou em 2011 uma campanha cujo jogo discursivo demonstra um estilo de mulher semelhante à construção masculina tradicional, de que o homem é um indivíduo autoritário, chantagista, colocando a mulher em termos de igualdade ao homem.

Com esse pensamento, a hipótese deste estudo é que a propaganda da Bombril, ao (re)utilizar enunciados com diferentes estruturas, que parecem até contraditórios, mantém o discurso machista em torno da mulher, cuja visão é de uma mulher exclusivamente vinculada as atividades domésticas. Portanto, a partir da análise dos *corpora*, propõe-se uma reflexão acerca do discurso machista produzido pela publicidade da Bombril, percebendo que efeitos de sentido esses enunciados produzem sobre as identidades masculinas e femininas na contemporaneidade.

2. Discurso e enunciado

De acordo com Fernandes (2008, p. 14) os discursos não são fixos, mas são fluídos, em constante movimento, sofrem transformações de cunho social, político, entre outros fatores que influenciam a vida humana. Para analisar o discurso, deve-se levar em consideração esses elementos que são intrínsecos a produção do mesmo, pois o discurso é produzido por um sujeito sócio-histórico que se vincula as ideologias, e ao produzir discursos é uma atividade social inerente a todo indivíduo a partir de seu(s) lugar(es) na sociedade. Por isso, “os discursos devem ser pensados em seus processos histórico-sociais de constituição” (FERNANDES, 2008, p. 17).

Ao falar sobre discurso, Foucault (2008) o apresenta como

[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele é constituído de um número limitado de enunciados, para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade. (FOUCAULT, 2008, p. 132).

Nesta visão, o discurso é constituído por um emaranhado de enunciados que possuem uma identidade comum relacionada a determinadas formações discursivas, que ao serem analisados, são imbricados de conteúdos ideológicos, políticos e sociais, os quais se materializam em diversos suportes.

Os discursos não são isolados, eles fazem parte de uma complexa rede que está em constante expansão, se (re) moldando, combinando discursos para produzir novos discursos distintos, devido a aspectos sócio-históricos. Assim, o discurso não pode, e não deve, ser pensado apenas em seus aspectos linguísticos, pois nele se materializa outros aspectos que compõem o sujeito; além do que o discurso é produzido a partir de uma relação emissor-receptor e produzir/pensar um discurso é participar de um processo dinâmico e fluído.

Mas, para entender melhor o que é o discurso, deve-se compreender o que o constitui, os enunciados. Para início de conversa enunciado não é sinônimo de frase, como aponta Fernandes (2008, p. 66), este está vinculado ao discurso; não possui uma estrutura linguística, tida como canônica, portanto não se analisa os elementos que o compõe de forma isolada, mas como um todo, pois

[...] sempre que existe uma frase gramaticalmente isolável, pode-se reconhecer a existência de um enunciado independente; mas, em compensação, não se pode mais falar de enunciado quando, sob a própria frase, chega-se ao nível de seus constituintes. (FOUCAULT, 2008, p. 92).

Não é um produto material como a fala e a escrita, mas também não é abstrato como a ideologia; é uma mescla dos dois, pois “o enunciado não está escondido, mas não é visível” (FERNANDES, 2008, p. 66). Ou seja, não exige-se uma formação linguística regular para constituir um enunciado, “[...] mas não basta tampouco qualquer realização material de elementos linguísticos, ou qualquer emergência de signos no tempo e no espaço, para que um enunciado apareça e passe a existir” (FOUCAULT, 2008, p. 97).

Por isso o enunciado não se restringe a elementos lexicais e gramaticais e “não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apoiam nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sai independência espaço”. (FOUCAULT, p. 97, 2008). Mas é entendido na perspectiva foucaultiana como uma

[...] função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). (FOUCAULT, 2008, p. 98).

Portanto, os enunciados sempre estão ligados a um já dito, e encontram-se disponibilizados para que sejam reutilizados. Na reutilização, a natureza enunciativa é a mesma, o que se modifica é o suporte e sua materialidade, ou seja, a função enunciativa que está sendo exercida. Função essa ancorada por conteúdos concretos, no tempo e no espaço, logo, a importância do acontecimento na construção e no entendimento dos enunciados.

Deve-se entender a existência do enunciado com base na função enunciativa, para Fernandes (2008, p. 66), “a compreensão do enunciado implica explicitar o exercício dessa função, suas condições de produção, o campo em que se realiza”. Para se pensar o enunciado, pensa-se no possível receptor deste, o tempo em que foi produzido e o espaço, tanto físico como psicológico, de produção, ou seja, no processo de enunciação. Um enunciado pode ser repetido, mas a enunciação não, pois pode se repetir o que foi dito, entretanto as condições de produção do mesmo não, porque o espaço e o tempo não se repetem, como apresenta Vanice Maria Oliveira Sargentini em “A análise do discurso e a natureza semiológica do objeto de análise” (2012, p. 104-105), “o enunciado tem uma existência material ligada à noção de repetição. Se a enunciação é um acontecimento que não se repete, o enunciado é caracterizado por apresentar uma materialidade repetível”.

3. O discurso machista na Bombril

Enunciado, com base em Foucault (2008), Sargentini (2012, p. 105), é um conjunto de signos linguísticos em função enunciativa, produzido por um sujeito que fale de um dado lugar institucional influenciado por fatores sócio-históricos. Sendo o enunciado o produto de

uma enunciação, que é a ação singular de produzir enunciados, por não haver sujeitos, tempo, espaço entre outros elementos que não podem ser repetidos, pois “um enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento” (FOUCAULT, 2008, p. 100).

Já o discurso, com base em Foucault (2008), Fernandes (2008, p. 33), tem como elemento básico constituinte o enunciado, ele é o conjunto de enunciados que possuem o mesmo princípio de formação discursiva, produzidos sob as mesmas condições sócio-históricas, tal qual apresenta Foucault (2008, p. 132-133) “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva [...], é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência.”

O que marca o enunciado, enquanto discurso, é a função enunciativa, por isso o mesmo enunciado é utilizado várias vezes por diferentes suportes, no entanto, essas reutilizações sofrem alterações dependendo da materialidade empregada. Diante disso, percebe-se que os enunciados podem ser os mesmos, ou seja, estão ali para serem reutilizados, mas que de acordo com o suporte o qual ele é inserido, sofre modificações na produção de sentidos podendo alterar os discursos ou não.

A mídia televisiva dispõe de propagandas que aguçam essa discussão, sendo um suporte que dispõe de elementos discursivos para diferentes temáticas, tomemos como exemplificação a construção do discurso em torno das mulheres. Se por muito tempo o discurso tradicional acerca das mulheres enquanto “seres inferiores” incapazes de produzir algum tipo de conhecimento eficaz para a sociedade, diante disso o lugar da mulher seria na realização de atividades que exigem pouco esforço intelectual, sendo essas atividades passadas de mãe para filha, que abrangem o cuidado com a casa, com o marido e com os filhos.

Por outro lado, temos a mulher que busca visibilidade social, não pelo viés da submissão, ela quer ser reconhecida e respeitada pelo seu valor enquanto mulher. Construção essa perpassada por uma luta politicamente enfrentada pelas mesmas principalmente as ligadas ao movimento feminista, que afirma e demonstra que as mulheres podem sim serem bem-sucedidas em qualquer setor da sociedade (político, econômico, jurídico, etc.).

Diante dessas duas formações discursivas, há a composição de discursos sejam eles de cunho religioso nos enunciados (“seres inferiores”), científico (“incapazes de produzir algum tipo de conhecimento”), feminista (“reconhecida, respeitada”). Esses discursos em torno da mulher não significam que sejam para todas as civilizações, haja vista que “o tempo, que não se restringe apenas ao critério cronológico, e isso se deve ao fato de a temporalidade não ser única para todos” (NAVARRO, 2008, p. 60), isso demonstra que num mesmo momento histórico há uma heterogeneidade de tempo, portanto, diversas formas de ser mulher.

No caso das mulheres brasileiras, constata-se a diversidade temporal em relação aos discursos, que nem todas se inscrevem numa postura totalmente “revolucionária” e nem se considera “tradicional”. No entanto, a mídia usufrui dessas inscrições discursivas para atingir uma produção mercadológica avassaladora.

Tomemos como exemplo, os enunciados veiculados pelo marketing de uma das indústrias mais consolidadas no Brasil, a Bombril. O recorte de análise é sobre uma propaganda na década de 1980 e outra em 2011. Os produtos da Bombril estão no mercado desde a década 60, seu público alvo são as donas de casa e domésticas, justamente pela construção social de que a mulher é a responsável pelos cuidados higiênicos da casa, por isso que os enunciados, “mulher para casar sabe arrumar bem uma casa”, “utilize os produtos da Bombril e sua casa será mais perfumada, seu marido vai adorar”, são utilizados com o propósito de consumo, mas também por eles traduzirem a inscrição de muitas mulheres nesse lugar.

Na década de 80, a apresentação dos produtos da Bombril era realizada por homens que utilizavam enunciados que relacionavam a praticidade e as qualidades dos produtos da

Bombril com formações discursivas construídas socialmente de que mulher “direita”, “boa” é aquela que lava, passa e cozinha. No mesmo período, a Bombril lançou a propaganda do produto “Bril”, os enunciados eram:

Existem vários lava-louças por aí, todos maravilhosos, lavam e desengorduram mesmo. O que nós fabricamos é este aqui, o Bril. O Bril custa um pouco mais caro, porque ele é super consistente e tem um negócio na fórmula que não deixa estragar as suas mãos. Agora, se a senhora não quiser gastar essa diferença, compra um outro, depois a senhora dá um jeito na mão, passa um creminho. Disponível: http://www.youtube.com/watch?v=4rJ_i8Pj2HY acesso dia 21/11/2012.

Nota-se que o termo “senhora” está colocado nessa formulação discursiva por reflexo de uma época em que a visão acerca da típica mulher (a dos anos 80) é estereotipada, tida como a mulher-mãe, mulher-dona-de-casa, mulher-esposa, considerada a “senhora” do lar. É nítido o discurso irônico em torno da mulher, através de enunciados tipo “passa um creminho”, que ao utilizar o termo no diminutivo, remete a imaturidade e infantilidade por parte da mulher, caso a escolha não seja pelo produto da Bombril. A propaganda não visa exaltar o produto, apontando algumas de suas qualidades positivas, como se ele rende mais ou se tem um cheiro agradável; ela tenta convencer a mulher a comprar o mesmo a partir de um apelo estético para com a consumidora, que beira a propaganda de cosmético, que este não estranha as mãos da mulher, mexendo então com a vaidade da mulher.

Nessa época, os produtos não eram sofisticados cientificamente como temos na atualidade, as formulações químicas eram mais fortes e, de certa forma, agredia as mãos das mulheres. Não é toa que o enunciado “se a senhora não quer gastar essa diferença, compre outro, depois a senhora dá um jeito na mão”. Percebe-se nesse enunciado a presença do discurso econômico, que de certa forma traduz um anseio de que a dona de casa adquira o produto, mesmo pagando um pouco a mais em relação aos da concorrência.

Já a propaganda de 2011, aparentemente rompe com os modelos discursivos até então veiculados pela Bombril,

Pensam comigo, homem solta pêlo, faz xixi no chão e eventualmente até baba, praticamente um cachorro. Por isso minha amiga, você que é um ser humano superior e evoluído tem que adestrar o seu homem para que ele se comporte direito. Por exemplo, se ele pegar um balde com os produtos da Bombril e te ajudar a limpar a casa, o banheiro e ainda lavar as roupas. Dá bainhinho nele, faz carinho, deixa dormir na sua cama. Agora, pisou na bola é jornalada na fuça e comigo é assim. Bombril os produtos que evoluíram com as mulheres. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=-WAGWrrp8jM&feature=endscreen&NR=1> acesso dia 21/11/2012.

Os enunciados organizados nessa propaganda empregam um jogo discursivo que visa propor para as mulheres um estilo de vida semelhante à construção masculina de autoritário, chantagista. Colocam um discurso que para muitos são considerados feministas, ou seja, que se colocam na mesma condição de homens, contradizendo o discurso feminista que luta pela igualdade de direitos e não pela igualdade de sexo. Por esse viés já se percebe a visão de mulher que a propaganda utiliza “você que é um ser humano superior e evoluído”, se antes era considerada como sendo inferior, que se preocupa apenas com a aparência, a Bombril a faz ser superior aos homens. Esse jogo hierarquizado entre homem e mulher que aparece no enunciado diz, de uma formulação discursiva, que o discurso machista persiste.

Hoje, há uma mudança nos enunciados que valoriza a mulher enquanto bem-sucedida que não suporta a companhia de homens que não colabora com os serviços da casa, haja vista

que muitas mulheres estão inseridas no mercado de trabalho e estão em casa ao mesmo tempo que os homens, por isso o enunciado pode ser dito dessa forma, “tem que adestrar seu homem para que ele se comporte direito”. No entanto, o discurso de que mulher continua sendo a que deve utilizar os produtos da Bombril, ou seja, ela é bem sucedida, é evoluída, mas continua sendo a protagonista dos afazeres domésticos, pois não é o homem que pegará os produtos de limpeza e, sozinho, irá limpar a casa e realizar as outras atividades domésticas, ele irá “te ajudar a limpar”, a obrigação de cuidar da casa e de outros afazeres referentes ao lar é da mulher. Além do que se reafirma a obrigação da mulher em cuidar do homem, se acaso ele te ajudar a limpar a casa, a mulher tem obrigação de recompensá-lo.

Como dois enunciados diferentes falam de um mesmo discurso? Retomando Foucault (2008), ele diz que

Pode-se, na verdade, ter dois enunciados perfeitamente distintos que se referem a grupamentos discursivos bem diferentes, onde não se encontra mais que uma proposição, suscetível de um único e mesmo valor, obedecendo a um único e mesmo conjunto de leis de construção e admitindo as mesmas possibilidades de utilização (FOUCAULT, 2008, p. 91).

Os dois enunciados presentes nas propagandas de 1980 e 2011 sofrem modificações, porém, o discurso em relação à mulher permanece, cabe a ela se inscrever nessas formações discursivas ou não. A contradição faz parte da construção discursiva e molda os modos de subjetivação, pois como afirma Fernandes (2012, p. 27) “diferentes discursos coexistem e materializam-se, às vezes, por meio de enunciados estruturalmente semelhantes, mas têm suas unidades pelos efeitos de sentido decorrentes da inscrição ideológica desses enunciados”.

Retomando os enunciados presentes nas duas propagandas, afirma-se que os enunciados não são o mesmo, só a materialidade deste, pois como afirma Fernandes (2008), “um enunciado torna-se sempre outro, mesmo havendo um regime de materialidade repetível. A propósito, há sempre uma espessura material que constitui o enunciado, que compreende substância, suporte, lugar, data.” (p. 67). Por mais que a materialidade seja a mesma; o tempo, o suporte, a substância entre outros elementos não são os mesmos, então os enunciados não são os mesmos, o que demonstra uma multiplicidade e uma mutabilidade dos enunciados, altera-se um elemento que compõe a identidade do enunciado o modifica.

4. Considerações Finais

Procuramos neste artigo, a partir da noção de discurso e enunciado apresentadas por Michel Foucault e seus comentadores, identificar o discurso machista presente nas propagandas da Bombril.

Observamos que o discurso de machista é atravessado por outros discursos como o econômico e o religioso, que busca reafirmar a condição de lugar de autoridade do homem em relação à mulher. Vimos que tal discurso utiliza-se de argumentos engenhosos de elevação dos aspectos femininos, como estratégia de revelar sua filiação a uma ideologia em que reforça os padrões masculinos.

Detectamos um fenômeno discursivo que se aproveita do contexto histórico social em que a nossa sociedade vive, em que a mulher conquista uma maior visibilidade e inserção em vários setores da sociedade (política, profissional, etc.), para reforçar o discurso machista que os afazeres domésticos são exclusivamente de responsabilidade da mulher, ou seja, embora as mulheres exerçam atividades iguais aos homens, as atividades do lar, ainda são exclusivamente delas.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. São Carlos: Claraluz, 2008.

FERNANDES, Cleudemar. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2008.

NAVARRO, Pedro. Discurso, história e memória. Contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: TASSO, Ismara. *Estudos do texto e do discurso*. Interface entre língua (gens), identidade e memória. São Carlos: Claraluz, 2008. (p.59-74)

NARZETTI, Claudiana N. P.. Contribuições de M. Pêcheux e M. Bakhtin para o estudo das novas discursividades. In.: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise, KOGAWA, João Marcos Mateus (org.). *Análise do discurso e semiologia: problematização contemporâneas*. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 57 – 79.

ORLANDI, Eni P.. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 9ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A análise do discurso e a natureza semiológica do objeto de análise. In.: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise, KOGAWA, João Marcos Mateus (org.). *Análise do discurso e semiologia: problematização contemporâneas*. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012. p. 101 – 120.

Referências dos corpora

<http://www.youtube.com/watch?v=-WAGWrrp8jM&feature=endscreen&NR=1> acesso dia 21/11/2012.

http://www.youtube.com/watch?v=4rJ_i8Pj2HY acesso dia 21/11/2012.

DISCURSO LEXICOGRÁFICO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DA RELAÇÃO LÍNGUA/ENUNCIADO/HISTÓRIA

Odália Bispo de Souza e SILVA (UFG)⁹¹⁸

Resumo: Neste artigo, propomos uma retomada de alguns postulados na Análise do Discurso de linha francesa seguida de análise de verbetes extraídos de dois dicionários, publicados em contextos sócio-históricos distintos – *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa (1964)* e *Novo Aurélio Século XXI (1999)*. Partimos do pressuposto de que os enunciados lexicográficos não se constituem como neutros e estaques, necessitando ser examinados na condição de acontecimento discursivo, isto é, sua emergência resulta da relação entre elementos de ordem linguística, ideológica e histórica, determinados pelas condições de (re)produção.

Palavras-chave: Discurso. Sentido. Sujeito. Dicionário.

1. Considerações Iniciais

Considerando-se as movências dos sentidos e o fato de que os enunciados sempre se inscrevem num jogo de relações pautadas em elementos sociais, ideológicos e históricos determinantes, procuramos descrever, com base em sustentações teóricas e a partir da análise de enunciados lexicográficos extraídos de dicionários publicados em épocas distintas, os mecanismos que envolvem a (re)atualização de significados, isto é, a emergência de enunciados diferentes para uma mesma entrada lexical.

Propomos uma análise em conformidade com a concepção comumente aceita de que o dicionário ocupa uma posição de obra de referência e, por conseguinte, configura-se como um lugar privilegiado de sustentação das evidências do sentido, funcionando como um “respeitado” instrumento de materialização e legitimação dos discursos. Neste estudo, utilizaremos alguns enunciados lexicográficos extraídos de dois dicionários distintos, publicados em contextos históricos diferentes, a saber, *Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa - PDBLP (1964)* e *Novo Aurélio Século XXI (1999)*, partindo do princípio de que se constituem como acontecimentos discursivos, os quais correspondem a um conjunto de mecanismos que compõem a condição de emergência de um dado discurso, condicionado por regras que lhe são internas e também por elementos não discursivos. Isto é, “um mesmo acontecimento pode ser disperso por várias tramas e, ao mesmo tempo, dados pertencentes a categorias heterogêneas – o social, o político, o religioso... – podem compor um mesmo acontecimento”. (VEYNE, 1998, p. 44).

O que nos interessa focalizar aqui é o fato de que não se pode considerar as palavras dicionarizadas como elementos estanques, nem a língua que o dicionário representa como um instrumento neutro, desvinculado do sujeito que a enuncia. O enunciado lexicográfico, por sua vez, contempla a noção de acontecimento discursivo e pressupõe a relação entre os dizeres que, no entrelaçamento que os caracteriza, promovem rupturas e viabilizam sentidos a partir das possibilidades enunciativas que os encerra.

Visto desse modo, embora consciente de que as coisas existam enquanto coisas no mundo, a busca será sempre pela desvelamento daquilo que faz com que elas tenham os sentidos que têm e isso só é viabilizado, conforme perspectiva adotada neste estudo, quando

⁹¹⁸ Aluna do programa de pós-graduação em Letras-Linguística da Universidade Federal de Goiás, Goiânia-Goiás, Brasil. E-mail: odaliabispo@yahoo.com.br.

as palavras são colocadas na condição de discurso, já que a linguagem produz efeitos de sentidos e não se constitui como reflexo das coisas.

2. Historicidade e efeitos de sentido dos discursos

Embora o sentido de um enunciado decorra da possibilidade de que ele seja substituído por enunciados equivalentes na mesma formação discursiva, os efeitos de sentido provocados não serão necessariamente os mesmos, haja vista que cada enunciação está submetida a uma condição de produção específica. Fernandes (2007, p. 58/59) afirma que uma formação discursiva não se limita a uma época apenas: “em seu interior, encontramos elementos que tiveram existência em diferentes espaços sociais, em outros momentos históricos, mas que se fazem presentes sob novas condições de produção, [...] possibilitando outros efeitos de sentido”. Existem determinações, características múltiplas de uma situação concreta, que condicionam a produção de um enunciado e que permeiam um processo discursivo.

Já que partimos do pressuposto de que os enunciados lexicográficos assumem características discursivas (e não são palavras isoladas em poças de água parálitica, “em situação dicionária”, como ressalta João Cabral de Melo Neto na poesia *Rio sem discurso*) e os discursos estão sempre se movendo, sofrendo transformações para acompanhar as mudanças sócio-políticas que integram a vida humana, então, “cada texto nasce de um permanente diálogo com outros textos; por isso, não havendo como encontrar a palavra fundadora, a origem, a fonte, os sujeitos só podem enxergar os sentidos no seu pleno vôo”. (GREGOLIN, 2001, p. 10). Nossa busca consiste em examinar o conjunto de condições que determinam a aparição de certos enunciados, sua estabilização, seu caráter “de verdade”, surgindo em um dado momento e em uma sociedade específica, ou seja, “examinar o jogo das regras que determinam, em uma cultura, a aparição e o desaparecimento dos enunciados, sua permanência e sua supressão, sua existência paradoxal de acontecimento”. (GREGOLIN, 2001, p. 16). Nesse caso, o discurso pode se articular com acontecimentos que não são, necessariamente, de natureza discursiva, “mas que podem ser de ordem técnica, prática, econômica, social, política” (FOUCAULT, 2008, p. 94). Logo, há um jogo de relações que emanam do campo dos acontecimentos discursivos.

3. Análise do verbete *mulher*

Mulher, s. f. Pessoa do sexo feminino, depois da puberdade; espôsa (aím.: *mulherão, mulheraca, mulherona*); — à-toa (Bras.) (pop.), — da comédia (Bras., São Paulo) (pop.), — da rótula (Bras., Rio de Janeiro) (pop.), — da rua ou — da vida (Bras.), — de má nota, — de ponta de rua (Bras., Norte), — do fado, — do fandango (Bras., São Paulo) (pop.), — do mundo (Bras.) (pop.), — do pala aberto (Bras., São Paulo) (pop.), — errada, — perdida, — pública, — vadia (Bras.): (V. *Meretriz*).

Pequeno Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa

mulher. [Do lat. *muliere*.] S. f. 1. O ser humano do sexo feminino. 2. Esse mesmo ser humano considerado como parcela da humanidade: ☐ os direitos da **mulher**. 3. A mulher (1) na idade adulta. 4. *Restr.* Adolescente do sexo feminino que atingiu a puberdade; moça. 5. Mulher (1) dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos (carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição): ☐ Como **mulher**, sabe apoiá-lo na justa medida. 6. A mulher (1) considerada como parceira sexual do homem. 7. Cônjuge do sexo feminino; a mulher (1) em relação ao marido; esposa. 8. Amante, companheira, concubina. 9. Mulher que apresenta os requisitos necessários para um determinado empreendimento, para um determinado encargo: ☐ **mulher** de negócios. 10. Uma mulher (1) qualquer; dona: ☐ *Quem telefonou?* | — Uma **mulher**. [Aum., nas acepç. 1, 3 a 6: *mulheraca, mulherão e mulherona*.] ♦ Mulher da sociedade. A que frequenta a alta sociedade e conhece seus hábitos e costumes. Ser como a mulher de César. Ser mulher de reputação inatacável.

(1964)

Novo Aurélio Século XXI (1999)

Comparando-se, por exemplo, um mesmo verbete constante tanto no *Novo Aurélio Século XXI* (1999) quanto no *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa - PDBLP* (1964), pode-se inferir que a inserção de termos em um dicionário e/ou a ampliação de seus respectivos significados é decorrente de mudanças materiais, sociais, históricas e culturais que acontecem na sociedade, evidenciando, portanto, que o efeito de sentido provocado pelo discurso dicionarístico é inerente às suas condições de produção. Nesse caso, verifica-se, por

exemplo, no PDBLP: *pessoa do sexo feminino e esposa*. Isto é, há uma redução do termo a uma função específica (esposa) e a mulher, no caso, não é considerada *ser humano*, tal como define o *Aurélio Século XXI*. Além disso, a maior parte dos elementos que compõem o enunciado lexicográfico, no primeiro caso, está voltada para o emprego popular do termo: *da comédia, da má nota, do mundo, vadia*. Tais sentidos, que parecem estar resguardados num valor moral e social pouco significativo que a mulher possuía à época, hoje, adquirem conotação altamente pejorativa e inconcebível. Para Sílvia Helena Barbi Cardoso (2003, p. 132), “palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo posições sustentadas por aqueles que as empregam, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem”.

Destaca-se, também, que o registro da entrada **mulher** proposto pelo *Aurélio Século XXI* permite identificar uma mulher diferente daquela mencionada no PDBLP. Além de *ser humano*, tem-se: *Mulher dotada das chamadas qualidades e sentimentos femininos (carinho, compreensão, dedicação ao lar e à família, intuição)*. Trata-se de uma referência à mulher como importante figura para a constituição da família. Verifica-se ainda: *A mulher considerada como parceira sexual do homem; amante, companheira, concubina*. Nesses casos, ainda que faça alusão ao papel sexual da figura da mulher, não se trata de uma *vadia*. Compreende-se que, tomado numa perspectiva discursiva, os significados que emergem do enunciado lexicográfico não são fixos, isto é, movem-se, sofrendo transformações de natureza social, histórica e política.

Ainda de acordo com o *Aurélio Século XXI*, encontra-se *Mulher que apresenta os requisitos necessários para um determinado empreendimento, para um determinado encargo*. Isso sugere uma (re)atualização dos significados inerente às próprias mudanças que aconteceram na sociedade e, nesse caso, quanto ao valor que a mulher adquiriu fora do âmbito familiar, alcançando função de destaque no mundo corporativo. Essa imagem de mulher imersa no universo empreendedor comparece, também, no exemplo criado pelo próprio autor: *mulher de negócios* e na locução *Mulher da sociedade*. Dessa forma, considera-se inócuo não reconhecer o fato de que o sujeito está imerso na história e produz discursos, conforme essa imersão. Esse pressuposto se configura já no nome que dá título à obra de Aurélio Ferreira: um dicionário que se propõe a ser a representação da língua no século XXI precisa assumir, nos sentidos que veicula, valores próprios a esse século. Pode-se dizer, então, conforme Araújo:

Os enunciados são de natureza histórica, têm na história suas condições de emergência, que a língua e o sentido não esgotam. São produzidos por um dizer ou uma escrita registrados de alguma forma, portanto, com a materialidade específica, de tal modo que, apesar de únicos, podem ser repetidos, transformados, reativados. O que permite ligações com acontecimentos de outra ordem, quais sejam, fatores técnicos, econômicos, sociais e políticos. (ARAÚJO, 2004, p. 220)

Logo, são os elementos, as figuras, as temáticas dos quais se utiliza o lexicógrafo que produzirão efeitos de sentido elucidados no próprio discurso e que se configuram como sua respectiva visão de mundo. E, portanto, estabelecer sentido aos respectivos discursos, isto é, compreendê-los significa apreender as suas várias possibilidades, estabelecendo relações (que produzem efeitos de sentido) com os diferentes processos de significação. Então, o ato de compreender não consiste necessariamente em atribuir sentidos, mas explicitar o modo como determinada manifestação discursiva produz sentidos.

Com base nisso, o discurso veiculado pelo dicionário está inserido em uma rede que envolve, por um lado, o quadro das instituições em que é produzido, as quais possuem o

poder de delimitá-lo, bem como os embates históricos e sociais que se cristalizam na sua materialização e, por outro lado, o espaço que cada discurso configura para si mesmo no interior de uma rede discursiva. O efeito de sentido provocado por essa teia discursiva é resultante de um embate que se trava na trama da história de uma sociedade, uma vez que o discurso enunciado constitui-se como o espaço de confrontos materializados em acontecimentos discursivos e a produção dos sentidos construídos nesse viés é resultante do embate discursivo que se estabelece na teia que mantêm imbricadas história e sociedade, em uma lógica na qual perpassam as mentalidades de uma época e as influências que monitoram o pensamento e as formas de dizer daquele que enuncia.

Tendo em vista que o discurso está inserido em uma rede e envolto no jogo da instância própria a cada ato enunciativo, sua manifestação reside secretamente em uma espécie de já dito. Porém, conforme Fernandes (2007, p. 56), “esse já-dito (re)aparece transformado em um jamais-dito, como continuidade de acontecimentos e discursos que se dispersam no tempo”. Aquilo que é enunciado acha-se de certa forma articulado nesse silêncio que precede sua enunciação. Por isso a necessidade de excluir qualquer possibilidade de analisar, na ordem do discurso, a irrupção de um acontecimento verdadeiro e original. É preciso tratá-lo no jogo da instância própria a cada um.

Se uma análise do discurso vislumbra a procura e a repetição de uma origem que não recupera a própria determinação da origem do dizer; se a interpretação ou escritura de qualquer acontecimento tomado como um já-dito em alguma dispersão temporal constituir-se-ia ao mesmo tempo um não dito; então, é impossível recuperar a origem secreta dos acontecimentos. Nesse ínterim, o inquestionável valor de verdade oficializado nos verbetes dicionários instaura-se como uma verdade situada, uma vez que é sempre proferida por um sujeito, situado sócio-histórico-ideologicamente, pautado em um já-dito que se encontra inscrito em uma rede discursiva.

4. Corpo, discurso e poder: novos dizeres, novos sentidos

É fundamental ressaltar, ainda, que discurso constitui-se no espaço em que, necessariamente, saber e poder se articulam, já que quem fala, fala de um lugar específico, conforme os direitos que lhe são outorgados institucionalmente. “O sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo do seu discurso”. (GRIGOLETTO, 2007, p. 128) Por conseguinte, esse discurso, que adquire valor de verdade, que transporta para o receptor o saber é, também, gerador de poder. Nessa perspectiva, mecanismos de poder são postos em evidência para que diferentes formas de controle sejam exercidas sobre os sujeitos de modo que não há como escapar delas.

Paniago (2005), em parte de sua tese de doutoramento, ocupa-se em discutir como se dá a concepção foucaultiana de poder, ressaltando que tanto o poder quanto suas práticas se inserem e tomam corpo na obra de Foucault como um bem inalienável, caracterizado como algo inerente a toda e qualquer sociedade, não podendo ser encarado como algo essencialmente repressivo ou puramente negativo, uma vez que, voltando-se para o sujeito, produz valores e também transforma. Pode-se inferir que as relações de poder se enraízam profundamente no conjunto da rede social e, conforme Dreyfus e Rabinow (1995, p. 245), “viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros. Uma sociedade sem relações de poder só pode ser uma abstração”.

Considerando-se que, conforme Foucault, os mecanismos e os efeitos dos diversos dispositivos de poder são exercidos nos deferentes níveis da sociedade e que, em busca do entendimento das relações de poder, é possível encontrar os sujeitos, entende-se que, para um estudo embasado numa proposta de análise discursiva, é fundamental analisar como as sociedades vão construindo suas subjetividades e examinar as práticas de subjetivação que são

exercidas nos diferentes âmbitos sociais. Nesse sentido, é que acrescentaremos a este estudo uma abordagem sobre as novas concepções de corpo imbricadas à ideia de poder disciplinar e de controle que comparecem nos discursos sustentados em embasamentos científicos e tecnológicos para legitimar determinados valores, contribuindo para determinação de sentidos específicos.

O comparecimento da ideia de que o corpo está vinculado ao poder disciplinar e de controle permite-nos reconhecer que os princípios moduladores das sociedades de controle acabam por subjetivar os sujeitos, sem necessitar das instituições, como ocorriam nas sociedades disciplinares⁹¹⁹. “É preciso compreender que analisar a microfísica do poder significa entender os procedimentos técnicos que têm por objetivo o controle minucioso do corpo. [...] Seus mais detalhados gestos”. (PANIAGO, 2005, p. 85).

Diante disso, optamos por analisar alguns verbetes dicionarísticos, procurando implementar uma reflexão sobre a forma como o corpo é representado neste instrumento – o dicionário – considerado reprodutor de verdades sobre as palavras de uma língua. Nesse caso, colocamo-nos na condição de analistas de discurso (já que o enunciado lexicográfico é considerado, neste trabalho, como discurso), em busca dos efeitos de sentido provocados pelos verbetes selecionados, considerando-os como produto de valores histórico-sociais, refletindo os mecanismos de compreensão de uma época e gerando gestos de interpretação. Consideramos que os significados, tomados como verdades, são situados e que na sua constituição, existem elementos provenientes de diferentes espaços sociais e em momentos históricos distintos, que se fazem presentes sob novas condições de produção, integrando novo contexto e possibilitando efeitos de sentido distintos. E, procurando estabelecer um elo com as relações de poder próprias a essa sociedade e que repercutem nas formas de dizer dos sujeitos (inclusive dos lexicógrafos), é que destacamos o seguinte postulado foucaultiano:

Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis, induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdades têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. (FOUCAULT, 2003, p. 229).

Reproduziremos a seguir os verbetes *gordo* e *saudável* (em função dos objetivos e dos limites que envolvem esta pesquisa, utilizaremos apenas estes dois verbetes), também extraídos do *Pequeno Dicionário de Língua Portuguesa - PDBLP (1964)* e *Novo Aurélio Século XXI (1999)*⁹²⁰. Partimos de pressuposto de que esses verbetes são pertencentes a um campo semântico que remete de alguma maneira ao corpo e serão tomados como *corpus* de análise para examinarmos o modo como foram constituídos e em que dimensão é possível reconhecer as formas de poder e controle exercidas sobre os indivíduos e que se fazem presentes também nas “verdades inquestionáveis” veiculadas pelos dicionários.

⁹¹⁹ Para Foucault (2002), o poder disciplinar tem como objetivo o adestramento para o qual se utiliza de instrumentos simples como a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame. Dreyfus e Rabinow (1995, p. 169) destacam que a disciplina é uma técnica que “funciona de modo a ser maciça e quase totalmente apropriada em certas instituições (casas de detenção, forças armadas) ou usada para fins precisos em outras (escola, hospitais) [...]”

⁹²⁰ Tanto os verbetes quanto os dicionários foram selecionados de forma aleatória, numa tentativa de encontrarmos materializados os discursos com os quais hipoteticamente estamos trabalhando.

Gordo (ô), *adj.* Semelhante à *gordura*; untuoso; que tem *gordura*; de tecido adiposo desenvolvido; sujo de *gordura*; (fig.) apto para boa produção (terreno); alentado; considerável; importante; (V. *Alvenaria, Argila, Dia, Domingo, Letra, Sábado e Terça-feira*) (pl.: *gordos* (ô); aum.: *gordacho, gordaço, gordalhão, gordalhão, gordalhudo, gordalhujo, gordanchudo, gordão*); s. m. qualquer substância *gorda*; homem *gordo*.

PDBLP (1964)

gordo (ô). [Do lat. *gurdū*, 'grosseiro', 'rude'; 'estúpido', 'tolo'.] *Adj.* **1.** Que tem *gordura*; untuoso; gorduroso, gorduroso, grassento, grasso, graxo: **carne gorda**. **2.** Que tem excesso de tecido adiposo desenvolvido: **criança gorda**. [Aum., nesta acepç.: v. *gordalhão*.] **3.** V. *gorduroso* (2). **4.** Semelhante à *gordura*. **5.** *Fig.* Alentado, volumoso: **“tirou das algibeiras das calças dois gordos maços de notas”** (Coelho Neto, *Turbilhão*, p. 200); **“Uma mulher abriu a porta, o corpo bloqueando a entrada ...; para entrar eu teria que me esfregar nos seus peitos gordos.”** (Rubem Fonseca, *A Coleira do Cão*, p. 169). **6.** *Fig.* Avultado, considerável: **uma gorda quantia**. **7.** Diz-se do terreno fértil: **as terras gordas do Sul**. **8.** *Bras.* Diz-se das cartas pertencentes aos naipes de copas e espadas: **carta gorda; dama gorda; ás gordo**. [Tb. us. como s. f., mas só em relação à palavra *carta*: **Bateu a parada com uma gorda**.] **9.** *Tip.* Preto (7). ~ V. *ácido* —, *alvenaria* —a, *argamassa* —a, *argila* —a, *cal* —a, *dia* —, *dias* —s, *domingo* —, *letra* —a, *de letras* —as, *olho* —, *sábado* — e *terça-feira* —a. • **S. m.** **10.** Qualquer substância *gorda*: **o gordo do porco**. **11.** Indivíduo obeso, gordo. [Sin., pop., deprec., nesta acepç.: *baleia, hipopótamo* e (bras.) *boi, elefante*. Aum., nesta acepç.: v. *gordalhão*.]

NOVO AURÉLIO SÉCULO XXI (1999)

Partindo da materialidade para chegarmos aos processos discursivos, apesar de algumas semelhanças, podemos destacar formas diferentes de produzir sentidos para a palavra *gordo* nos dois dicionários utilizados aqui. Se considerarmos que essa palavra, na sociedade contemporânea, remete a uma carga semântica altamente negativa – ser gordo não é bonito, nem plausível –, e que, certamente, em épocas anteriores, tal como a que possivelmente era vivenciada quando o PDBLP foi veiculado, era diferente, podemos dizer que esses enunciados lexicográficos adquirem características discursivas e atestam, de fato, modos específicos de se produzir conhecimentos em determinadas conjunturas históricas, reforçando, sobretudo no *Novo Aurélio Século XXI*, como as novas configurações sobre o corpo comparecem também nos dicionários, embora sejam considerados por muitos como instrumentos neutros.

No primeiro caso, ainda que para apresentar sentidos figurativos, comparece: *apto para boa produção; considerável; importante*, o que nos remete a valores, de certa forma, positivos para essa palavra. No segundo caso, não encontramos, dentre os onze (11) possíveis sentidos atribuídos a essa acepção, nenhuma referência a qualquer aspecto considerado positivo. Pelo contrário, além desses elementos negativos compõem o corpo do enunciado lexicográfico, alguns exemplos selecionados pelo autor corroboram nossa hipótese de que encontramos nos dicionários indícios das formas de poder e controle exercidas sobre o corpo, como: *“Uma mulher abriu a porta, corpo bloqueando a entrada..., para entrar eu teria que me esfregar em seus peitos gordos”*. (Rubem Fonseca, *A cólera do cão*, p. 169). Infere-se que não há como desvincular o sentido aplicado a essa entrada lexical das novas configurações adquiridas pelo corpo, a saber, a supervalorização da magreza em detrimento da gordura, considerada algo feio e deslegante.

Saudável (a-u), *adj.* 2 *gên.* Conveniente para a *saúde*; salutar; higiênico; (por ext.) útil; benéfico.

PDBLP (1964)

saudável (a-u) [Do lat. vulg. **salubile*, pela f. **saudabelle*.] *Adj.* 2 *g.* **1.** Conveniente à saúde; salutar, higiênico: **clima saudável**. **2.** Que tem saúde física; robusto, forte: **criança saudável**. **3.** *P. ext.* Útil, benéfico, proveitoso, vantajoso. **4.** Que tem ou revela saúde de espírito, mentalidade limpa e bem-formada: **Uma pessoa saudável valoriza as belas coisas da vida; Tem um riso saudável; Sua presença é saudável**. **5.** *P. ext.* Que proporciona ao espírito vantagem ou bem-estar; proveitoso, profícuo, benéfico, benfazejo, salutar: **conselho saudável; leitura saudável**. [Pl.: *saudáveis*. Cf. *saudáveis*, do v. *saudar*.]

NOVO AURÉLIO SÉCULO XXI (1999)

Da mesma forma que o verbete anteriormente citado, *saudável* apresenta uma carga semântica que nos permite fazer referência a elementos que remetem às formas de vigilância e

controle do corpo propostos por Foucault. Se considerarmos os sinônimos *higiênico; útil; benéfico* utilizados para explicar a entrada lexical nos dois dicionários, podemos inferir que há aqui uma relação entre o significado do termo e uma espécie de controle (que naturalmente recai sobre o corpo): é necessário ser saudável, pois assim, pode-se ser útil e benéfico para a sociedade. Nesse sentido, Paniago, em referência aos postulados de Foucault sobre os mecanismos de poder exercidos sobre o corpo, afirma: “E é justamente por possuir essa eficácia produtiva que o poder volta-se para o sujeito, mais especificamente, para o corpo do sujeito, não essencialmente para reprimi-lo, mas para adestrá-lo, torná-lo dócil e útil para a sociedade” (2005, p. 87).

Observando-se o que comparece no significado 4 no *Novo Aurélio Século XXI, Que tem ou revela saúde de espírito, mentalidade limpa e bem-formada: uma pessoa saudável valoriza as belas coisas da vida; Tem um riso saudável* podemos apontar para uma construção de verdade acerca do termo *saudável* que tem relação com um corpo hábil e eficaz, colocando em prática a interiorização de normas e regras para uma vida normatizada e protegida pelo invólucro da sociedade de consumo: é preciso fazer viagens, ir ao dentista etc. para que se seja saudável e, por conseguinte, feliz. Nessa perspectiva, Claudio Lúcio Mendes ressalta: “O corpo deve cumprir seu papel. Para isso, está trelado a formas de atuação, a mecanismos de controle, a formas ‘econômicas’ de usá-lo e pensá-lo”. (MENDES, 2006, p. 172).

5. Considerações Finais

A nosso ver, somente em decorrência de se tomar o dicionário como discurso, torna-se possível viabilizar análises que permitam explicitar a relação entre sujeito e história no fazer lexicográfico, tendo em vista que, na explicação dos sentidos possíveis e materializados em uma palavra-entrada, as condições sócio-históricas em que tais se sentidos se constituíram são evidenciadas. Acreditamos que somente na perspectiva discursiva é possível investigar as características dos exemplos que compõem o corpo da microestrutura dos dicionários, bem como os elementos histórico-ideológicos que os constituem e os efeitos de sentido por eles provocados.

Além disso, Através das análises desses enunciados lexicográficos, podemos concluir, conforme Foucault, que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2002 p.118). Percebemos, ainda, o quanto a cultura, os modos de produção e economia, os hábitos etc. influenciam não só na construção de valores sociais, mas também na construção de verdades e práticas. Assim, o dicionário, como sendo o lugar em que é possível reconhecer os modos de dizer de uma sociedade e os discursos que circulam em certas conjunturas históricas, não podem ser tomados, em hipótese alguma, como o lugar da reprodução de sentidos neutros, desconsiderando-se a existência de condições específicas de sua produção e as circunstâncias de sua enunciação. Portanto, o fato de que nas sociedades contemporâneas, surgem novos sujeitos cada vez mais preocupados com a estética, o cuidado de si e a aparência os dicionários postulam significados, como os observados neste estudo, de forma que torna-se inadmissível, no mundo contemporâneo, mostrar qualquer tipo de descuido com a boa forma do corpo.

Esperamos, por conseguinte, com esta análise contribuir para uma reflexão acerca do caráter discursivo dos dicionários, afastando a ideia de que a palavra em situação dicionária encontra-se isolada e estanque no poço dela mesma. Na perspectiva aqui adotada, a unidade lexical veiculada pelo dicionário é apenas um elemento na teia discursiva, constituindo-se, simultaneamente, como matéria-prima e como produto dos diálogos sociais.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica ao sujeito*. 2 ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 2008.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FONSECA, Márcio Alves. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: EDUC, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. Vol. IV. Tradução de Dits et écrits: Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 18 ed. Edições Loyola: São Paulo, 2009.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do Discurso: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN, M. do R. et al. (org.) *Análise do Discurso: entorno do sentido*. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001. p. 09-34.
- MALDIDIER, Denise. *A Inquietação do Discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.
- MENDES, Cláudio Lúcio. O corpo em Foucault: superfície de disciplinamento e governo. In: *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EDUFSC, n. 39, p. 167 – 181, abril de 2006. Disponível em <www.cfh.efsc.br/revista/rch/RCH39_artigo_9.pdf>
- PANIAGO, Maria de Lourdes Faria dos Santos. *Práticas Discursivas de Subjetivação em Contexto Escolar*. Araraquara: UNESP, 2005. Tese (doutorado em Letras), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.
- PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A., 1964.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2006.
- NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil – Análise e História do Século XVI ao XIX*. São Paulo: Pontes, 2002.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1998.

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E ESCRITURA EM ANÁLISE DO DISCURSO - PROCESSOS QUE SE ENTRELAÇAM

Ercília Ana CAZARIN (UCPel)⁹²¹

Resumo: Neste texto, propomos compreender 1. Como a análise do discurso pode contribuir para as práticas de leitura e produção textual no âmbito escolar ou acadêmico; 2. Como nós, analistas, estabelecemos relações com o processo de escritura, como atuamos e/ou nos movimentamos quando do processo de escritura de nossas análises? O entendimento é o de que, para além dos elementos linguísticos, a leitura e a escritura de um texto são atravessadas pelo imaginário, pela ideologia e pela historicidade, constitutivas do ler/escrever. A discussão dessas questões nos permite explicitar o entrelaçamento entre esses processos intrinsecamente ligados entre si.

Palavras-chave: Leitura, Interpretação, Escritura, Análise do Discurso.

1. Considerações primeiras

Escritos de Pêcheux (1981, p. 200) nos dão suporte para partirmos do pressuposto de que “um trabalho de leitura conduz a dar lugar ao inconcebível em um duplo gesto: conceber claramente o concebível para mostrar o inconcebível, isto é, regular um sistema e um intradiscorso e destruir a homogeneidade imaginária dos mesmos”. Neste texto, em especial, nos propomos a compreender: 1. Como a análise do discurso pode contribuir para as práticas de leitura, de interpretação e de produção textual no âmbito escolar e/ou acadêmico; 2. Como nós, analistas de discurso, estabelecemos relações com o processo de escritura, como atuamos e/ou nos movimentamos quando do processo de escritura de nossas análises?

Em um projeto de pesquisa⁹²² anteriormente desenvolvido, nos propusemos a pensar a produção da escrita no âmbito escolar e acadêmico. Enfatizávamos, então, que para além dos elementos linguísticos, a escritura de um texto é atravessada por questões de outra ordem, tais como: o imaginário que o sujeito-autor tem de si e do leitor virtual de seu texto, bem como a ideologia e a historicidade, constitutivas do dizer/escrever. Na ocasião, deslocamos a concepção de leitura própria da AD para a de escritura.

2. Ler, interpretar e escrever na perspectiva da análise do discurso

Para nós, analistas de discurso, ler e interpretar não consistem apenas em um processo de decodificação ou de recepção passiva do texto. Também não se trata de entender apenas o

⁹²¹ Ercília Ana Cazarin, professora doutora em Teorias do Texto e do Discurso. Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, RS., Brasil. E-mail: eacazarin@gmail.com

⁹²² O projeto foi desenvolvido durante os anos 2007-2008, na UNIJUI, RS. Um dos objetivos da pesquisa era compreender como a Análise do Discurso (AD) podia contribuir com práticas do cotidiano escolar, em especial, com a leitura e a produção textual. Levamos em conta a materialidade da língua, mas também o fato de que o sentido não é, por ela, predeterminado - o sentido é compreensível a partir das relações de força em jogo no processo sócio-histórico de uma formação discursiva (FD). Tendo como interesse refletir sobre o efeito de autoria no espaço escolar, a metodologia proposta para essa etapa da pesquisa foi a de apresentar, sem discussão prévia, uma mesma charge, a partir da qual o sujeito-leitor foi desafiado a escrever um texto, no fundo, a textualizar, de forma escrita, a leitura/interpretação do mesmo. A partir de como diferentes alunos, na produção de um texto escrito, discursivizaram a leitura/interpretação da charge, o interesse foi o de refletir, na perspectiva da Análise do Discurso, sobre o efeito de autoria no espaço escolar.

que o autor disse ou quis dizer, como na perspectiva da análise de conteúdo. O entendimento é o de que a leitura e a interpretação não se constituem como processos estanques, separados. Ao contrário, ao concebermos a leitura como um processo de produção de sentidos, a compreendemos como um gesto de interpretação do sujeito-leitor (INDURSKY, 2001, p. 37-38).

Na perspectiva teórica da AD, o modo de dizer não é indiferente aos sentidos e “todo o discurso se instaura em um espaço de tensão entre a sistematicidade da língua, a historicidade e a interdiscursividade” (MALDIDIER, 1992, p. 18). Nesse sentido, procuramos explicitar como o *lugar social* (posição-sujeito) em que estão inscritos aqueles que escrevem afeta o processo de escritura. Solicitar aos alunos que escrevam um texto de qualquer gênero textual, implica que os mesmos estabeleçam relações com os processos de leitura e de interpretação (CAZARIN, 2008, p.42).

Indursky (op. cit., p. 39) explica, de maneira elucidativa, o processo de leitura e interpretação de um texto. Escreve ela que o sujeito-leitor, através de um trabalho de (des)construção, mas também de construção de um “novo” texto, desestabiliza sentidos que se apresentam como estabilizados e, ao mesmo tempo, produz sentidos que não necessariamente coincidem com aqueles que o sujeito-autor quis atribuir ao texto. Ou seja, o texto precisa ser “desconstruído” através da leitura para, a partir disso, ser (re)textualizado de forma a produzir um *efeito texto*⁹²³ com início, progressão, não contradição e conclusão. Para melhor entender esse gesto de produção de sentidos, importa levar em conta que a história de leitura do sujeito-leitor vai determinar sua maior ou menor interação com o texto a ser lido/interpretado, mas que também conta a formação discursiva (FD) e a posição-sujeito em que imaginariamente se inscreve o sujeito-leitor.

Na pesquisa que realizamos, priorizamos as seguintes questões: se a leitura e a interpretação, em AD, são concebidas como gestos, o processo de escritura também o seria? Como funcionaria, então, esse gesto? Em que diferem esses processos?

Partimos do princípio de que o processo de escritura tem a ver com a história de leitura e a posição-sujeito daquele que escreve, mas resta entender como funciona esse processo. De início nos propusemos a compreender como eram concebidas as noções de escrita e de escritura. A partir dos estudos de Galo (1992, p. 48-51), tomamos a escrita como o processo de legitimação e transcrição da língua, mais precisamente de uma variedade linguística que se apresenta como pretensamente hegemônica. Escritura, ao contrário, a concebemos como gesto de interpretação do sujeito quando do processo de textualização. A capacidade de textualização, já marcada pela historicidade, vai possibilitar que se fale em efeito-texto, mas também em sujeito-autor ou em efeito de autoria. Sendo assim, é do processo de escritura de texto que estamos tratando. O texto, por sua vez, é a materialidade linguística pela qual se tem acesso ao discurso, mas um texto só significa porque tem um discurso que o sustenta.

No processo de escritura, convivem os campos da história, da língua e do inconsciente sem fronteiras fixas, e o papel do sujeito-autor é produzir gestos de interpretação; gestos esses, afetados pela projeção imaginária que ele faz de si, do outro e do “lugar social” em que está inscrito, embora disso o mesmo não, necessariamente, se dê conta.

Os resultados daquela pesquisa nos permitiram a publicação de alguns textos⁹²⁴ e também nos possibilitaram estabelecer uma parceria com a professora Gesualda Rasia, então,

⁹²³ Efeito-texto porque, em análise do discurso, temos presente a incompletude do texto e do discurso, tanto no sentido de que textos se constroem a partir do *já-dito*, como apontam para seu *vir a ser*.

⁹²⁴ Destacamos: 1. *O processo de leitura – gesto de interpretação*, publicado na Revista Nonada em parceria com Dulce Beatriz Mendes Lassen; 2. *Gestos de desconstrução e reconstrução no processo de leitura*. Publicado também em parceria com Dulce Beatriz Mendes Lassen, no ENECED; 3. *O ensino de línguas: uma perspectiva discursiva*, publicado no Iv. Ensino e Aprendizagem de línguas – UNIJUI. CAZARIN, Ercília Ana. *A análise do discurso: contribuições para o processo de escritura de textos*. In CD do III Simpósio Internacional sobre formação docente. Editora Unijuí. 2006.

colega na UNIJUI. Sua pesquisa, na época, estava relacionada com o letramento digital que tem muito a ver com leitura e interpretação. Essa parceria resultou na publicação de um outro texto⁹²⁵, no qual lembramos Pêcheux (1981, p. 200), quando escreve que “é nas operações de recortar, de extrair, de deslocar, de confrontar que se constitui o dispositivo mais particular de leitura”. No nosso ponto de vista, essas operações também funcionam no processo de escritura. Em suma, texto e sentidos são produzidos por sujeitos inscritos na história, “num processo simbólico duplamente afetado pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 1999, p.30). O sujeito-autor, ao escrever, materializa os saberes próprios da formação discursiva (FD) e da posição-sujeito em que está inscrito. Ambas determinam aquilo que ele pode, aquilo que ele não pode ou não convém escrever, e a escritura de seu texto o remete a um discurso inscrito na rede de memória que tem origem, na dispersão do interdiscurso⁹²⁶.

O sujeito, ao textualizar o que para ele aparece como sendo *a* interpretação, na função-autor, coloca-se diante da dispersão do *já-dito*, configurando seu texto de acordo os saberes da posição-sujeito e da FD em que se inscreve. Convivem aí os campos da história, da língua e do inconsciente sem fronteiras fixas, e o sujeito, na função-autor, é afetado pela projeção imaginária que ele faz de si, do *outro* e do *lugar social* em que está inscrito (CAZARIN E. A. e RASIA, G. dos S., 2008, p. 149).

No processo de escritura, o sujeito-autor, na dispersão do interdiscurso, coloca-se frente a relações de confronto, de divergência, de diferença ou de aliança com diferentes discursos; o sujeito-autor mergulha em “uma teia discursiva invisível construída de já-ditos” (INDURSKY, op. cit. p. 37) para configurar seu texto segundo os saberes da posição-sujeito em que se inscreve em uma dada FD. É nesse sentido que o interdiscurso funciona como o “lugar do outro”, como espaço de latência de sentidos (PÊCHEUX, op. cit., p. 201).

Em suma, em AD, o texto (quer na leitura, quer na interpretação ou no processo de escritura) e também o discurso são trabalhados como discursividade em funcionamento – é isso que nos leva a tratá-los, considerando a exterioridade que lhes é constitutiva e que se reflete na e pela materialidade da língua. O desafio foi e continua sendo pensar a produção escrita, enfatizando que, para além dos elementos linguísticos e/ou da interpretação de textos lidos, ela é atravessada por questões como o imaginário que tem o sujeito que escreve, tanto de si, como do leitor virtual de seu texto, bem como pela ideologia e pelo inconsciente, constitutivos do dizer/escrever.

Courtine (2006, p.09-10), por sua vez, apresenta a AD como “uma política de leitura” e salienta que uma das questões, desde o início, presentes era “o que é ler?” Tentando responder a essa questão, registramos que, em AD, deslocamos as considerações sobre a leitura para o âmbito da escritura, entendemos que também no processo de produção de um texto, está em jogo o gesto de interpretação do sujeito que lê. É esse gesto, afetado pela historicidade, que o leva a recuperar, no interdiscurso, alguns enunciados e não outros para incorporar na formulação de seu texto, produzindo um efeito-texto com início, progressão e conclusão.

A partir dos estudos/das pesquisas realizadas, reafirmamos que foi possível sedimentar nossa hipótese de que a Análise do Discurso tem contribuições a oferecer às práticas do cotidiano escolar. Nesse sentido, importa a concepção de língua adotada pelos educadores, mas também o lugar social (a posição-sujeito) em que estão inscritos aqueles que escrevem. Entendemos a interpretação como gesto no nível do simbólico e, isso também vale para o

⁹²⁵ Os Gestos de Leitura – Escritura em uma perspectiva discursiva. Publicado em *Lubelskie Materialy Neofilologiczne*. Vol. 32. UMCS – Polônia, Lublin, 2008.

⁹²⁶ O interdiscurso é um conjunto de dizeres já ditos e esquecidos que determinam o que dizemos, sustentando a possibilidade mesma do dizer. Para que nossas palavras tenham sentido é preciso que já tenham sentido. Esse efeito é produzido pela relação com o interdiscurso, a memória discursiva: algo fala antes, em outro lugar, independentemente.

processo de escrita e/ou de escritura. O sujeito/aluno, ao textualizar de uma maneira e não de outra, marca-se como responsável pelo seu texto, produzindo efeito de autoria. A esse posicionamento chegamos quando do trabalho em conjunto (CAZARIN e RASIA, 2008). Tanto que, quando encerramos nosso texto, recorremos a Derrida (1991) na Farmácia de Platão (p. 7), em que ele escreve - “se há uma unidade da leitura e da escritura, como hoje se pensa facilmente, se a leitura *é* a escritura, esta unidade não designa nem a confusão indiferenciada nem a identidade de todo repouso; o *é* que une a leitura à escritura deve descosê-las”. Entendemos, então, que o autor está a nos propor a pensar a leitura e a escritura como processos distintos, mas de tal forma intrincados que nos levam, como ele próprio escreve, a concebê-los “num só gesto, mas desdobrado”.

A conclusão do projeto de pesquisa e do trabalho realizado juntamente com Rasia (2008) nos instigaram a pensar sobre outra questão: compreender como nós, analistas de discurso, estabelecemos relações com o processo de escritura, como atuamos e/ou nos movimentamos quando do processo de escritura de nossas análises?

Pêcheux (1990, p. 56) salienta que um discurso deve ser analisado a partir da rede de memória e do trajeto social em que tem origem, mas que é preciso considerar a possibilidade de *desestruturação-reestruturação* dessa rede e desse trajeto. Conforme o autor (ibidem, p. 54), a interpretação é possível porque há o *outro* nas sociedades e na história. É com esse *outro* que se estabelece uma relação de ligação, de identificação ou de transferência que possibilita a interpretação. É nesse sentido que o interdiscurso funciona como exterioridade, ou seja, como o “lugar” do outro. Essa relação permite que as “filiações históricas possam se organizar em memórias e as relações sociais em redes de significantes. Ao analista de discurso cabe realizar descrições regulares de montagens discursivas⁹²⁷ para detectar “os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados” (ibidem, p. 57).

3. O trabalho do analista de discurso

Desde o início de nosso texto, estamos apresentando a leitura e a interpretação como dois processos que, embora “um não recubra o outro” se realizam de forma simultânea, pois não há como não interpretar. Se de um lado, não podemos não interpretar, pois, diante de um objeto simbólico o sujeito sofre a injunção à interpretação, de outro, a linguagem aparece como transparente como se os sentidos estivessem já sempre lá (ORLANDI, 1996, p.64). Por outro lado, quando atuamos como analistas de discurso, a interpretação dá lugar à compreensão do texto, pois conforme a autora recém-citada (ibidem, p.81), nosso trabalho é “compreender – e não refletir - o gesto de interpretação do sujeito e expor sobre seus efeitos de sentido”. É no momento dessa exposição dos efeitos de sentido que, no nosso ponto de vista, entra a escritura do analista – muito embora a mesma já venha sendo gestada desde a leitura e compreensão do material que está sendo objeto da análise. Isso nos leva a entender que: se ler já é interpretar e, interpretar também é uma maneira de ler, da mesma forma, compreender já é um momento da escritura do analista. Explicamos: só depois do processo de análise é que iremos textualizar, isto é, registrar os resultados a que chegamos. Portanto, “compreender significa explicitar os gestos de interpretação feitos pelo sujeito, gestos⁹²⁸ inscritos no texto” (ORLANDI, 2012, p. 171).

⁹²⁷ Orlandi (1999, p.63) explica que a construção de montagens discursivas deve obedecer a critérios decorrentes de princípios teóricos da AD, que face aos objetivos da análise, permitam chegar à compreensão de como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos.

⁹²⁸ *Gesto* significa ato no domínio simbólico (PÊCHEUX, 1969, In: ORLANDI, 2012).

O analista “num retorno contínuo do objeto de análise para a teoria, num movimento constante de descrição e interpretação, tece as intrincadas relações do discurso, da língua, do sujeito, dos sentidos, articulando ideologia e inconsciente” (Orlandi, 1999, p. 80)⁹²⁹. Conforme a autora, a escrita da análise, em AD, tem importância fundamental. É a escrita que vai efetivamente fazer a relação entre teoria e prática e dar (ou não) consistência aos resultados. E essa escrita, segundo a autora, não é neutra, mas nem por isso deixa de se constituir em sua objetividade e a exaustividade do *corpus* deve ser considerada em relação aos objetivos e à temática, e não em relação ao material linguístico (textos) em si, em sua extensão.

É preciso compreender ainda que a produção escrita do analista materializa-se por elementos linguísticos, mas é atravessada pelo imaginário que ele tem de si; nesse processo, também conta a ideologia e a historicidade como constitutivas do dizer/escrever. Por isso, Pêcheux recomenda que é preciso fazer uma leitura/análise na qual o sujeito seja, ao mesmo tempo, “despojado e responsável pelo sentido que lê” (PÊCHEUX, 1990, p. 53), diríamos nós, que interpreta, que compreende, que escreve.

Esse posicionamento nos leva novamente a enfatizar que tanto a produção da leitura, quanto o processo de escritura de um texto constituem-se como práticas sociais que mobilizam a memória do dizer e que conduzem o sujeito-leitor e o sujeito-autor, enquanto sujeitos históricos, a inscreverem-se em uma disputa de interpretações. E nós, analistas de discurso, não somos isentos desse processo.

Em texto recente, Orlandi (2012, p. 169), escreve que quando pensamos a relação do analista de discurso com a interpretação, temos presente que o que interessa é compreender como um texto funciona e produz sentidos e, nesse processo, o analista “interroga a interpretação, trabalha sobre ela”. Interroga no sentido de que, para compreender o processo discursivo, (des)constrói o percurso interpretativo realizado pelo produtor do texto e, concomitantemente, (re)textualiza. Aqui nos interessa levar em conta o que escreve Courtine (Op. cit., p. 12), no sentido que a AD pode ser considerada como “uma escritura sobre uma escritura”. Segundo ele, o efeito de leitura se produz justamente por “uma leitura regrada que, à materialidade escrita de seu *corpora*, substitui a ordem proposta de seus dispositivos gráficos”. Quando da escritura da análise, ocorre a superposição de uma escritura sobre outra.

Retomando a questão sobre a qual estamos nos propondo discutir - como nós, analistas de discurso, estabelecemos relações com o processo de escritura, como atuamos nesse processo? – voltamos a Pêcheux (1994, p. 57), quando escreve que “uma leitura interpretativa já é uma escritura”. O posicionamento dos autores citados nos possibilita a compreensão de que tanto no processo de produção da leitura, quanto no processo de escritura de um texto ocorre a disputa de interpretações, recém-referida. É esta disputa que leva o sujeito-autor a textualizar o que, para ele, aparece como sendo “a interpretação”, pois esta “lhe parece como natural, como o sentido lá, transparente” (ORLANDI, 1996, p. 85). Portanto, ao analista de discurso cabe entender como um discurso funciona e produz sentidos. É essa compreensão, já como resultado da análise, que irá textualizar, produzindo também ele um efeito-texto. Orlandi (2012, p. 171), nessa mesma direção, ao tratar do processo de interpretação, chama a atenção para o fato de que “no próprio texto, em sua constituição, há gestos de interpretação que mostram as posições do sujeito que o produziu”, no caso em pauta, do analista.

⁹²⁹ Em texto distinto, a mesma autora (1998, p. 12-15), já havia escrito que a construção do *corpus* e da análise andam juntas, são simultâneas. É só quando a análise é finalizada e registrada, sob forma de escrita, que a mesma adquire a organização, podendo, então, serem separados: quadro teórico, *corpus*, análise, resultados.

4. Considerações finais

Para encerrar, sempre importa o que nos ensina Pêcheux (1998, p. 55): “o desafio é construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, nem no ‘qualquer coisa’ de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal”. A posição do analista é a de contemplar o movimento de interpretação, de compreendê-lo, “nem acima, nem além do discurso ou da história, mas deslocado. Numa posição que entremeia a descrição e a interpretação e que pode tornar visíveis as relações de sentidos” (ORLANDI, 2010, p. 26), mas tendo presente que, também em nossa escritura, estamos sujeitos ao equívoco e que o sentido é capaz de tornar-se outro, ou como escreve Orlandi (2001, p. 70), “um sentido é no meio de outros”. Compreender significa, então, explicitar os gestos de interpretação feitos pelo sujeito, gestos estes inscritos no texto. O escrito por Orlandi vem ao encontro do que estamos entendendo como o entrelaçamento entre esses processos – o de leitura, de interpretação e de escritura do texto. Vem ao encontro também, pelo menos no nosso entendimento, do postulado por Pêcheux quando diz que *a interpretação já é uma escritura*. Leitura, interpretação, compreensão e escritura de texto, em qualquer dimensão, são processos que funcionam numa relação dialética, intrinsecamente ligados entre si, sempre incompletos. Assim como dizemos que o texto e o discurso não se fecham, em AD, a interpretação/a compreensão nunca cessam, não se fecham, estão sempre à espera de outra interpretação, de outra compreensão...

Referências Bibliográficas

- CAZARIN, Ercília Ana. *A análise do discurso: contribuições para o processo de escritura de textos*. In CD do V *Simpósio Internacional sobre formação docente*. Editora Unijuí. 2008.
- CAZARIN, E. A. e RASIA, G. dos S. *Os gestos de leitura–escritura em uma perspectiva discursiva*.
ISBN 83-7338-101-5. Printed in Poland ... Lub. Mater. Neofil. Lubelskie Materiały Neofilologiczne,. Lublin. Lub. Roc. Pedag. Lubelski Rocznik Pedagogiczny Cracovia - Polonia - Europa : studia z dziejów średniowiecza ofia-www.pbc.rzeszow.pl/Content/568.
- COURTINE, Jean Jacques. *Metamorfoses do Discurso Político: as derivas da fala pública*. Tradutores Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.
- DERRIDA, Jacques. *A farmácia de Platão*. Trad. Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- GALLO, Solange. *Discurso da Escrita e Ensino*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. [organizado por] Aracy Ernst-Pereira, Susana Bornéo Funck. – Pelotas: Educat, 2001.
- MALDIDIER, Denise. L’Inquiétude du Discours. In: *Discours social/Social Discourse*. Hiver-printemps, Québec/Montréal, v. 4, 1992.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. A leitura proposta e os leitores possíveis. In *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. Os efeitos de Leitura na Relação Discurso/Texto In: *Discurso e Texto: formação e circulação de sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. Análise de Discurso. In: *Introdução às ciências da linguagem - Discurso e textualidade*. Suzy Lagazzi-Rodrigues e Eni P. Orlandi. (orgs). 2ª ed.: Campinas, SP: Pontes editores, 2010.

_____. *Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. La frontière absente (um bilan). In *Matérialités Discursives*. Colloque des 24, 25, 26 avril 1980. Université Paris X – Nanterre. Lille, Presses Universitaires, 1981.

_____. O discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP, Pontes, 1990.

_____. Ler o arquivo hoje. In *Gestos de Leitura: da história no discurso*. Eni P. Orlandi (org.), Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

_____. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. Tradução de Ana Maria Dischinger Marshall e Heloísa Monteiro Rosário. In *Cadernos de Tradução – Instituto de Letras – UFRGS*, nº 01, novembro / 1998.

O DISCURSIVO E O NÃO-DISCURSIVO: UMA RELAÇÃO DE IMPLICAÇÃO MÚTUA NO SABER/PODER DE MICHEL FOUCAULT

Antônio Fernandes JÚNIOR (UFG/CAC)⁹³⁰
Carine Fonseca Caetano DE PAULA (UFG/CAC)⁹³¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é, a partir da perspectiva arque-genealógica de Michel Foucault, problematizar a dimensão do não-discursivo nas práticas discursivas e traçar uma possível trajetória de compreensão para a seguinte questão: se há práticas fora do discurso, qual relação (de distinção, de implicação) pode-se estabelecer entre práticas não-discursivas e práticas discursivas? Na instância daquilo que é dito, as práticas discursivas parecem ser reguladas por práticas outras, construídas historicamente, na relação com práticas de outra natureza – social, institucional, cultural, política, econômica, que constituem regularidades específicas a campos distintos do saber e se configuram como condições de produção de um certo discurso enunciável, imbricado em relações de poder. Pretende-se, a partir dessas considerações, elaborar uma trajetória que explore e compreenda como ocorre essa implicação mútua entre práticas não-discursivas e discursivas e, com isso, problematizar essa articulação no campo dos estudos discursivos, de orientação foucaultiana.

Palavras-chave: Prática discursiva. Prática não-discursiva. Dizível/Enunciável. Saber/Poder. Michel Foucault

1. Problematização inicial

De nossa parte, a problematização entre o discursivo e o não-discursivo teve início em uma disciplina ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da UFG/CAC, quando, num princípio de compreensão dos estudos discursivos, um certo encantamento despertou o olhar analítico para aquilo que é dito, mediante leis e regularidades, de um lugar determinado no tempo e no espaço. E nesse encantamento primeiro, deslumbrado e pouco criterioso, pareceu-nos que as práticas discursivas já estavam, de antemão, presentes na realidade empírica e nas formas de linguagem: práticas sociais, institucionais, culturais, políticas, econômicas, midiáticas, bem como as diferentes formas de linguagem como a literária e poética, a música, o audiovisual, em todas elas pareciam, de antemão, a preeminência dos discursos. Nesse princípio, em tudo se via e se lia discursos!

Com a leitura de *A arqueologia do saber* (2009), *A verdade e as formas jurídicas* (1996), *A ordem do discurso* (2012), e principalmente de alguns comentadores de Michel Foucault, como Deleuze (1998) e Dreyfus e Rabinow (2010), essa concepção desmesurada de que tudo é discurso tornou-se um equívoco e a proposta arque-genealógica de Foucault em estudar a constituição do sujeito nas suas relações entre o saber e o poder, por meio das práticas discursivas, foi, aos poucos, tornando a compreensão mais criteriosa e o rigor teórico-metodológico, que a analítica do autor propõe e exige, começou a esclarecer o lugar do discursivo/não-discursivo.

Assim, da parte do próprio Foucault, em *A arqueologia do saber* (2009) livro em que o autor procura pelas leis e regularidades dos discursos, construindo um aparato teórico-

⁹³⁰ Professor Adjunto III, da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Catalão (GO), Brasil. E-mail: tonyfer@uol.com.br .

⁹³¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Catalão (GO), Brasil. E-mail cacacaetano@bol.com.br .

metodológico acerca de como, arqueologicamente, se constituem os discursos e seus enunciados, já há uma referência a esses aspectos exteriores ao discurso, não-discursivos, embora a relação entre as práticas discursivas e não-discursivas não seja esmiuçada. Foucault indica que, entre a rede de relações indissociáveis dos elementos que constituem as formações discursivas, a saber: os objetos discursivos, os sujeitos discursivos em suas variadas modalidades enunciativas, os conceitos que surgem do interior dos próprios discursos e as escolhas estratégicas dos discursos que transformam-se em temáticas, principalmente os objetos e os sujeitos discursivos estão numa correlação com elementos outros, presentes numa exterioridade correlata às práticas discursivas, exterioridade histórica, institucional, política, mas que também as constituem.

Se no livro supracitado há apenas uma afirmação de que existe um domínio não-discursivo que constitui também as práticas discursivas, em *A verdade e as formas jurídicas* (1996), o autor faz referência direta ao aspecto não-discursivo, entendendo-o como outro nível do discurso, operado não mais no nível daquilo que é dito, mas no nível daquilo que é estratégia de poder, de luta, no uso social dos discursos enquanto práticas. Foucault inicia a primeira conferência e abre sua proposta a uma outra dimensão do discurso, justificando que, se numa determinada época a busca pelas leis e regularidades da linguagem teve sua importância, naquele agora, o momento seria outro:

Há alguns anos foi original e importante dizer e mostrar que o que era feito com a linguagem obedecia a um certo número de leis e regularidades internas [...] Teria então chegado o momento de considerar esses fatos de discurso, não mais simplesmente sob seu aspecto linguístico, mas, de certa forma como jogos (*games*), jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e de esquivo, como também de luta. O discurso é esse conjunto regular de fatos linguísticos em determinado nível, e polêmicos e estratégicos em outro. (FOUCAULT, 1996, p.9)

Da parte de alguns comentadores, Deleuze (1998) lembra que em *A arqueologia do saber*, o esforço de Michel Foucault é o de criar uma nova orientação para o domínio dos enunciados e do discursivo e, portanto, é compreensível que neste livro em particular, haja um primado do discursivo sobre o não-discursivo. Cabe aqui ressaltar que *A arqueologia*, por ser um livro-resposta às críticas feitas aos livros anteriores de Foucault, do ponto de vista teórico-metodológico, o autor atendeu a um dado projeto de esclarecer e/ou justificar seu procedimento arqueológico de análise dos saberes/formações discursivas que constituem as ciências dos homens. A questão é, uma vez dada a ênfase ao domínio do discursivo, com suas leis e regularidades, a balança da análise torna-se desfavorável às condições históricas, sociais, culturais, econômicas, de poder as quais, necessariamente, atravessam as práticas discursivas e as constituem.

Dreyfus e Rabinow, em *Michel Foucault: uma trajetória filosófica* (2010), afirmam que entre *A arqueologia do saber* e *Vigiar e punir* passaram-se seis anos, período em que o autor repensou e remodelou seus “instrumentos intelectuais”, colocando outras questões, de natureza genealógica, portanto, relacionadas à problematização do saber, da verdade, dos valores, e as práticas e instituições sociais nas quais eles emergem. Nesta dimensão em que se pergunta pelo uso dos discursos, nas relações de poder as quais eles instituem e nas quais eles operam, configura-se um outro eixo de pesquisa, mais próximo daquilo que até então vinha sendo nominado como não-discursivo.⁹³²

⁹³² “Porém o método arqueológico não é rejeitado. Foucault abandona somente a tentativa de elaborar uma teoria das regras que regem os sistemas de práticas discursivas. Como uma técnica, a arqueologia serve para isolar

Ainda da parte dos comentadores, Nalli (2005) faz uma colocação pertinente na direção da dificuldade em precisar os sentidos que envolvem as noções propostas por Foucault. Assim, na tentativa de precisar conceptualmente algumas noções arqueológicas, o autor conclui que chega-se a uma concepção efetiva acerca das “práticas discursivas” mais a partir de seu uso no livro do que por sua definição: “...as circunstâncias em que a expressão ‘prática discursiva’ aparece em *L’archéologie du savoir*, em relação à condição de seu uso, são bastante superiores (tanto em quantidade quanto em qualidade, isto é, em sua apresentação contundente) àquela em que é definida.” (NALLI, 2005, p.163). Como bem coloca Nalli (2005), é mais ou menos a partir dessas suposições e inferências do que venha a ser práticas discursivas e não-discursivas, na análise das condições de uso dessas expressões no texto e na articulação entre elas, que inicia-se um processo de esclarecimento.

Talvez, a partir dessas colocações do próprio Michel Foucault e de alguns de seus estudiosos, seja interessante problematizar a dimensão do não-discursivo nas práticas discursivas e traçar uma possível trajetória de compreensão para a questão posta acima: se há práticas fora do discurso, qual relação (de distinção, de implicação, de tensionamento) pode-se estabelecer entre práticas não-discursivas e práticas discursivas? Juntamente com esse propósito, estamos convencidos de que explorar essa implicação mútua entre as duas práticas possa contribuir para as análises arque-genealógicas do discurso. A relação saber/poder pode também ser compreendida como uma relação entre formações discursivas e suas estratégias de se validarem em termos de ação/reação, dominação/resistência, na luta simbólica dos saberes e seus poderes.

A partir dessas considerações, passamos então a elaborar uma trajetória que explore e compreenda como essa relação entre o discursivo e o não-discursivo aparece em Michel Foucault e o que caracteriza a natureza da relação entre esses dois tipos de práticas.

2. Trajetória de exploração e compreensão

Em *A Arqueologia do Saber* (2009), no tópico acerca das regras de formação dos objetos discursivos, Michel Foucault faz uma primeira referência direta à distinção entre práticas discursivas e práticas não-discursivas de modo que elas se articulam entre si, mas o autor não explica que tipo de relação se estabelece entre elas. Na tradução, essas relações não-discursivas são designadas como relações “primárias ou reais”⁹³³, as quais, independentemente de qualquer discurso, podem ser descritas; há ainda para o autor um outro nível de relações, as “secundárias ou reflexivas”⁹³⁴, que parecem não corresponder nem à descrição da relações primárias, nem àquelas que tornam possível e sustentam os objetos discursivos; e o terceiro nível, o das relações propriamente discursivas. Sem mais esclarecimentos, o autor encerra o parágrafo dizendo que “o problema é fazer com que apareça a especificidade dessas últimas e seu jogo com as outras.” (FOUCAULT, 2009, p.51), ou seja, se o empreendimento de Foucault é descrever e caracterizar o jogo de relações e as regras que possibilitam o domínio do discursivo, parece que isso implica também em

discursos-objetos, ela serve para distanciar e desfamiliarizar os discursos sérios das ciências humanas. Isso, por sua vez, permite a Foucault levantar as questões genealógicas. Como são esses discursos utilizados? Que papel eles representam na sociedade?” (DREUFUS & RABINOW, 2010, p.XXV)

⁹³³ “Essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização (...) e (...) elas não definem a constituição interna do objeto, mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles (...); enfim ser colocado em um campo de exterioridade.” (Foucault, 2009, p.50-51).

⁹³⁴ “...é preciso distinguir, além disso, as relações secundárias que podem estar formuladas no próprio discurso; o que, por exemplo, os psiquiatras do século XIX puderam dizer sobre as relações entre a família e a criminalidade não reproduz, sabemos bem, o jogo das dependências reais; mas não reproduz tampouco o jogo das relações que tornam possíveis e sustentam os objetos do discurso psiquiátrico.” (Foucault, 2009, p.51)

considerar práticas outras, que não sejam discursivas.

Ainda neste mesmo livro, Foucault define práticas discursivas depois de apresentar uma série de questões que envolvem a descrição dos enunciados como metodologia de análise. As práticas discursivas são, nessa passagem, analisadas na sua relação com os enunciados, enquanto práticas de certa formação discursiva que constituem a lei de existência para os enunciados exercerem sua função enunciativa:

...o que se chama ‘prática discursiva’ poder ser agora precisado. [...] é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2009, p.133)

Vale trazer novamente a colocação de Nalli (2005) em que a definição do termo contribui menos para seu esclarecimento, sendo o seu emprego no texto mais esclarecedor, já que Foucault não traz nenhum exemplo, exceto a sequência de letras do teclado – AZERT, para vermos operacionalizar a noção de práticas discursivas ou discurso/enunciado, o que talvez facilitaria a compreensão do termo, por sua distinção àquilo que seja prática não-discursiva. Mas em Foucault, parece que a conceptualização de um termo, no caso aquilo que é discursivo, não se dá por oposição a outro, o não-discursivo, mas por contiguidade.

Assim, em *A Arqueologia do saber* (2009) Foucault indica que há uma distinção entre práticas discursivas e práticas não-discursivas, sem fazer aparecer a especificidade da relação entre elas, o que deixa uma descontinuidade na compreensão – descontinuidade que é rastreada por releituras de outros autores, como Deleuze (1998) e Fischer (1996). Partindo da definição de prática discursiva apresentada acima, Fischer (1996), na busca de estabelecer uma relação entre o discursivo e o não-discursivo, ressalta justamente o caráter histórico, datado no tempo e no espaço, que possibilita emergir discursos e enunciados, o que implica na consideração do domínio não-discursivo, de modo que este faz parte das condições históricas de emergência do domínio discursivo, bem como da função que enunciados e discursos exercem no interior de práticas não-discursivas, indicando aí uma relação necessária de interdependência.

Em *Resposta a uma questão* (2010), Foucault enumera três critérios que permitem singularizar as formações discursivas: *critérios de formação*⁹³⁵, *os critérios de transformação ou de limiar*⁹³⁶ e, por fim, *os critérios de correlação* aqueles que situam e definem a formação discursiva em relação a outras, bem como ao contexto não-discursivo com o qual ela se implica. (FOUCAULT, 2010)

Neste texto em específico, fica clara a argumentação no sentido de que, para individualizar formações discursivas e tê-las como objetos da análise arqueológica, é necessário considerar, além dos quatro critérios ou regras de formações, também os fatores históricos, institucionais, políticos e culturais que condicionam suas singularizações e consequente diferenciação em relação a outros discursos, suas transformações, com suas lacunas e descontinuidades, ou seja, considerar “toda uma população de acontecimentos enunciativos” (FOUCAULT, 2008, p.106), incluindo aí os critérios de transformação e de

⁹³⁵ Corresponde à existência de regras de formação que fazem aparecer os objetos (“por mais dispersos que sejam”), os conceitos (“que podem muito bem ser incompatíveis”), as operações (“que frequentemente não podem nem se sobrepor nem encadear”) e as opções teóricas (que muitas vezes se excluem umas às outras”). (FOUCAULT, 2010);

⁹³⁶ Aqueles a partir dos quais é possível definir as condições reunidas num tempo e momento precisos para que os elementos acima se formem e emergja uma formação discursiva específica, sendo ela suscetível de modificações internas e de transformações de modo que regras novas possam ser postas em jogo.

correlação. Nesse jogo de relações, o autor quer traçar sistemas que dão conta dessa multiplicidade de conjuntos de enunciados, sistemas que reagrupam formações discursivas, sistemas que são condição de realidade histórica para a emergência dos discursos e seus enunciados, para que a função enunciativa possa ser exercida, sistemas que o autor denomina “positividades”:

... um sistema regrado de diferenças e dispersões. Esse sistema de quatro níveis, que rege uma formação discursiva e deve dar conta não de seus elementos comuns mas do jogo de suas defasagens, seus interstícios, suas distâncias – de qualquer forma, de suas lacunas, mais do que de suas superfícies plenas -, é isso que proporei chamar de sua positividade. (FOUCAULT, 2008, p.106-107)

É interessante ressaltar que a noção de positividade relaciona-se com essa dimensão do não-discursivo e do discursivo de forma contígua, numa relação de implicação. Analisar os discursos em suas formas de operar é considerar que eles são “práticas ligadas a certas condições, submetidas a certas regras, e suscetíveis de certas transformações.” (FOUCAULT, 2010, p.22) Percebe-se que individualizar discursos, delimitar discursividades em suas singularidades e rastrear as condições de seu surgimento, é uma operação que vai, simultaneamente, tanto na direção interna quanto na direção externa dos discursos, ou seja, procura-se tanto pelos elementos não-discursivos que constituem agrupamentos históricos de enunciados, como pelos próprios elementos discursivos que correspondem a certos objetos, modalidades enunciativas, conceitos, campos de possibilidades estratégicas para que o enunciado/discurso apareça. Consiste em pensar na multiplicidade, no paradoxo da dispersão que singulariza, na exigência das regularidades que fazem surgir o discursivo em suas positividades.

Em outro texto do autor, *Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia* (2008), Foucault faz menção indireta à diferença entre o discursivo e o não-discursivo, numa passagem em que ele esclarece sobre a descrição dos enunciados:

É [...] para apreender como esses enunciados, enquanto acontecimentos em sua especificidade tão estranha, podem se articular com acontecimentos que não são de natureza discursiva, mas que podem ser de ordem técnica, prática, econômica, social, política etc. [...]; é [...] tornar-se livre para descrever, entre ele (o enunciado) e outros sistemas que lhe são exteriores, um jogo de relações. (FOUCAULT, 2008, p.94)

Essa noção de exterioridade é recorrente na explicação sobre o discursivo/não-discursivo e sobre ela é interessante discorrer algumas linhas. Conforme diversos autores, o que diz respeito ao domínio do discursivo encontra-se no “limite do discurso” (FOUCAULT, 2009), no “limiar” (DELEUZE, 1998), é de “caráter fronteiro” (NALLI, 2005) entre o discursivo e o não-discursivo. As relações discursivas não seriam nem organizadas no interior do discurso por uma lei, nem delimitadas por uma força exterior a elas e isso diz respeito a uma exterioridade. Deleuze (1998) trabalha essa noção de exterioridade de forma esclarecedora. Para este autor, as duas práticas são diferenciadas e exteriores uma à outra, operam por disjunção. Tanto o discursivo (enunciável) como o não-discursivo (o visível) são efeitos de uma dispersão⁹³⁷. Assim, pode-se compreender essa exterioridade como este lugar

⁹³⁷ No encaminhamento para distinguir pelo menos três instâncias que se articulam entre o saber e o poder, entre o discursivo e o não-discursivo, entre o dizível e o visível, - o “de-fora”, o “exterior”, as “formas de

nem dentro, nem fora, mas num exterior, numa curva, numa fronteira onde se articulam as circunstâncias para que se emergjam as práticas discursivas. A relação entre o discursivo e o não-discursivo é, então, necessária, interdependente, condição de existência para que o discursivo e o não-discursivo se determinem mutuamente, se pressuponham reciprocamente.

A partir da releitura de Deleuze (1998), há entre o enunciável ou dizível (as práticas discursivas) e o visível (as práticas não-discursivas) uma “pressuposição recíproca”, ou seja, embora essas duas formações práticas sejam distintas, elas estão inseridas uma na outra e, assim como as instituições, acontecimentos políticos, práticas culturais, processos econômicos, atividades acadêmicas produzem enunciados, estes também determinam esses “meios não-discursivos”, de forma recíproca e equivalente, sem haver uma redução ou uma linearidade causal entre um e outro. Na perspectiva deste autor:

Que haja um primado do enunciado sobre o visível, explica-se doravante facilmente: *L'archéologie du savoir* pode reivindicar um papel determinante dos enunciados enquanto formações discursivas. Mas as visibilidades, essas, não são por isso menos irreduzíveis, pois que remetem para uma forma do determinável que não se deixa de modo nenhum reduzir à da determinação. (...) O problema é o da coadaptação das duas formas, ou das duas espécies de condição, que diferem quanto à natureza. (...) a relação entre os dois ‘há’, entre a luz e a linguagem, entre as visibilidades determináveis e os enunciados determinantes.” (DELEUZE, 1998, p.88-89)

Sobre essa questão do primado de uma prática sobre a outra, já colocada anteriormente, Deleuze (1998) lembra que em *A arqueologia do saber*, ainda que se apresentasse uma distinção entre as duas formações práticas, o esforço de Foucault no estabelecimento do domínio discursivo fez com que outro tipo de formação prática, tão necessária quanto à discursiva e imbricada nesta, fosse designada na negativa, como prática não-discursiva⁹³⁸. Vale ressaltar mais uma vez que, talvez esse primado do discursivo sobre o não-discursivo possa induzir a produção de análises enviesadas, não considerando as condições históricas, sociais, culturais, econômicas, políticas, de maneira equivalente e necessária à análise arqueológica.

Com o propósito de caracterizar os enunciados, Deleuze diz que “em torno de um enunciado devemos distinguir três círculos, como que fatias de espaço.” (DELEUZE, 1998, p.23), os quais podem ser entendidos aqui como níveis de análise e, portanto, de fatores que, na relação entre o discursivo/não-discursivo, constituem a análise discursiva: a) *o espaço colateral, associado ou adjacente* onde o enunciado tem uma função primitiva; na relação com outros enunciados heterogêneos formam uma mesma família de enunciados, num campo de vetores regulado por variáveis que permitem a esse enunciado adquirir uma multiplicidade de ocorrências; b) *o espaço correlativo* onde a relação do enunciado não é mais com outros enunciados, mas com seus sujeitos, objetos, conceitos, ou seja, nesse espaço correlativo, o enunciado adota as funções de sujeitos, de objetos, de conceitos, e essas funções são derivadas da primitiva, e; c) *o espaço complementar ou de formações não-discursivas*, o qual,

exterioridade” - Deleuze (1998) esclarece: “Foucault invoca frequentemente uma forma do discursivo e uma forma do não-discursivo; mas essas formas não enclausuram nada nem interiorizam nada; são formas de exterioridade através das quais ora os enunciados, ora os visíveis se dispersam.” (DELEUZE, 1998, p.69)

⁹³⁸ Deleuze (1998) indica que esse suposto primado do enunciado na fase arqueológica do saber, o que é justificável dado o propósito, perde terreno na fase genealógica e é reformulado em termos de concepção: “Aquilo que *A arqueologia* reconhecia – mas não designava ainda senão pela negativa – como meios não-discursivos, encontrará em *Vigiar e punir* a forma positiva que atravessa toda a obra de Foucault: a forma do visível, naquilo que ele se diferencia da forma do enunciável.” (DELEUZE, 1998, p.56)

como diz Deleuze (1998), é extrínseco e já indica uma concepção mais política do saber. Numa abordagem acerca do não-discursivo e na sua relação com o discursivo, procedimento que nem mesmo Foucault em *A arqueologia do saber* efetuou de maneira tão didática, Deleuze (1998) apresenta o não-discursivo como instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos e indica que, do mesmo modo que uma instituição comporta enunciados, estes também remetem para um meio institucional, necessário à formação dos objetos, dos sujeitos, dos conceitos. Para este autor, a relação entre as “formações não-discursivas das instituições” e as “formações discursivas dos enunciados” não é de causalidade, nem de paralelismo, mas se dá por uma diagonal:

...relações discursivas com os meios não-discursivos, as quais não são, nem interiores nem exteriores ao grupo de enunciados, mas constituem o limite de que falávamos há pouco, o horizonte determinado sem o qual não poderiam aparecer tais objetos de enunciados, nem ser atribuído tal lugar ao próprio enunciado. (DELEUZE, 1998, p.29)

3. Considerações finais

Se a problematização inicial girava em torno de saber qual relação se estabelece entre o discursivo e o não-discursivo, após a trajetória de compreensão de como essas duas noções aparecem e se implicam no pensamento arque-genealógico de Michel Foucault, podemos chegar a algumas considerações que nos auxiliem na operacionalização dessas noções nas análises que, embora tenham como enfoque o discursivo, não devem prescindir do não-discursivo.

Primeiramente, são noções distintas: o discursivo diz respeito àquilo que é dito, mediante algumas regularidades que possibilitam a emergência desse dito, desse fala-se, desse murmúrio que se pronuncia acerca de, que se inscreve historicamente num domínio prático, autônomo, anônimo; o não-discursivo diz respeito às condições que possibilitaram, de uma exterioridade e por isso mesmo não exercem um primado sobre o discursivo, o surgimento das discursividades, como as instituições, os acontecimentos políticos e econômicos, culturais históricos, todos eles com as especificidades de suas práticas e regras, as quais singularizam e modelam os discursos. Sem pensar num efeito de causalidade, o discursivo e o não-discursivo se determinam mutuamente e enquanto práticas, na ocorrência mesma de seus usos e estratégias, não é possível pensar a ordem do discurso, o aparecimento do discursivo sem essa modelagem por parte das condições, não-discursivas, que possibilitam seu surgimento.

Assim, embora distintas, podemos afirmar que não há práticas sociais e saberes que não produzam discursos e não há discursos que não estejam vinculados a práticas sociais e a domínios de saberes, de modo que a relação entre o institucional, o social e aquilo que é dito a partir dessas instituições, desses domínios de saberes, estão ambos historicamente ambientados e metodologicamente implicados numa relação de “pressuposição recíproca”, nas palavras de Deleuze (1998). De modo antecipado, o discursivo e o não-discursivo, tanto empiricamente quanto em termos de categorias de análise, se presumem.

Se em *A arqueologia do saber* (2009) noções como a de exterioridade, de positividade assumem o lugar do não-discursivo no esforço de Foucault em delinear o domínio do discursivo, ou dos saberes sobre o homem enquanto formações discursivas, em *A verdade e as formas jurídicas* (1996) e *A ordem do discurso* (2012), o autor já explicita que da perspectiva do funcionamento desses discursos, ou seja, do uso desses discursos em suas operações práticas, em sua apropriação social, efeitos para além do discursivo são produzidos e eles estão inscritos em relações políticas, em jogos de exercício de poder que buscam,

estrategicamente, constituir domínios de verdade. A análise genealógica nisso que ela traz de ênfase na forma de operar e de se apropriar dos discursos enquanto práticas sociais, em seus funcionamentos e estratégias ocupa um lugar que vem equilibrar a balança da análise, reivindicando seu lugar de equivalência enquanto procedimento metodológico e como diz Foucault (2012): “...as descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se completarem.” (FOUCAULT, 2012, p.65)

Referências Bibliográficas

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Editions de Minuit, 1998.

DREYFUS, Hubert & RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. Porto Alegre: UFRGS/FACED, 1996. 297p. Tese (Doutorado)

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996.

_____. Michel Foucault Explica seu Último Livro. *In: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. (org.) Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Ditos e escritos; II) p.145-152.

_____. Sobre a Arqueologia das Ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. *In: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. (org.) Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Ditos e escritos; II) p. 82-118

_____. Resposta a uma Questão. *In: Repensar a Política*. (org.) Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos e escritos; VI) p. 01-24

NALLI, Marcos Alexandre Gomes. Sobre o conceito foucaultiano de “discurso”. *In: A diferença*. (org.) Luiz B. L. Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005. p.151-168

O ENUNCIADO “FAMÍLIA” NO CALDAS COUNTRY DE 2012

Aldenir Chagas ALVES (UFG)⁹³⁹
Rozely Martins COSTA (UFG)⁹⁴⁰

Resumo: Ao selecionar o recorte “família” como objeto de estudo neste trabalho, propomos apresentar algumas equivocidades inscritas no acontecimento Caldas Country através de enunciados divulgados pela organização do evento. Em Caldas Novas, sul de Goiás, é realizado o “Caldas Country Show”, porém, devido algumas ocorrências na cidade durante o evento, aparecer alguns enunciados marcados pela dispersão de acontecimentos e regulados por uma lógica de interpretações para apagar as diversas posições militantes que impedem o conforto das informações sobre o evento e sobre o marketing turístico da cidade.

Palavras-chave: Enunciado. Estrutura. Acontecimento. Caldas Country.

1.Introdução

O “Caldas Country Show” é um evento que desde 2006 é realizado em Caldas Novas, é considerado pelos realizadores e meios de comunicação como o maior evento de música sertaneja no Brasil no segmento sertanejo universitário. Em 2012 várias ocorrências como assassinatos, sexo nas ruas em meio à multidão, uso de drogas e consumo abusivo de bebidas alcoólicas foram divulgados na imprensa nacional. Diante das consequências, houve uma reação das igrejas e setores políticos da cidade e, como resposta, os organizadores do festival divulgaram um panfleto intitulado *Carta aberta ao comércio de Caldas Novas*, explicando a importância do evento através de valores em dinheiro que o comércio e a cidade recebem. Na parte de finalização da carta há a seguinte frase destacada em letras maiores: “Os jovens turistas de hoje, serão as famílias que nos visitarão amanhã”.

Ao selecionar este enunciado situamos as noções de formação discursiva e enunciado teorizados por Foucault (2012), observando a organização do campo em que eles aparecem e circulam, verifica-se que não há aqui uma instância fundadora do enunciado ‘família’ se apresentando, mas correlações e exclusões. No recorte ‘família’, os pressupostos teóricos de Pêcheux (2012) demonstram que durante o acontecimento inscrito no enunciado há um apagamento, neste caso isso ocorreu devido às posições ou imposições de opiniões a respeito do evento “Caldas Country Show”.

Na busca em compreender os efeitos do acontecimento através dos diversos enunciados percebemos que, de acordo com Pêcheux, há um espaço de entremeio que se configura dentro dos espaços estabelecidos pelos enunciados que são divulgados com exatidão pelos autores do festival. Inscreve-se nesse panfleto um real com uma regulação das interpretações, feita com uma lógica que repousa como verdadeira aos comerciantes e também a toda população de Caldas Novas. Nesta enunciação que os jovens voltarão à cidade, já com família constituída, nos remete a uma homogeneidade da qual nós nos confortamos, porém, atravessada por equívocos.

⁹³⁹ UFG – CAC - Universidade Federal de Goiás; CAPES (DS)/GEDIS (Grupo de estudos Discursivos) PMEL (Programa de Mestrado em Linguagem) Catalão, Brasil. E-mail: aldenirchagas@gmail.com

⁹⁴⁰ UFG – CAC - Universidade Federal de Goiás; GEDIS (Grupo de estudos Discursivos) PMEL (Programa de Mestrado em Linguagem) Catalão, Brasil. E-mail: rozelymartinsc@gmail.com

2. Antes do enunciado “família”

A linguagem é concebida pela análise do discurso como um caminho que possibilita o acesso do homem tanto à realidade natural, social, assim como entre o outro homem. Esse caminho não é apenas estável, permanente, contínuo, ele também aponta para o deslocamento, para a alteração, para opacidade, para o apagamento, principalmente porque o discurso é a base da produção da existência humana e os sentidos se estabelecem nas relações que aí se efetivam.

A Análise do discurso trabalha com enunciados que emergem das relações sociais, ou seja, da interação verbal entre seres humanos falando, assim ocorre a produção de sentidos enquanto parte inerente do discurso, conforme determinada sociedade em dada época e lugar.

Assim, para se analisar um enunciado, há que se levar em conta o homem na sua história, considerar os processos e as condições de produção da linguagem, a ideologia, ou seja, trabalhando a relação língua-discurso-ideologia a partir da materialidade linguística conforme nos aponta Orlandi *“partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia.”* (2012, p.17)

Tomando então essa relação de materialidades entraremos na questão à qual nos propomos a realizar neste artigo; compreender os efeitos do acontecimento que, de acordo com Pêcheux, há um espaço de entremeio que se configura dentro dos espaços estabelecidos pelos enunciados divulgados em exaustão pelos autores do festival de música ocorrido em Caldas Novas. Isso nos remete a pensarmos esses enunciados não só como uma estrutura, mas a sobremaneira como acontecimento. Nas análises discursivas como postula Pêcheux no livro *O discurso: estrutura ou acontecimento* (2006) sobre como trabalhar sobre as materialidades discursivas a partir de diversos enunciados ideológicos, filosóficos, políticos relacionados ao cotidiano e ao ordinário do sentido; para ele não é possível separar forma de conteúdo. Há mais do que a estrutura, do que a lógica em um enunciado.

O objeto da linguística (o própria língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações. (PÊCHEUX, 2006, p. 51)

Ou seja, a descrição permite que nesse espaço se encontre a tarefa da interpretação discursiva _ o entremeio _ e é nessa “região discursiva intermediária, que as propriedades lógicas dos objetos deixam de funcionar” (PÊCHEUX, 2006, p.52) e oportunizam as interpretações do dito e do não-dito, e isso o movimento estruturalista deixou escapar.

Pêcheux (2006) então postula que na descrição de todo e qualquer objeto ou acontecimento há o equívoco da língua:

todo enunciado é intrinsecamente suscetível a tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de sentido para derivar para outro(a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar e interpretação. (2006, p.53)

É a partir da descrição que se chega à interpretação. A descrevermos a estrutura lingüística chegamos à possibilidade de interpretação, pois há o “*outro*”, nas sociedades e na história”.(p.54) Consequentemente há uma inscrição sócio-histórica: algo do espaço social e da memória histórica. É o que Orlandi (2009) chama “forma encarnada na história para produzir sentidos: esta forma é portanto lingüístico-histórica” (2009, p.19).

Assim podemos entender que discurso é estrutura e acontecimento. Enquanto estrutura abre para a possibilidade de estabilização do enunciado e revela um modo de pensar naquele momento histórico; enquanto acontecimento inscreve-se entre memória e esquecimento, ou seja, ao nosso ver, acontecimento está para interdiscurso, assim como estrutura está para intradiscurso. Passaremos agora à tentativa de interpretação dos enunciados.

Para emprendermos a cerca do enunciado que propomos refletir, é necessário trazer outros enunciados que o antecederam para nos posicionarmos teoricamente sobre suas construções discursivas. Trata-se da exaustiva propaganda sobre o evento em nível nacional, seja pela internet através dos sites de divulgação, redes sociais, outdoors em toda região e através dos veículos de rádio e televisão. O enunciado mais emblemático e divulgado para o evento em 2012 foi:



(Imagem disponível em: < <http://www.cdshowseeventos.com/web/fusce-in-est-eu-orci-tincidunt-semper/> > Acessada em 20 de junho de 2013.)

Para pensar este enunciado como chamamento do “Caldas Country Show 2012” é importante observar que há um estabelecimento interdiscursivo com a crença popularizada pela mídia, incluindo produções cinematográficas de que o mundo acabaria em 12 de dezembro de 2012. No caso o evento anunciado ocorreria em 16 e 17 novembro. Utilizando-se dessa ideia que estava em evidência o enunciado verbo-visual traz a imagem do globo terrestre envolto a um círculo de fogo e no centro a inscrição “*Caldas Country Show 2012*”, que nos remete a um mesmo formato de marca de cerveja. Indicando uma interpretação de que haveria necessidade de “curtir” em excesso, o que equivale entender que sendo o “fim do mundo” circulado como um acontecimento previsível apenas no sentido hipotético, mas que teve sua materialidade como ocorrência iminente, o que justificaria toda curtição.

É notório que a publicidade se valha das ideias e dos dizeres do senso comum colocados como instrumento de persuasão do interlocutor, como podemos observar no enunciado *Se 2012 é o fim do mundo eu vou me acabar eu vou curtir cada segundo*. Há nesses dizeres uma leitura interdiscursiva que há hoje em nossa cultura uma ideia de “curtição, uso exagerado de bebida alcoólica e ainda acreditando que seria o fim do mundo, imaginamos que os organizadores queriam realmente que os convidados aproveitassem os dias do evento, numa espécie de – *carpe diem*, pois a vida é efêmera, por isso não se deve preocupar com nada. Pode se “acabar”, “curtir cada segundo”, não importam as consequências. Há, ainda, na materialidade lingüística do enunciado o uso da 1ª pessoa “eu”

numa objetivação de que o interlocutor se visse naquela situação, já se engajasse ao evento, sentisse participante desse Caldas Country, com se ele não tivesse saída.

E assim como há relação entre o acontecimento e estrutura, visto que um mesmo acontecimento histórico pode dar origem a enunciados distintos, construindo também acontecimentos discursivos distintos. A partir desse enunciado surgem outros como um prolongamento do diálogo. Após o evento colocam várias placas na cidade parabenizando os sobreviventes ao fim do mundo. Sim, essa é a primeira tentativa de estabilização do enunciado. O verbo sobreviver possibilita compreender que quem sobrevive, sobrevive a alguma coisa, ou a alguém. Como o interlocutor já conhecia o primeiro enunciado, imagina-se que há uma referência a sobreviver ao fim do mundo, apesar de o complemento verbal não estar explícito, mas podemos inferir que nesse enunciado: *Parabéns vocês sobreviveram no maior festival de música sertaneja do Brasil* está claro o interlocutor - sujeito (vocês); e o verbo transitivo indireto exige um complemento, que está implícito pela memória que se tem do enunciado anterior: sobreviveu ao fim do mundo.

Tomamos como referência ao que pensa Foucault (2012) sobre a intenção do sujeito falante que exerce uma atividade consciente e inconsciente entre o que ele quis dizer no que suas palavras manifestas, porém murmurantes ou muda, deram movimento ao interior da voz, que percorre invisivelmente o interstício dos dizeres do enunciado que convida para o evento *Caldas Country* em 2012. Assim esse movimento mudo, consciente ou inconsciente no interior do enunciado, faz constituir um sujeito que interpelado pela ideologia de acordo com Pêcheux, (2009) assume sua identificação com a formação discursiva proposta por Foucault, (2012). O sujeito, constituído no enunciado, é o sujeito que corrobora à existência da construção ou da divulgação do próprio evento. É ele que numa alteridade se constitui nos discursos dos enunciados anteriores e contribui para que este e outros enunciados possam surgir.

Numa sequência que visava contemplar a proposição *Se 2012 é o fim do mundo eu vou me acabar eu vou curtir cada segundo*, no domingo quando os participantes já estavam deixando a cidade, viram nos outdoors dentro e nas saídas da cidade o seguinte enunciado: *Parabéns vocês sobreviveram no maior festival maior festival de música sertaneja do Brasil*. Porém, o próprio outdoor serviu de subsídio para apresentar as notícias policiais que ocorreram na cidade durante a realização do evento.



(Imagem [print] do site: *Plantão Policial* disponível em <<http://www.plantaopolicia.cn.com/2012/11/caldas-country-2012-parabens-voces.html>> acessado em 01 de dezembro de 2012)

Desta forma, retomamos ao que Foucault (2012) considera uma emergência simultânea ou sucessiva, porque o que separa esse enunciado no site e o de “despedida” do evento é a emergência de trabalhá-lo no acontecimento. Na visão do sujeito enunciativo de um site *Plantão Policial*, que tem como prioridade apontar as ocorrências policiais registradas na cidade, o enunciado embora seja outro, se valeu de um sentido que fora posto anteriormente,

mas bem próximo do que está no site, porque se apropriou do campo da memória ou da materialidade de um registro que se refere ao mesmo acontecimento.

3. A emergência do enunciado “família”

A partir de *Os jovens turistas de hoje, serão as famílias que nos visitarão amanhã* colocados como enunciado emblemático que possui uma necessidade equívoca, pois simplifica os fatos que ocorreram (já citados) numa univocidade que se configura na máxima de que os jovens que participam do evento vão voltar e com suas famílias constituídas. Essa bipolarização – jovens que se esbaldaram no evento *versus* jovens que formarão família e voltarão a Caldas Novas – pode ser interpretado baseado em Pêcheux (2012) como mortal para si e para os outros, porque no jogo da bipolarização tomado como enunciações lógicas é uma necessidade de aparência, de um sujeito desejanste, de um mundo ou de uma Caldas Novas normatizada, como querem as autoridades, e principalmente os comerciantes, a quem a carta é dirigida. Não conseguiremos, neste artigo, explorar todos os sentidos e toda a materialidade presente nesta carta, pois há discurso que faz uma interface com discurso religioso, econômico, cultural, entre outros que dariam trabalhos muito ricos em Análise do discurso, no entanto este é, apenas, o início de um trabalho mais profícuo sobre o qual nos empenharemos futuramente.

Depois desta carta outros enunciados sobre a família na cidade foram incorporados ao marketing da cidade promovidos pela prefeitura de Caldas Novas a partir de 2013. Porém, é preciso observar que no acontecimento há uma rede de associações implícitas que podem auxiliar para sua existência conforme Pêcheux, (2012). A exemplo, o local onde é realizado o evento pertence à empresária que apoiou oficialmente a candidatura do prefeito nas eleições de 2012, que na época do evento já tinha sido eleito. Portanto há um esforço de uma ação politizada para um apagamento dos fatos que ocorreram em novembro, pois estes exerceram forças de confronto à imagem que a cidade e seus representantes não querem assumir perante à opinião pública nacional.

Na verdade, o termo família tornou-se lema da atual administração municipal. Em todos os eventos há uma tentativa de apagamento do que ocorreu no evento e para isso utilizam enunciados que retomam *família* em todos os eventos da cidade. Atualmente o *slogan da administração da cidade é: Caldas Novas cidade de família* como podemos observar nas seguintes imagens:



Imagem disponível em: <http://www.cdshowseeventos.com/web/fusce-in-est-eu-orci-tincidunt-semper/> acessada em 20 de junho de 2013.



(Imagem disponível em:

<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=592806130754302&set=a.298937540141164.80966.263245910376994&type=1&theater>> acessada em 30 de junho de 2013.)

Se pensarmos em coisas a saber de Pêcheux, vamos pensar que o sentido do termo “família” posto em oposição ao que aconteceu no Caldas Country 2012 que aparece tanto na carta quanto no lema da administração municipal atual da cidade e em todos os outros enunciados não tem mais o mesmo significado de família que conhecemos. O sentido está no não-dito. A cidade de família, poderia assim ser parafraseada como cidade que não é da esbórnia, que não é da bebedeira, que não é da violência, ou seja, é a Caldas Novas da família, onde reina o respeito, a tranquilidade, a paz, a harmonia, etc.

Assim sob influência dos acontecimentos históricos, a palavra família tem sua rede de significados ampliados, redimensionados, reformulados, refeitos por meio de sua materialidade lingüística. O fato histórico impõe uma atualização do discurso por meio de procedimentos de permutações, paráfrases, retomadas, apagamentos, silenciamentos que ocorrem na estrutura da língua e consequentemente resvala no contexto histórico, na ideologia e ressignifica, estabelece novo sentido ao termo “família” em Caldas Novas.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 6ª ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4ª ed. Campinas: Educamp, 2009.

(Imagem disponível em: < <http://www.cdshowseeventos.com/web/fusce-in-est-eu-orci-tincidunt-semper/> > Acessada em 20 de junho de 2013.)

(Imagem [print] do site: *Plantão Policial* disponível em< <http://www.plantaopolicia.cn.com/2012/11/caldas-country-2012-parabens-voces.html>> acessado em 01 de dezembro de 2012.)

(Imagem disponível em:<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=592806130754302&set=a.298937540141164.80966.263245910376994&type=1&theater>> acessada em 30 de junho de 2013.)

Imagem disponível em: <<http://www.cdshowseventos.com/web/fusce-in-est-eu-orci-tincidunt-semper/>> acessada em 20 de junho de 2013.

(Imagem disponível em:<<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=592806130754302&set=a.298937540141164.80966.263245910376994&type=1&theater>> acessada em 30 de junho de 2013.)

O GÊNERO EDITORIAL- UM CONTROLE DO DISCURSO

Janete Abreu HOLANDA (UEG)⁹⁴¹

Resumo: Este artigo, com base nas formulações de Michel Foucault acerca das possibilidades do dizer, objetiva apresentar como o discurso do sujeito escritor, ao se inscrever no gênero editorial para falar na função de sujeito-autor, não é livre para dizer, pois está submetido às regras discursivas postas pela instituição, pelo gênero discursivo e pelo próprio discurso, e sua fala reflete os valores, as crenças de um grupo social. Devido a isso, ele recorta os fatos e os apresenta do ponto de vista em que “se devem” ser visto. Pensando por essa ótica, aproximamos os gêneros discursivos à concepção de práticas discursivas.

Palavras-chave: Práticas Discursivas. Gênero Discursivo. Editorial.

1. Introdução

Em 2010, realizou-se a eleição à presidência no Brasil, porém durante esse processo de escolha surgiram acusações de corrupção, ataques pessoais e rivalidades partidárias, o que tornou essa disputa um tema interessante para ser o alvo do olhar “vigilante” da esfera jornalística. Assim, o jornalista para se posicionar durante esse momento de decisão política da sociedade, enuncia por meio do gênero editorial algumas ideias e silencia outras. Porém, os enunciados ditos são produzidos sempre a seu modo, na forma de tratar aquilo que “deve” ser visto ou ouvido. Mas, esses dizeres, de uma determinada maneira, obedecem a um conjunto de regras de uso e de construção, definidas historicamente e essas delineiam as condições de produção de uma determinada prática discursiva, ou seja, de um gênero do discurso.

Segundo afirma Bakhtin (2003, p. 285) “não são dadas apenas as formas da língua nacional a composição vocabular e a estrutura gramatical obrigatórias para enunciar, mas também as formas de enunciado obrigatórias, isto é, os gêneros do discurso”. Conforme a colocação anterior de Bakhtin (2003), percebemos que uma comunidade discursiva e, no nosso caso, a esfera jornalística, partilha das normas preestabelecidas tanto pela Língua quanto pelas formas dos enunciados no processo de comunicação. Quando Bakhtin aponta as palavras “dadas” e “obrigatórias”, atribuímos um sentido normativo e limitador dos discursos possíveis de irrupção. Além disso, percebemos aí um ato fundamentalmente regido por normas, na ordem discursiva, como defende Foucault (2010).

Nesse sentido, acreditamos que, com o presente artigo, possamos aproximar os gêneros discursivos à concepção de práticas discursivas, bem como aos princípios de controle do discurso. Portanto, pertencimento a um gênero e não a outro se configura como um limite, ou melhor, como um controle do discurso, princípio também dito por Foucault (2010).

Gomes (2003) vê que o jornalismo traz à visibilidade, ou seja, mostra o mundo do ponto em que deve ser visto. Portanto, é por causa dessa visibilidade que o jornalismo assume um papel crucial de controlar, pois enquanto mostra, controla pelo próprio mostrar.

Dentre os vários editoriais que foram produzidos no período eleitoral de 2010, escolhemos um para nossa análise: “Espanto e pavor. Em Marte”, sobre a candidata Dilma Rousseff, na revista Carta Capital por Mino Carta. Selecionamos algumas sequências discursivas para esse artigo que, para nós, possam exemplificar melhor os momentos cruciais e de embate nesse processo de escolha presidencial.

⁹⁴¹ Professora Ms. Janete Abreu Holanda, Universidade Estadual de Goiás, Cidade de Goiás, Brasil. E-mail: jneteholanda@hotmail.com.

Fundamentamo-nos na perspectiva teórica da Análise do Discurso, a qual tem como mola propulsora uma concepção de linguagem que parte da ideia de tomá-la como processo e não como produto. Também recorremos aos referenciais epistemológicos de Michel Foucault (2005, 2009, 2010), Bakhtin (2003), Deleuze e Guatarri (2000), Courtine (2006,2009) e a alguns estudiosos da Análise do Discurso no Brasil.

Enfim, é na emergência desses discursos produzidos nessa revista que nos propomos trabalhar.

2GêneroEditorial

2.1 A voz social

Na esfera jornalística, para se pronunciar, o jornalista pode se inscrever, para compartilhar o “consenso comunicativo”, no gênero editorial.

Esse gênero, uma forma relativamente estável de enunciado (BAKHTIN, 2003), representa a voz de um grupo de cidadãos. Dessa forma, essa voz não é uníssona, porque “nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião de seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização”(MELO ,1985, p. 79).

Dessa forma, ao falar de um editorial, o sujeito editorialista transmite solicitações, faz declarações, tece análises, elabora críticas e formula exigências. Por conseguinte, sua discursivização é um “ecoar” coletivo, pois ele não fala apenas em seu nome. A título de exemplificação, isso pode ser verificado quando *Carta Capital* enuncia que

“Somos otimistas. Acreditamos que a gestão Lula e Dilma precipitará finalmente o surgimento de uma oposição não golpista, ao contrário da atual, golpistas até a medula, a mesma que, com iguais propósitos, foi situação”.

Ao usar a primeira pessoa do plural, reforça a credibilidade juntando as vozes do sujeito-editorialista da revista e da sociedade em geral. Dessa forma, o sujeito-editorialista ao dizer “acreditamos” interage com outros sujeitos que se inscrevem na formação discursiva em defesa de Lula e Dilma, posicionando-se contra a repetição do golpismo no Brasil. Mas essa voz ecoa em nome da democracia e dos eleitores que confiaram num partido de esquerda para mudar o país. E a revista, enquanto instrumento formador de opinião, com uma responsabilidade social, reitera o apoio à gestão Lula e Dilma.

Podemos reforçar essa ideia com Navarro (2010, p. 81) quando ele coloca que

o jornalista expõe suas opiniões e versões diferentes de um mesmo fato. O conhecimento histórico produzido pela escrita jornalística não se confunde, certamente, com o acontecimento tal como ocorreu na atualidade, pois é construído em um tempo diferente (...) É um conhecimento que envolve, portanto, memórias individuais (a do jornalista) e memórias coletivas emolduradas pelo conjunto de acontecimentos organizados pela narrativa histórica.

Afirmar que “o jornalista expõe suas opiniões e versões diferentes de um mesmo fato” comprova que em um editorial não se produz apenas um texto opinativo, mas um registro e visibilidade de saberes, da história e da memória. Podemos evidenciar isso, com os enunciados da revista *Carta Capital*:

“A revista *Veja* está aí para essas coisas. (...) Permito-me anotar que a reportagem de *Veja* sobre as traquinagens do filho de Erenice Guerra conta uma história, lamentável, de nepotismo e clientelismo, problema gravíssimo da política brasileira em todos os tempos”. “Certo é, contudo, que a nau capitânia da frota da Editora Abril não consegue provar a ligação entre os fatos denunciados e a campanha de Dilma Rousseff.”

Temos, assim, materializadas nesses enunciados a tentativa de neutralizar os outros dizeres, quando se diz que “não consegue provar a ligação entre os fatos”. *Carta Capital*, ao defender o não envolvimento de Dilma, tenta esclarecer aos sujeitos-leitores o seu posicionamento com relação aos problemas da corrupção. Ela procura passar um “modelo” ao dizer que “Certo é, contudo, que a nau capitânia da frota da Editora Abril não consegue provar”, fazendo com que os sujeitos-leitores não questionem sua afirmação, não recorram à sua memória episódica e aceitem sem reservas a sua “verdade”, pois não há provas que possam e nem associar as denúncias à Dilma. Portanto, com esse dizer, cria-se um poder argumentativo capaz de conferir ao discurso legitimidade e acolhida por parte do sujeito-leitor. Também esses enunciados procuram conduzir o sujeito-leitor a postulados tidos como certos e verdadeiros em sua cultura, tais como: “A revista *Veja* está aí para essas coisas”. Essa estratégia evoca diversas vozes no discurso e favorece a aceitação do mesmo, já que o ouvinte pode se identificar com a ideologia veiculada por meio da enunciação.

E Deleuze e Guatarri (2000, p. 12) ressaltam outro papel do meio jornalístico.

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado.

Conforme os autores, percebemos que *Carta Capital* nos diz o que se deve “pensar, reter, esperar” sobre a candidata de Lula como uma palavra de ordem, mantendo a escala de valores, educando-nos para a aceitação da candidata em questão ao enunciar que “Dilma Rousseff representa entre nós a vitória contra o velho preconceito pelo qual mulher só tem serventia por certos dotes que a natureza generosamente lhe conferiu”.

Assim, o sujeito-editorialista organiza as várias vozes no editorial de maneira particular e, nessa perspectiva, acreditamos ser possível vislumbrar a presença de autoria nos seus editoriais, porque, antes mesmo de iniciar seu processo de escrita, investe-se da figura de autor para, só então, lançar mão do caráter dialógico do discurso.

Conforme apregoa Foucault (2010), não podemos entender o autor como indivíduo que escreveu o texto, mas como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de significações, como foco de sua coerência, como funcionário do discurso. Ao dizer isso, mostra-nos que não se trata de negar o indivíduo que executa as operações físicas e mecânicas de escrever, desenhar ou criar; seu foco está na função autor que esse sujeito permite funcionar a cada momento. Mas é importante ressaltarmos que o discurso do autor deixa de pertencer somente a si e passa a fazer parte do universo sócio-cultural humano, o que reflete o atravessamento discursivo de outros em um mesmo discurso. O que fica do autor, portanto, é o modo como esse enunciado foi organizado.

É assim que Foucault concebe a autoria: como sendo uma função que o sujeito exerce no momento em que produz seus discursos, sejam eles ficcionais ou não. Ou seja, na autoria, o sujeito ao se colocar na posição de autor, é o responsável pelo efeito de fechamento do texto, ou seja, agrupamento das diversas vozes sociais.

E no editorial produzido por *Carta Capitalé* possível verificarmos a distinção entre o jornalista-autor e o jornalista-editorialista, os quais ocupam lugares (posições) diferentes na realização da atividade autoral. Essa diferença está no fato de que, “estrategicamente”, esse jornalista-editorialista é, em primeira instância, “cindido”, pois, ao produzir o editorial, ele ocupa a função, ao mesmo tempo, de jornalista-editorialista e também de jornalista-autor. Este organiza as vozes discursivas no momento em que produz o texto, e aquele representa uma instituição. Se a autoria deriva da função-autor que dá unidade ao texto, isso significa que o jornalista-editorialista, ao produzir seus textos, precisa se colocar na posição de autor desses textos, conferindo-lhes sentido.

O autor não só manifesta no linguístico, situa-se também no mundo sócio-cultural – as instituições e as pessoas que assumem a responsabilidade pelos textos. Sobre isso, como ilustração, ressaltamos que o jornalista-editorialista da *Carta Capital*, na sua função de autor, assina seu nome ao lado do título editorial. Assim, a assinatura *Mino Carta* nos editoriais é uma forma de sinalizar certo modo de ser do discurso, podendo dizer “isso foi escrito por Mino Carta” e esse discurso não é um dizer rotineiro, mas trata-se de uma palavra que deva ser recebida de uma maneira e receber um certo status. O seu nome pesa como uma grife.

Portanto, acreditamos que o editorial pode ser lido como um texto plurivocalizado, porque ele nasce das citações e de discursos de outros. Ou seja, as vozes que aparecem nele, submetem-se a uma entonação prevista por um feixe de regras sociais. Entretanto, como o discurso comporta vozes contraditórias, ou seja, mostra-se a si mesmo e seu contrário, o jornalista-autor “seleciona” as regras que lhe permitem dizer o que quer e o que pode. Isso significa dizer que o jornalista-editorialista “não pode falar de qualquer coisa em qualquer época” (FOUCAULT, 2009).

Por isso, acreditamos que o editorial, um gênero discursivo, pode ser considerado como uma prática discursiva estabelecida para a ação conjunta de interação entre os indivíduos, pois ao falar nesse gênero deve-se seguir um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, construída coletivamente.

2.2. O discurso autorizado e controlado

Foucault (2010) afirma que todo discurso apresenta-se em uma ordem, que é perpassada por coerções de ordem linguística e social. Por isso, quando um sujeito editorialista produz um editorial, obedece a um conjunto de regras de uso e de construção, definidas historicamente e essas delineiam as condições de produção de uma determinada prática discursiva, ou seja, de um gênero do discurso.

Courtine (2009) esclarece-nos que não se pode conceber o sujeito como mestre de suas escolhas daquilo que enuncia. Considerando essa perspectiva, percebemos que uma ordem do discurso se impõe ao jornalista-editorialista e o modo de enunciação encontra-se, assim, sobre uma “liberdade controlada”. Segundo Paniago (2005, p. 37),

o sujeito de um enunciado não pode ser considerado como origem individual ou autônoma do que foi dito, ou seja, ele não tem controle total dos efeitos de sentido que sua enunciação vai produzir, como se houvesse uma intenção comunicativa sempre recuperável pelo interlocutor.

Dessa forma, o sujeito editorialista é interpelado pela ideologia e sua fala reflete os valores, as crenças de um grupo social. É o que verificamos no enunciado abaixo:

Rodrigo Maia percebe outra semelhança, com Hitler, o qual pretendia “extirpar” a raça judia assim como Lula pretende “extirpar” a gente do DEM. Quanto a Dilma Rousseff, a própria mulher do candidato tucano à Presidência, Mônica, enxerga nela, favorável ao aborto, uma matadora de

criancinhas. O que talvez soe estranho a ouvidos qualificados para um debate sério sobre a questão, mas casa à perfeição com vetustas ideias pelas quais mastigar bebês era praxe entre comunistas.

Nesse enunciado está marcado, enquanto discurso, uma função enunciativa, pois implica a posição da instituição, Carta Capital. E o já dito é reutilizado, atualizado e torna-se outro nesse momento político. Portanto, esse dito retorna em função de fatores históricos e político, os quais regulam as práticas discursivas. Portanto, essa revista, ao (re)utilizar esse dizer, mantém o discurso da “democracia” petista.

Para Foucault (2005, p.7), o sujeito é aquele que produz sentido e fala apenas no interior das fronteiras do discurso do momento historicamente, isto é, “o sujeito é constituído na trama histórica”, ou seja, ele não é agente nem ponto de partida do dizer.

Assim, quando Mino diz, há uma “hierarquia discursiva”, pois, ao enunciar, ele precisa se submeter à ordem discursivo-social, à ordem discursiva-institucional e à ordem discursiva do gênero. Navarro (2010, p. 83) pontua que

o sujeito-editorialista passa sempre pelo crivo editorial, que exerce a função de manter determinados padrões nos jornais e revistas, os quais são motivados por uma combinação de razões ideológicas e econômicas.

Reforçando essa ideia, ao analisarmos os editoriais, percebemos que Mino não cita o que deseja, como deseja, em função de seus objetivos, do público visado. São as imposições ligadas a este lugar discursivo que regulam a citação. Diante dessa regulação, verificamos que ele atua somente como mediador entre os acontecimentos, destacando-os, selecionando o que julga indispensável para os objetivos da instituição à qual está submetido e criando versões sobre eles. Desse modo, ao assumir o domínio das palavras, ele sintetiza a pluralidade dos discursos interessados na opinião institucional. A exemplo, encontramos isso no seguinte enunciado dessa revista :

“Carta Capital, como de hábito, supõe outros desfechos em um pleito disputado pela atual oposição de forma nunca dantes praticada, em termos de hipocrisias, falsidades e baixezas”.

Com esse enunciado, podemos notar que o jornalista-autor é autorizado a dizer, pois ao registrar o nome da empresa explicitamente no corpo do texto, acaba também por legitimar seu discurso. Além disso, nessa passagem, a voz do jornalista-editorialista mais a voz da revista unem-se para sustentar a posição desse enunciador para isentá-lo da exclusividade do papel de acusador/defensor, já que ele não faz afirmações sozinho.

Nessa perspectiva, o discurso em um editorial é o resultado de um processo de dispersão dos discursos de vários sujeitos e sua continuidade em relação aos próprios discursos.

Podemos perceber bem isso com o seguinte enunciado dito:

Espanto e pavor. Em Marte (título)

Estão na ribalta um candidato a Mussolini, ou a Hitler, ou a ambos, e uma assassina de criancinhas. Ou seja, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Palavras de Fernando Henrique Cardoso, Rodrigo Maia e Mônica Serra. Um alienígena que baixasse à Terra ficaria entre o espanto e o pavor. Quanto a nós, brasileiros, não é o caso de maiores preocupações.

O uso dos substantivos *Mussolini* e *Hitler* retorna uma memória discursiva, a história política, após a 1ª Guerra Mundial nos países vencidos, que lutaram contra o capitalismo e

contra o comunismo; na Itália, o fascismo; na Alemanha, o nazismo. Porém, esse enunciado, no seu retorno pela *Carta Capital*, cria o efeito de sentido de defesa e apoio ao Lula e à Dilma. Quando o jornalista-autor usa o pronome nós, evidencia o seu posicionamento, divergindo-se da realidade absurda criada pelo Fernando Cardoso, Rodrigo Maia e Mônica Serra, porque todos (brasileiros) sabem que a candidata de Lula não agiria assim (como *Mussolini* e *Hitler*), mas compreendem, como sujeito-leitores dessa revista, a que esses dizeres se referem. Além disso, o uso do “nós” inclusivo evoca uma coletividade, que, atribuindo união a um conjunto, cria uma força em torno do mesmo discurso. Constatamos também que a formação discursiva que predica Lula e Dilma como ditadores é excluída, silenciada, (in)significada, impedida de significar como tal. Embora haja as palavras de Fernando Henrique, Rodrigo Maia e Mônica Serra, elas não se materializam, pois na formação discursiva do editorial, o que eles dizem “nunca existiu” o que existe “na verdade” são boatos sem consistência que “não é o caso de maiores preocupações”. Mas, o jornalista-autor, ao dizer isso, chama atenção do seu sujeito-leitor, e ao mesmo tempo desfaz esse mal entendido, ao mostrar que essas são palavras de Fernando Henrique Cardoso, Rodrigo Maia e Mônica Serra. Assim, ele não a valida, mas questiona a “verdade” dessa ideia até certo ponto difícil de acreditar. É um recurso para fazer um enunciado ser dobrado e logo em seguida ser comentado ou receber um acento apreciativo.

3. Considerações Finais

Por meio de nossa análise, percebemos uma particularidade na forma de enunciar pelo gênero editorial por parte da *Carta Capital*. Essa acaba por “quebrar” o ritual desse gênero, pois Mino Carta sempre apresenta a assinatura de seu nome e também se utiliza da variação da pessoa gramatical (eu-nós, ele/ela) nos editoriais produzidos. Quando Mino assina o editorial, sinaliza certo modo de ser do discurso, podendo dizer “isso foi escrito por Mino Carta” e esse discurso não é um dizer rotineiro, mas se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma maneira específica, recebe um certo status.

Carta Capital tenta fazer a defesa, por meio das comparações com o governo anterior de Fernando Henrique Cardoso. Mas, também, essa revista recorre ao passado, como um “operador de memória” (COURTINE, 2006) e sempre que “pode” rememora o passado da ditadura ao retornar enunciados como: “Rodrigo Maia percebe outra semelhança, com Hitler, o qual pretendia “extirpar” a raça judia assim como Lula pretende “extirpar” a gente do DEM”. Assim, essa revista inscreve-se na história do presente para marcar a democracia do governo petista.

Mas essa revista se posiciona, tenta convencer e mostrar ao seu sujeito-leitor quem está errado, inscrevendo-se em determinadas formações discursivas. Filia-se ao posicionamento discursivo que defende a continuação do governo Lula e, por extensão, defende a eleição de Dilma.

Porém, essa revista mostra-se bem diferente do ponto de vista de sua linha editorial comparada a outras revistas semanais de informação: privilegia as matérias e reportagens políticas, dá ênfase à crítica e aos comentários sobre a situação política e econômica brasileira e além disso não tem receio de falar da imprensa, procurando fazer uma leitura profunda da situação da mídia, de um modo geral, tanto no que se refere à globalização ou propriedade cruzada dos meios, quanto dos aspectos técnicos e até mesmo éticos e ideológicos que envolvem o negócio da mídia.

Com um texto sagaz, amargo muitas vezes, *Carta Capital* deixa sua ideologia saltar às vistas do sujeito-leitor, pois escancara seu apoio à candidata do Partido dos Trabalhadores. Procura, ao mesmo tempo, ser o advogado de defesa daquele em quem acredita por estar sendo massacrado injustamente, o governo Lula. Mas essa sua defesa é feita de modo direto,

sem temer qualquer repressão, afinal o jornalista-editorialista deixa suas marcas no seu texto, inscrevendo-se em uma formação discursiva democrática ao dizer que “esta mídia é visceralmente antidemocrática, embora nem por isso deva ser coibida”.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da criação verbal*. Traduzido do russo por Paulo Bezerra. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

COURTINE, Jean Jacques. Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. Trad. Patrícia C. R. Reuillard et al. São Carlos: Edufscar, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. vol. 2. São Paulo: 34, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. *A ordem do discurso*. Traduzido por Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2010.

MELO, José. M. de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

NAVARRO, Pedro Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, Nilton; GASPAR, N. R. A. (orgs) *A (des)ordem do discurso*. São Paulo: Contexto, 2010. p.79-93.

GOMES, M. R. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Hacker Edusp, 2003.

PANIAGO, M. L. F. S. *Práticas discursivas de subjetivação em contexto escolar*. Araraquara: UNESP, 2005. Tese de doutorado em Linguística pela Faculdade de Ciências e Letras; Universidade Paulista, Araraquara, 2005.

Anexo

Mino Carta - 20 de setembro de 2010.

ESPANTO E PAVOR. EM MARTE

Dilma e o PT vão mexicanizar o Brasil? Carta Capital prevê, pelo contrário, um avanço democrático.

Estão na ribalta um candidato a Mussolini, ou a Hitler, ou a ambos, e uma assassina de crianças. Ou seja, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Palavras de Fernando Henrique Cardoso, Rodrigo Maia e Mônica Serra. Um alienígena que baixasse à Terra ficaria entre o espanto e o pavor. Quanto a nós, brasileiros, não é o caso de maiores preocupações.

No caso de Lula, cujo estilo mussoliniano o príncipe dos sociólogos aponta, vale admitir que

outra citação possível seria a de Luís XIV, personificava o poder todo. “O Estado sou eu”, dizia o monarca por direito divino. Pois segundo FHC, o presidente afirma, nas entrelinhas da sua atuação, “eu sou tudo e quero o poder total”. E isto “não pode”, proclama o ex, com aquela riqueza vocabular que o caracteriza.

Rodrigo Maia percebe outra semelhança, com Hitler, o qual pretendia “extirpar” a raça judia assim como Lula pretende “extirpar” a gente do DEM. Quanto a Dilma Rousseff, a própria mulher do candidato tucano à Presidência, Mônica, enxerga nela, favorável ao aborto, uma matadora de criancinhas. O que talvez soe estranho a ouvidos qualificados para um debate sério sobre a questão, mas casa à perfeição com vetustas ideias pelas quais mastigar bebês era praxe entre comunistas.

A mídia nativa desfralda estas patéticas definições da lavra dos cabos eleitorais de seu candidato enquanto tenta transformar o Caso Erenice em escândalo de imensas proporções. O enredo suscitado pela quebra de certos sigilos passa para o segundo plano, mas ninguém se surpreenda se for ressuscitada a versão da “guerrilheira terrorista Dilma”, capaz de violências inauditas de arma na mão. A revista *Veja* está aí para estas coisas, enquanto a *Folha de S. Paulo* reedita na tevê um velho anúncio disposto a evocar Hitler para concluir, à moda *fernandista*, que algumas verdades constroem uma mentira.

Permito-me anotar que a reportagem de *Veja* sobre as traquinagens do filho de Erenice Guerra conta uma história, lamentável, de nepotismo e clientelismo, problema gravíssimo da política brasileira em todos os tempos. Aspecto comum, e condenabilíssimo, dos comportamentos de um poder sempre inclinado a instalar cabides de emprego e traficar influências. Certo é, contudo, que a nau capitânia da frota da Editora Abril não consegue provar a ligação entre os fatos denunciados e a campanha de Dilma Rousseff.

Sempre falta algo para fechar o círculo. A despeito, até, de José Dirceu, com sua mania de protagonismo. É dele uma observação cometida por ocasião de uma palestra para petroleiros baianos. Disse ele que o PT depois da vitória de Dilma no primeiro turno vai ficar muito mais forte, hegemônico mesmo. Nada tão estimulante, digamos, para Dora Kramer, em nova apresentação do seu penteado.

Regala-se a colunista, a ponto de anunciar que Lula “quer eliminar da política a possibilidade da oposição”. Ela atende a demandas e convicções da minoria branca, à espera da mexicanização do Brasil, via transformação do PT em PRI, sem contar as soturnas intenções de manietar de vez a nossa indomável imprensa. *Carta Capital*, como de hábito supõe outros desfechos de um pleito disputado pela atual oposição de forma nunca dantes praticada, em termos de hipocrisias, falsidades e baixezas.

Somos otimistas. Acreditamos que a gestão Lula e Dilma precipitará finalmente o surgimento de uma oposição não golpista, ao contrário da atual, golpistas até a medula, a mesma que, com iguais propósitos, foi situação. Das cinzas do desastre tucano nascerá, esta a aposta, um avanço democrático decisivo. Lula, com seus dois mandatos, é o elemento fatal do enredo, acima e além de alguns méritos do seu governo. O Brasil precisa superar, agora, e superará, uma quadra que ainda o viu tolhido pela presença do partido do golpe, entendido como garantia do privilégio e sustentado pela mídia, seu braço direito e porta-voz.

Carta Capital percebe os sinais, nem tão tímidos, da mudança em andamento. Concordamos com José Dirceu quando defende a liberdade de imprensa. Mas a questão é outra: esta mídia é visceralmente antidemocrática, embora nem por isso deva ser coibida. Está a ser punida, aliás, e de outra maneira: prova-se, já há algum tempo, que não alcança o público na sua maioria. Tal é a nossa convicção, a mudança se dará naturalmente. E por este trilho, a mídia nativa vai perder o emprego

PONTOS DE DERIVA: EFEITOS DA LÍNGUA PORTUGUESA, DA ESCOLA/ESCRITA NA CONSTITUIÇÃO DA RESISTÊNCIA DO POVO XAVANTE

Águeda Aparecida da Cruz BORGES (CUA/UFMT)⁹⁴²

A relação histórica densa entre as línguas interfere na constituição do sujeito de linguagem. A sua relação com os traços da língua "apagada" é marcada pela memória de uma língua silenciada. Ao mesmo tempo em que esses traços constituem o sujeito no real da língua, eles constam como traços a serem apagados, na medida em que é o português que o interpela juridicamente, como a língua apropriada a seu estatuto de cidadão brasileiro. -Maria Onice Payer-(1999).

Resumo: Apresentamos um ensaio de análises de um *recorte* heterogêneo. Nele mostramos o modo como se dão os processos de naturalização, oficialização, interdição do discurso e resistência pela língua/escrita/escola ocidentais, determinantes no processo de identificação/subjetivação do povo Xavante, presente, frequente na cidade de Barra do Garças, MT, Brasil. Contrariando, por exemplo, a imposição da “educação” jesuítica e salesiana, o contato inevitável, os Xavante, ainda, mantém vigorosa a língua própria.

Palavras-chave: Povo Xavante; Língua; Memória Discursiva; Resistência.

O propósito deste texto é apresentar um ensaio de análises acerca da Língua e da memória e os seus efeitos na produção da resistência do povo Xavante. Já é lugar comum usar a expressão ‘tecido discursivo’ ou ‘tessitura’ para falar-se de discurso e também metaforizar os nós, os fios que se cruzam, se rompem, abrem furos por onde a falta, a falha deixa escoar...Estariamos confrontados com a completude do dizer, caso não houvessem os furos, pois não haveria espaço para novos e outros sentidos.

Se existem várias línguas, se a língua não existe nunca na unidade, na completude, apesar dos processos de naturalização, produzidos pelo efeito de evidência, de que os sentidos se completam no dizer, qual fio dessa rede discursiva nos permitiria entrar nesse universo complexo? Como pensar a relação língua/memória/resistência? Ligamos alguns fios entre a teoria e um recorte de materiais para analisar os efeitos de sentido dessa relação no processo de identificação/subjetivação Xavante.

Além dos processos de naturalização do discurso sobre a língua, é necessário levar em conta outros processos: o de oficialização, de convenção, de interdição, determinantes na identificação/subjetivação. Sobre os Xavante, podemos afirmar que, contrariando, por exemplo, a imposição da “educação” jesuítica e salesiana, esse povo, ainda, mantém vigorosa a língua materna. Assim, um fio do discurso pode ser explicado pelo real da língua, onde há lugar para o “impossível”, para o equívoco, para a elipse, para a falta, enfim, há lugar para a deriva: “tudo não se diz, pois há um impossível próprio da língua” (Milner, 1987, p. 6). Os autores de *La Langue Introuvable* (Gadet e Pêcheux, 1984) trabalham as contradições no jogo do “universal” e do “histórico”, mostram como se idealiza um “universal”, funcionando simultaneamente, segundo a figura jurídica do Direito e segundo a figura biológica da Vida;

⁹⁴² Dra. em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem-IEL da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, SP. Profa. do Curso de Letras do ICHS, no CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO ARAGUAIA-CUA/UFMT, Barra do Garças-MT, Brasil. E-mail: guidabcruz@uol.com.br

uma igualdade ideal que cria, pelo mesmo gesto, a desigualdade real. “A língua do Direito representa, na língua, a maneira política de negar a política” (Pêcheux, 1982). Foi assim no estado burguês, e pode-se observar o mesmo no estado capitalista e neoliberal: “para se tornar cidadãos, os homens devem, pois, livrar-se das particularidades históricas que os entrava: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus preconceitos e sua língua materna” (idem, 1981, p. 35). O próprio modelo de igualdade é histórico, projetado num tempo e num espaço definidos.

Transportamos essa questão para o Brasil, por um lado, a partir do processo de colonização a que os “índios” foram submetidos. A própria expressão “índios” é genérica, universaliza o específico, ignorando as mais de mil etnias que aqui existiam desde a “descoberta”. Por outro lado, pensamos no papel das políticas integracionistas (Serviço de Proteção ao Índio (SPI), Serviço de Proteção ao Índio e Localização do Trabalhador Nacional (SPILT), Fundação Nacional de Apoio ao Índio (FUNAI)...) que, ao longo dos séculos de colonização, em nome da igualdade, esforçavam-se por fazer os indígenas desaparecerem como nações e como identidades, na medida em que os processos de educação contribuíram para desvalorizar e, mesmo, para o desaparecimento de suas línguas, da sua religião, de sua cultura.

Albuquerque (2007) trabalhou com povos indígenas do Rio Negro-AM, os quais, assim como outros povos, dentre eles os Xavante, também, foram catequizados pelos salesianos. A autora escreve que nos internatos, crianças e jovens, que não entendessem o Português, chegavam a ficar meses sem ter com quem conversar. Outras que tentavam falar com parentes em suas próprias línguas, eram castigadas e humilhadas, carregando uma tabuleta no peito com os dizeres: “Eu não sei Português”. E só se livravam desse castigo se “entregassem” outro colega, cometendo a mesma “falta”. Uma prática de língua que fazia calar uma subjetividade. Tem-se aí a visibilidade das políticas do silenciamento, pois como afirma Orlandi (1997, p.76), “O dizer e o silenciamento são inseparáveis”, ou seja, é a política da “interdição do dizer (...) proibem-se certas palavras para proibir certos sentidos”. Uma humanidade idêntica e identificada, regulada em suas posições e seus fluxos, em uma língua única, legítima, feita de conceitos bem definidos e de significados estáveis; um nome para cada coisa e uma coisa para cada nome.

Diferente, no entanto encontrando a problemática apresentada em relação à interdição da língua, Payer, desde 1999, na sua tese de doutorado, e em estudos posteriores (2005, 2006, 2007) vem discutindo a tensão entre a língua nacional e a língua materna, na história e na subjetividade de imigrantes italianos. A autora escreve que o que se produziu na história desses imigrantes, no interior da sociedade nacional brasileira, e que funciona, ainda hoje, em sua prática de linguagem com especial efeito nos processos de identificação, é uma forte tensão entre a língua nacional e a língua materna. Ela enfatiza:

Esta tensão se verifica empiricamente, na medida em que envolve um batimento entre línguas diferentes, como o português e o italiano (...). A língua nacional e a língua materna não se recobrem, nem em termos empíricos, nem em termos de seu estatuto na prática de linguagem, de tal modo que se torna impossível ao sujeito transitar do estatuto de língua materna ao de língua nacional sem ter de mudar de estrutura de língua⁹⁴³.

Do modo como a autora nos diz, quando se interdita uma língua, a memória também é interdita e esse processo incide justamente na constituição do sujeito. Ela afirma: “A língua, em seu modo específico de inscrição na história e de existência material, pela memória

⁹⁴³PAYER, M. O. “Entre a língua nacional e a língua materna”. In: http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/lingua/Maria_onice.pdf. Acesso em novembro de 2011.

discursiva que a acompanha, é um material inseparável do sujeito que ela constitui”. (PAYER, 2006, p. 12). A memória discursiva concerne ao que se inscreve na constituição do sujeito e, assim, sustenta o (in)dizível desse sujeito, pois onde se produzir memória, produz-se linguagem: uma forma de o sujeito se dizer e dizer o mundo.

Ainda, em relação ao discurso sobre a língua, Pêcheux (1990) afirma que é importante descrever os elementos linguísticos que serão considerados na interpretação do real da língua e, conseqüentemente, compreender os vários sentidos presentes no discurso. É fundamental redizer sobre a questão da imposição de uma língua outra para os povos indígenas, principalmente, no sistema de internatos pelos jesuítas e salesianos com o objetivo da catequese, mas também pelas interferências do Estado no contato, no passado, mas funcionando no presente. No Brasil, o Diretório dos Índios confirma essa política: “Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as nações (...) introduzir logo nos povos conquistados seu próprio idioma” (MARIANI, 2004, p. 28). Essa era a condição para se tornar civilizado, de se ser cidadão do Estado brasileiro, ou seja, para deixar de ser índio era necessário abandonar, esquecer a língua materna e aprender a língua do colonizador. Ao interditar palavras, conhecimentos, história, cultura são interditados.

Selecionamos para análise algumas sequências discursivas da Monografia de Máximo Uratsé Tsi’ômowê, índio Xavante, que tivemos o prazer de orientar, acrescentamos uma sequência discursiva de conversas que tivemos com o Cacique Raimundo Urebete Aírero Xavante, sobre a “Escola Tatu” (*Iró’ Órãpe*), também citada por Tsi’ômowê e, ainda, uma foto da referida escola. Identificaremos as sequências discursivas do texto de Tsi’ômowê, por (M) e do cacique por (R):

(M) Após deste contato, **houve bastantes mudanças também na Língua Xavante**, isso ocorreu através, de **novos conhecimentos**, que significa **o povo Xavante, os jovens começaram ingressar nas escolas públicas da cidade**, então, eles mudaram vários nomes de objetos e fizeram bastantes **traduções das palavras de língua portuguesa para Língua Xavante**. Então, muitas palavras **não estão sendo cessados**, mas **passadas no conhecimento atual, somente os anciões usam ainda estas palavras antigas**. (...) A pesquisa foi muito difícil, mas consegui chegar no fim e valeu a pena, é a **minha grande vontade de utopia, desde o início de ingressar na escola**, pois nesta pesquisa enriqueci e aprofundei bastante **o conhecimento sobre a nossa língua** (...) E quero **lutar pela nossa cidadania**. (...) Quero deixar registrado aquilo que foi contado, para não perdemos **a nossa realidade lingüísticas. Nos professores mesmo temos que deixar na escrita, antes dos nossos anciões morrerem**, porque **o conhecimento milenar dos velhos é o nosso papel muito longa**...(...) Durante os anos, **nos professores lutamos** bastante para a nossa escola seja reconhecida e **mudar para a escola própria do povo Xavante da comunidade de nossa aldeia, de nossa realidade, de nossa língua**... (...) Em 2006, **o nosso povo** recebeu uma escola no formato de tatu, única escola no país foi construída na forma de animal. **A língua falada entre os Xavante é macro-jê, o português só se fala com os brancos**. (TSI’ÔMOWÊ, 2008, p. 23, 32,33) (sic).

(R) **A escola é o fortalecimento vivo da cultura**, para os jovens **aprendem a valorizar o povo e falar a língua**. (...) **o povo Xavante** resolveu fazer a escola para também a troca de culturas com outras etnias, conhecendo as expressões culturais que fazem parte da cultura, para falar também da população brasileira e de outros países, (...) para **combater a intolerância e o preconceito com nós indígenas**, pois na **Constituição Federal diz lá que todos são cidadão**.

É importante dizer que o trabalho de (M) teve o intuito de identificar mudanças ocorridas na língua Xavante em quatro (04) aldeias Xavante e que a filiação teórica foi Sociolinguística. Ele não analisa detalhadamente o porquê das mudanças, mas aponta alguns indícios, como, por exemplo, o maior número de palavras da Língua Portuguesa, já incorporadas ao vocabulário Xavante é na Aldeia Sangradouro onde fica a Missão Salesiana e uma das mais próximas da cidade. Adiante apresentamos dois quadros exemplares resultados da pesquisa onde (M) mostra, no primeiro, as diferentes mudanças linguísticas, no uso da língua pelos falantes, das 04 aldeias. No segundo quadro o autor diz que são palavras=**objetos novos** e que as palavras vão sendo criadas quando aparece um objeto para o qual não se tem um signo. O autor considerou vários critérios, dentre eles: a proximidade da cidade e o ingresso dos jovens nas escolas públicas da cidade.

Mesmo não sabendo a língua Xavante, é possível perceber, na materialidade visível, as diferenças na produção da escrita do vocabulário selecionado por (M), que, de certa forma, ele próprio reformula no texto por: **Então, muitas palavras não estão sendo cessados, mas passadas no conhecimento atual, somente os anciões usam ainda estas palavras antigas.** O que podemos interpretar desse enunciado é que a língua, qualquer língua, é dinâmica, e muda de acordo com as condições de produção. A língua, não vira outra, mas atualiza, não cessa, mas vai incorporando conhecimentos novos, **muitas palavras não estão sendo cessados, mas passadas no conhecimento atual.** Esse discurso tem a ver, também, com o movimento, principalmente dos jovens, para a cidade, uma vez que, **somente os anciões usam ainda estas palavras antigas.**

GUÊS	PORTU	1-SÃO MARCOS	2-PIMENTEL BARBOSA	3-SANGRADOURO	4-KULUENE
	GATO	Miore	Nho'rônire	Gato	Tsiwire
	CALÇA	Da'udzad öhipa	Da'udzadö	Dapzapa	Da'udza rö
RA	CADEI	Wedehöb ö	Tsönhipada	Cadeira	Wedwd za
	LÁPIS	Îprö	Rowawidzé	Lápis	óhi Wepepr
	ARROZ	Atsaro	Aptó'rã	Atsaró	Aro
JA	LARAN	Wede'rã- udzé	Uwai're-wawê	Laranja	utötsiri

Quadro 1: Diferenças linguísticas no vocabulário de falantes de 04 aldeias Xavante. A escrita é de (M).

Língua ANTIGA	XAVANTE	Língua HOJE	XAVANTE	LINGUA PORTUGUESA
Aptomrîrö		Uhö'böiwa		Vela
Waradzupzaribi		Höiwi		Avião
Tsiúwadziwada		Robpuridza'é		Bicicleta
Utä'uwatiné		Täiwi		Pá
Arobopaihiné		Da'ubtsidbidzé		Guarda-chuva
Abapsidzé		Abanhidzé		Mala
Pidzaiba		Pidza'a		Panela

Quadro 2: Algumas palavras ditas por anciões e por jovens. A escrita é de (M).

Retomando o recorte, para o nosso interesse, o trabalho de (M) deixa marcas que nos possibilitam compreender **a força e o desejo da língua** no processo de resistência por ela, no funcionamento da memória. É na Língua Portuguesa que (M) materializa o seu desejo em nome dos professores e do povo Xavante: **nós professores lutamos, para a escola própria do povo Xavante da comunidade de nossa aldeia, de nossa realidade.** Mas é o desejo de manutenção da língua do povo que fica inscrito nas considerações do seu trabalho: **minha vontade e utopia, nossa realidade linguística, deixar na escrita antes dos nossos anciões morrerem.** Interpretamos que o saber da língua Xavante é dos anciões: **somente os anciões usam ainda estas palavras antigas** e que a escrita é um instrumento para manter a língua:

temos que deixar na escrita, antes dos nossos anciões morrerem. Sabemos que a escrita é própria da sociedade ocidental e está diretamente ligada à escola, ou seja, há uma inscrição do sujeito na Formação Discursiva do discurso ocidental escolar para reafirmar o discurso indígena. A luta pela “Escola Tatu” como espaço para o exercício da língua materna, o macro-jê: **mudar para a escola própria do povo Xavante da comunidade de nossa aldeia, de nossa realidade, de nossa língua,** como pode ser conferido no recorte imprime na reformulação de (R) a preocupação **com o enfraquecimento da cultura e perda da língua,** e, assim, a importância da escola Tatu, como espaço de resistência da língua, da cultura.



Foto de Chaparral, cedida para a pesquisa.

Na Análise de Discurso, a heterogeneidade está ligada ao interdiscurso, o exterior constitutivo que dá condições para a construção de qualquer discurso, num processo de reelaboração que comporta a historicidade inscrita nos processos discursivos. Para verificar o funcionamento dessa noção na prática analítica, Authier-Revuz (1982) apresenta duas formas de heterogeneidade: constitutiva e mostrada. A primeira não se apresenta na organização linear do discurso, visto que a alteridade não é revelada, permanece no interdiscurso e, por isso mesmo, não é passível de ser analisada. A segunda traz marcas da presença do outro na cadeia discursiva, ou seja, a alteridade se manifesta ao longo do discurso e pode ser recuperada de maneira explícita através da análise. A heterogeneidade mostrada, segundo a autora, pode ser ainda **marcada** e **não-marcada**. Quando for **marcada**, é da ordem da enunciação, visível na materialidade linguística, como, por exemplo, o discurso direto, as palavras entre aspas.

O sujeito indígena Xavante é interpelado pelos discursos da sociedade ocidental e esse processo já marca uma forma de heterogeneidade. No recorte de (M), (R), tocante ao interesse dos Xavante por um espaço escolar, mas diferente, por exemplo, na estrutura/arquitetura, interpretamos essa heterogeneidade mostrada numa materialidade outra (Marca simbólica o Tatu, animal ligado à espiritualidade Xavante, que imprime a diferença em relação à arquitetura dos prédios das escolas urbanas, impostos em muitas aldeias) e inscreve-se uma nova discursividade: **mudar para a escola própria do povo Xavante da comunidade de nossa aldeia, de nossa realidade, de nossa língua,** como meio para a manutenção tanto da língua quanto da cultura.

Historicamente, sabemos que a educação indígena acontece na relação de aprendizagem com os mais velhos, no âmbito da organização familiar de tradição oral. Interpretamos, nesse recorte, a força do discurso urbano/jurídico interpelando o sujeito a se identificar/subjetivar no/pelo modo ocidental de aprender, conforme materializado nas sequências recortadas da monografia de Máximo (M) de um modo e, *do mesmo modo diferente*, ou seja, entendido como paráfrase na fala do Cacique Raimundo (R), no recorte.

Recorremos a Orlandi (2002) quando a autora analisa que pelo falar da língua e do conhecimento sobre ela é possível compreender a formação de uma ideia de cidadão e de um projeto para que essa ideia se realize. É no lugar em que se tocam a **escola**, a **língua** e a **cidadania** que nos detemos: Os sentidos de escola de que nos fala (M) e (R) se materializam como a **grande vontade de utopia da nossa língua, nossa realidade, nossa cultura (M)**, **A escola é o fortalecimento vivo da nossa cultura, lá as crianças e jovens aprendem a valorizar o povo e falar a língua (R)**, ou seja, a escola é o lugar da possibilidade de manutenção/valorização da língua, da realidade, da cultura, pela escrita: **temos que deixar na escrita, antes dos nossos anciões morrerem, porque o conhecimento milenar dos velhos é o nosso papel**. Além disso, é importante observar a inscrição do sujeito nesse discurso pelo pronome plural **nossa**, assinalando que o desejo **da escola própria do povo Xavante** é o desejo do **povo indígena, nós indígenas**. Essa “tomada de posição” coletiva é característica reiterada no discurso dos povos indígenas, na voz indígena ecoa a voz do povo indígena geralmente acompanhada do nome da etnia, é raridade se dizerem individualmente. O pronome plural regulariza a tomada de posição coletiva **nós indígenas**, e o nome da etnia singulariza o povo, mostrando a diferença entre os povos e dos povos em relação à sociedade ocidental. O segundo aspecto que ressalta nas sequências discursivas toca a cidadania. A escola representa a luta para se tornar cidadão.

No movimento em que se dá o processo discursivo observamos que nas sequências discursivas em análise a **luta pela cidadania** (se há uma **luta** para o sujeito ser cidadão implica que ainda **não o é**, é preciso lutar **para se tornar** cidadão, embora a Constituição Federal **diga que todos são cidadão** (sic) (R). O discurso impresso nas sequências é atravessado de um lado pelo discurso dos movimentos sociais reconhecido nas palavras **luta** em (M) (a luta) e **combate** em (R), por outro lado pelo discurso jurídico, **na Constituição Federal diz todos é cidadão**. Vimos aí o efeito da interpelação ideológica que possibilita interpretar como Orlandi (idem) em que “índios e brancos não estão separados categoricamente”. Além do mais, vale retomar a autora que analisa ser “o cidadão um lugar sempre a ser preenchido” ela mostra esse funcionamento em uma propaganda política, na TV, na qual dizem “É preciso respeitar o direito à educação, para transformar as crianças em cidadão”. Ela formula:

No Brasil, mesmo que o Estado já se tenha constituído formalmente há mais de um século, não se nasce cidadão. Não se trata assim de uma questão jurídico-política. As leis são uma projeção de um desejo. Essa tarefa – de transformação e não de direito – “virar cidadão” – fica para a educação, ou seja, é uma questão pedagógica que pode, ou não atingir o sujeito social brasileiro. O que me leva a afirmar que não temos em nossa história lugar efetivo que corresponda à constituição histórica de um lugar de cidadania. (2002, p.227, 228).

Na voz de (M) e de (R) a voz do povo Xavante se mostra a interpelação do sujeito índio pelo discurso ocidental, escolar e jurídico e, de outro modo confirma o exposto por Orlandi (idem) no que diz respeito ao “preenchimento” do lugar de cidadania apesar da formalidade desse lugar constituída pelo Estado, ou seja, é apenas na forma de lei que existe o cidadão, pois efetivamente, no Estado brasileiro, segundo Orlandi, o lugar da cidadania se daria via educação “Toda criança na escola”. No caso indígena, em especial, a efetivação desse lugar é mais complexa, pois para tal são necessários vários deslocamentos: do modelo de educação familiar com os mais velhos para a **escola** (do Outro/ mas com características próprias), da tradição oral mnemônica para a **escrita** (do Outro/ mas para fazer viver a própria língua, a cultura), do convívio coletivo das relações de troca para a **luta/combate** (do Outro/ para lutar contra o preconceito e a ignorância desse Outro) e só assim, ao final dessa “epopeia”, “virar cidadão”, pelo seu discurso. Constatamos, de fato, a complexidade do processo, das rupturas e deslocamentos necessários para “virar cidadão” e no caso dos povos

indígenas a complexidade é intensificada. É nesse ponto que retomamos ao topo do texto, ou seja, no papel da língua e da memória, antes na constituição discursiva do sujeito.

E aqui, não podemos nos esquecer de que estamos tratando do sujeito indígena Xavante, no entanto, considerando a diversidade, as peculiaridades de cada etnia. A memória discursiva tem um funcionamento discursivo com base que regulariza a possibilidade de se dar todo e qualquer dizer. O papel da memória no discurso é assim o de uma “base para a regularização da materialidade discursiva complexa” (PÊCHEUX, 1999). É importante, nesse sentido, como Payer (ibidem) lembrar que há situações em que a língua materna se compõe de materialidades linguísticas que se constituem de elementos de mais de uma língua, nos quadros do trabalho de (M) podemos identificar a língua Portuguesa falando na Xavante. A língua não será nunca igual, contudo é preciso sempre considerar os efeitos de sentido da memória, em relação aos Xavante, que funciona de modo resistente imprimindo no encontro das línguas com a escrita, a escola ocidental/diferente, uma possibilidade de se manter, de manter a própria língua, a cultura, na dinâmica da vida.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, J. G. (2007) “Educação escolar indígena: do panóptico a um espaço possível de subjetivação na resistência”. Tese de doutorado UNICAMP, sob a orientação de ZOPPI-FONTANA, M.G., em Campinas, SP.

BARONAS, R. L. *Estudos Discursivos em Mato Grosso: limiares*. São Carlos; Pedro & João Editores/Cuiabá: EdUFMT, 2008.

BORGES, A.A.C. “Para uma história das ideias linguísticas - uma reflexão sobre a resistência do povo Xavante pela língua”. In: Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários (2010: Maringá, PR) C718 Anais CELLI. Disponível em: < <http://www.ple.uem.br/> ISSN 2177-6350.

GADET, F. & PÊCHEUX, M. *A Língua Inatingível*. Tradução: Bethânia Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. *A Linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. SP, Brasiliense, 1988.

_____. “A incompletude do sujeito. E quando o outro somos nós?” In: LANE, Silvia T. M. (apres.) *Sujeito e Texto*. S.P., Série Cadernos PVC – 31, Educ, 1988: 9-16.

_____. “Um Sentido Positivo para o Cidadão Brasileiro”, In: *Sociedade e Linguagem*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, E. P. (Org.) *Discurso Fundador. A formação do país e a construção do país e a identidade nacional*. Campinas, Pontes, 1993.

PAYER, M. O.. *Memória da Língua: imigração e nacionalidade*. Escuta, SP, 2006.

PÊCHEUX, M..(1975). *Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio*.Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.

_____.(1982) “Ler o arquivo hoje”. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de Leitura, da história no discurso*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1994: 55-67.

_____.(1983) *O discurso, estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes, 1990.

_____. “Papel da memória”. In: ACHARD, P. et al. (org.) *Papel da memória*. Campinas, Pontes, 1999, p.49-57.

ZOPPI-FONTANA, M. G. *Cidadãos Modernos, discurso e representação*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1997.

_____. “É o nome que faz fronteira”. In: Indursky, F. (org) *Os Múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre, Coleção Ensaio do CPG-Letras/UFRGS, 1999.